

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Gustavo Henrique das Chagas Moura

Teoria da mente em adultos: um estudo exploratório da compreensão de enunciados irônicos
em adultos privados de liberdade

Juiz de Fora
2025

Gustavo Henrique das Chagas Moura

Teoria da mente em adultos: um estudo exploratório da compreensão de enunciados irônicos em adultos privados de liberdade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Linguística e Cognição.

Orientadora: Profª. Dra. Mercedes Marcilese

Juiz de Fora
2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Moura, Gustavo Henrique das Chagas.

Teoria da mente em adultos: um estudo exploratório da compreensão de enunciados irônicos em adultos privados de liberdade / Gustavo Henrique das Chagas Moura. -- 2025.
130 p. : il.

Orientadora: Mercedes Marcilese

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2025.

1. Teoria da mente. 2. Ironia. 3. Compreensão linguística. 4. Privação da liberdade. I. Marcilese, Mercedes, orient. II. Título.

Gustavo Henrique das Chagas Moura

Teoria da mente em adultos: um estudo exploratório da compreensão de enunciados irônicos em adultos privados de liberdade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Linguística e Cognição.

Aprovada em 11 de fevereiro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mercedes Marcilese -
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Marília Uchoa Cavalcanti Lott de Moraes Costa -
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Jan Edson Rodrigues Leite -
Universidade Federal da Paraíba



Documento assinado eletronicamente por **Mercedes Marcilese, Professor(a)**, em 11/02/2025, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JAN EDSON RODRIGUES LEITE, Usuário Externo**, em 12/02/2025, às 08:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marília Uchôa Cavalcanti Lott de Moraes Costa, Usuário Externo**, em 12/02/2025, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj (www2.uffj.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2227664** e o código CRC **42AF2973**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço carinhosamente a todos que fizeram parte da jornada que resultou nesta dissertação. Aos seguintes, meu agradecimento especial:

À minha orientadora, Dra. Mercedes Marcilese, por compartilhar seus conhecimentos e por me guiar com zelo pelos estudos linguísticos;

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela motivação e disponibilidade dentro e fora da sala de aula;

Aos meus pais, por me educarem com amor e por não medirem esforços para que seus filhos alcancem seus objetivos;

À Nicole, por sua presença e apoio constante;

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo financiamento que permitiu o desenvolvimento deste trabalho;

À Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de São João del-Rei, especialmente ao setor de Psicologia e à psicóloga Camila Kersul, pelo acolhimento e colaboração.

Aos colegas também pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora pela companhia e pelas discussões ao longo do desenvolvimento do trabalho.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

A Teoria da Mente (ToM) constitui uma capacidade cognitiva fundamental associada à atribuição e representação de estados mentais próprios e alheios. Tem sido caracterizada tanto como um módulo especializado no processamento de determinados tipos de informações (FODOR, 1983b) quanto como um mecanismo resultante da cognição social, do qual dependem outras funções mentais (TOMASELLO, 2003). O desenvolvimento dessa capacidade inicia-se na infância, e estudos indicam que seu funcionamento pode ser influenciado por experiências subjetivas vividas ao longo da vida adulta (APPERLY *et al.*, 2011; MARTINS; BARRETO; CASTIAJO, 2014; TOLEDO; RODRIGUES, 2017). Nesse contexto, diferentes condições de socialização podem impactar a forma como os indivíduos compreendem intenções, atitudes e significados implícitos em situações comunicativas. Este estudo investiga a relação entre ToM e a compreensão de enunciados não-literais — especialmente ironia — em adultos privados de liberdade. A hipótese central considera que o ambiente prisional, como contexto social específico, pode afetar habilidades interpretativas que dependem da representação de estados mentais. Foi conduzido um estudo experimental com aplicação de tarefas linguísticas envolvendo críticas e elogios irônicos (DEWS; WINNER, 1995; NONATO, 2020). O *corpus* de dados foi coletado por meio de três instrumentos: (i) um questionário sociodemográfico; (ii) a Escala Multidimensional do Sentido de Humor (MSHS), traduzida para o português europeu (JOSÉ; PARREIRA, 2008) e adaptada; e (iii) o protocolo de avaliação de enunciados irônicos baseado no instrumento *Strange Stories* (HAPPÉ, 1994; O'HARE *et al.*, 2009), também adaptado à população-alvo. A amostra foi composta por 11 adultos em regime fechado e 40 participantes em liberdade, organizados por nível de escolaridade. As respostas no instrumento (iii) foram classificadas como "alvo" ou "não-alvo", com base em critérios previamente estabelecidos de precisão interpretativa. Os resultados indicam diferenças estatisticamente significativas entre os grupos, com desempenho superior dos participantes em liberdade. Observou-se maior número de respostas-alvo em enunciados críticos (literais e irônicos) em comparação a elogios, sendo os elogios irônicos os que apresentaram menor número de respostas-alvo em todos os grupos. Esses achados reforçam a hipótese de que fatores sociais e contextuais influenciam a operação da ToM na vida adulta e apontam para possíveis impactos do encarceramento na compreensão de conteúdos linguísticos não-literais, além de serem compatíveis com pesquisas previamente desenvolvidas por meio de metodologia *online* (NONATO, 2020).

Palavras-chave: Teoria da mente; Ironia; Compreensão linguística; Privação da liberdade.

ABSTRACT

Theory of Mind (ToM) is a cognitive capacity related to the representation and attribution of one's own and others' mental states. It may be understood either as a specialized module for processing specific types of information (FODOR, 1983b) or as a mechanism emerging from social cognition, on which other mental functions depend (TOMASELLO, 2003). This capacity begins to develop in early childhood, and studies suggest that its functioning may be influenced by subjective experiences throughout adulthood (APPERLY *et al.*, 2011; MARTINS; BARRETO; CASTIAJO, 2014; TOLEDO; RODRIGUES, 2017). Within this framework, different socialization conditions may affect how individuals interpret intentions, attitudes, and implicit meanings in communicative situations. This study investigates the relationship between ToM and the comprehension of nonliteral utterances — especially irony — in incarcerated adults. The central hypothesis posits that the prison environment, as a specific social context, may impact interpretive abilities that rely on mental state attribution. To explore this, an experimental study was conducted using linguistic tasks involving ironic praise and ironic criticism (DEWS; WINNER, 1995; NONATO, 2020). Data were collected through three instruments: (i) a sociodemographic questionnaire; (ii) the Multidimensional Sense of Humor Scale (MSHS), translated into European Portuguese (JOSÉ; PARREIRA, 2008) and adapted for this study; and (iii) the *Strange Stories* protocol (HAPPÉ, 1994; O'HARE *et al.*, 2009), also adapted for the target population. The sample included 11 adults serving sentences in closed-regime incarceration and 40 non-incarcerated participants, grouped by educational level. Responses for instrument (iii) were classified as “target” or “non-target” according to previously established interpretive accuracy criteria. Results revealed statistically significant differences between groups, with higher performance among non-incarcerated participants. A greater number of target responses were observed for critical utterances (both literal and ironic) compared to praise, with ironic praise yielding the lowest number of target responses across all groups. These findings support the hypothesis that social and contextual factors influence ToM functioning in adulthood and suggest possible effects of incarceration on the comprehension of nonliteral linguistic content. Moreover, the results are consistent with previous studies employing *online* methods (NONATO, 2020).

Keywords: Theory of mind; Irony; Linguistic comprehension; Deprivation of liberty.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Escala Adaptada do Instrumento <i>MSHS</i> (THORSON; POWELL, 1993)	61
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de respostas-alvo por <i>grupo</i>	73
Gráfico 2 - Percentual de respostas-alvo por <i>Grupo e Tipo de Enunciado</i>	83
Gráfico 3 - Distribuição percentual dos participantes da pesquisa por níveis de senso de humor	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Variáveis da Pesquisa	63
Tabela 2 - Desempenho geral do grupo experimental	72
Tabela 3 - Desempenho geral do grupo controle 1	72
Tabela 4 - Desempenho geral do grupo controle 2	72
Tabela 5 - Tabela de contingência do desempenho global dos participantes	73
Tabela 6 - Resultado do teste <i>qui-quadrado</i> : desempenho geral dos participantes por grupo	74
Tabela 7 - Respostas-alvo do grupo experimental em enunciados irônicos e não irônicos	76
Tabela 8 - Tabela de contingência: enunciados irônicos e não irônicos do <i>grupo experimental</i>	76
Tabela 9 - Tabela de contingência: enunciados irônicos e não irônicos do <i>grupo experimental</i>	76
Tabela 10 - Respostas-alvo do grupo controle 1 em enunciados irônicos e não irônicos	77

Tabela 11 - Tabela de contingência de enunciados irônicos e não irônicos do <i>grupo controle 1</i>	77
Tabela 12 - Resultado do teste <i>qui-quadrado</i> : enunciados irônicos e não irônicos do <i>grupo controle 1</i>	78
Tabela 13 - Respostas-alvo do grupo controle 2 em enunciados irônicos e não irônicos	78
Tabela 14 - Tabela de contingência de enunciados irônicos e não irônicos do <i>grupo controle 2</i>	79
Tabela 15 - Resultado do teste <i>qui-quadrado</i> : enunciados irônicos e não irônicos do <i>grupo controle 2</i>	79
Tabela 16 - Tabela de contingência do efeito da escolaridade na compreensão de enunciados irônicos entre os grupos Controle 1 e Controle 2	82
Tabela 17 - Resultado do teste <i>qui-quadrado</i> : o efeito da escolaridade na compreensão de enunciados irônicos entre os grupos Controle 1 e Controle 2	82
Tabela 18 - Distribuição dos participantes por <i>Grupo e Nível do Senso de Humor</i>	85
Tabela 19 - Tabela de contingência: associação entre níveis de senso de humor específicos e o tipo de grupo	86
Tabela 20 - Resultado do teste <i>qui-quadrado</i> : associação entre níveis de senso de humor específicos e o tipo de grupo	87
Tabela 21 - Tabela de contingência: níveis de senso de humor e respostas-alvo	87
Tabela 22 - Tabela de contingência: níveis de senso de humor e respostas-alvo	88

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APAC	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
BPVS	British Picture Vocabulary Scale
CHILDES	Child Language Data Exchange System
MG	Minas Gerais
MSHS	Multidimensional Sense of Humor Scale
PB	Português Brasileiro
TELD	Test of Early Language Development
ToM	Teoria da Mente
ToMi	Teoria da Mente Implícita
ToMe	Teoria da Mente Explícita

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	14
1.2 HIPÓTESES DE TRABALHO.....	15
1.3 OBJETIVOS.....	16
1.4 JUSTIFICATIVA.....	17
1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	19
2 CARACTERIZAÇÃO INICIAL DO FENÔMENO INVESTIGADO: TEORIA DA MENTE E LINGUAGEM VERBAL.....	20
2.1 AMBIENTE SOCIAL E TEORIA DA MENTE.....	20
2.2 LINGUAGEM VERBAL E TEORIA DA MENTE.....	27
3 LINGUAGEM FIGURADA, IRONIA E HUMOR.....	35
3.1 O “LITERAL” E O “NÃO-LITERAL”.....	35
3.2 A IRONIA E OS MODELOS DE COMPREENSÃO DE LINGUAGEM NÃO-LITERAL.....	40
3.3 HUMOR E IRONIA.....	50
4 TEORIA DA MENTE EM ADULTOS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A COMPREENSÃO DE ENUNCIADOS IRÔNICOS POR ADULTOS PRIVADOS DE LIBERDADE.....	54
4.1 TEORIA DA MENTE E ENUNCIADOS IRÔNICOS: A CONSTRUÇÃO DO MÉTODO EXPERIMENTAL.....	54
4.2 MÉTODO.....	58
Hipóteses.....	58
4.2.1 Procedimento I: Questionário Sociodemográfico.....	60
4.2.2 Procedimento II: Escala Multidimensional do Sentido de Humor - MSHS (THORSON; POWELL, 1993) traduzido por (JOSÉ; PARREIRA, 2008) - adaptado pelo pesquisador.....	60
4.2.3 Procedimento III: Protocolo para Avaliação da Compreensão de Enunciados Irônicos - Strange Stories (HAPPÉ, 1994; O’HARE et al., 2009).....	62
Variáveis de Pesquisa.....	63
Previsões Experimentais.....	64
Grupos de Pesquisa.....	64
4.2.5 Materiais e Procedimentos.....	67
4.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	69
Análise de Dados.....	71
4.3.1 Análise 1 - Desempenho Geral dos Participantes por Grupo.....	71
4.3.2 Análise 2 - Desempenho Comparado entre Enunciados Irônicos e Não Irônicos.....	75
O efeito da escolaridade.....	81
4.3.3 Análise 3 - Nível de Senso do Humor e Respostas-alvo na Tarefa de Compreensão de Enunciados Irônicos.....	85
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
Aspectos éticos relevantes.....	96
6 REFERÊNCIAS.....	99

APÊNDICE 1.....	105
APÊNDICE 2.....	107
APÊNDICE 3.....	109
APÊNDICE 4.....	111
APÊNDICE 5.....	113
APÊNDICE 6.....	121
APÊNDICE 7.....	124
APÊNDICE 8.....	126

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa situa-se no âmbito da psicolinguística experimental e tem como objetivo investigar a relação entre a Teoria da Mente (ToM, do inglês *Theory of Mind*) — um componente cognitivo fundamental para a atribuição de estados mentais a si e aos outros (PREMACK; WOODRUFF, 1978), os níveis individuais de senso de humor e a compreensão de enunciados irônicos, especificamente críticas e elogios¹, por adultos em privação de liberdade em uma unidade prisional. Para isso, compara-se esse grupo a outros dois grupos controle com diferentes níveis de escolaridade, sem restrições de liberdade e falantes de português brasileiro (PB). A partir de uma perspectiva modularista da mente (FODOR, 1983b), a pesquisa considera a ToM um aspecto cognitivo essencial para a interpretação de enunciados irônicos, buscando estabelecer em que medida condições de socialização diferenciadas, como a privação da liberdade, podem ter impacto na interpretação esperada deste tipo de conteúdo. No entanto, adota-se uma abordagem mais integrativa, assumindo que a compreensão da ironia pode envolver não apenas módulos encapsulados, como também interfaces e mecanismos cognitivos de natureza diversa, cuja operação é influenciada por fatores ambientais e experiências sociais.

Especificamente sobre a investigação da ToM e sua relação com a compreensão de enunciados irônicos em pessoas adultas, não foram identificadas na literatura pesquisas conduzidas no PB que assumam a perspectiva da psicolinguística experimental. Os estudos que investigam a ToM a partir de dados do português (RODRIGUES *et al.*, 2007; COSTA, 2010; FREITAS *et al.*, 2012; PAVARINI; SOUZA, 2012; VILLARINHO, 2012) são em sua maioria realizados com crianças. No caso dos adultos, a literatura disponível investiga a ToM principalmente em contextos atípicos de desenvolvimento social ou neuropsicológico dos indivíduos (FIGUEIRA; FUENTES-DURÁ; RUIZ, 2013; VILLATTE, *et al.*, 2008; TONELLI, 2011). Neste sentido, o assunto se revelou como um tópico de interesse no contexto de estudos (psico)linguísticos. Além disso, identificamos também a necessidade de aprofundar as pesquisas sobre questões específicas relacionadas aos efeitos de uma situação de privação de liberdade nos domínios da ToM, em particular, no que tange aos seus efeitos na compreensão linguística.

¹ Como definidos por Nonato (2020)

No contexto de uma visão modularista, na qual é assumida uma arquitetura da mente que envolve especificidade de domínio², a ToM tem sido investigada no que tange à sua possível interface com o domínio linguístico (VILLIERS; VILLIERS, 2009; COSTA, 2010; VILLARINHO, 2012). A literatura aponta ainda para um vínculo indissociável entre ToM e a cognição social, da qual seria parte integrante (TOMASELLO, 2003; MADURO, 2011; TONELLI; ÁLVARES, 2011; KAROĞLU; FERGUSON; Ó-CIARDA, 2022), pois, a ToM está vinculada à possibilidade de prever, agir e reagir em função das ações dos outros, ou seja, essencial para a interação social. Sobre a caracterização geral da relação entre a ToM e o processamento de enunciados irônicos, a literatura sugere (NOGUEIRA, 2017; BENEDITO; NOGUEIRA; SOUZA, 2018) que a compreensão deste tipo de discurso parece estabelecer uma estreita relação com o domínio da ToM, visto ser necessário lançar mão de representações dos estados mentais alheios (e próprios) para a interpretação satisfatória deste tipo de conteúdo. A compreensão de enunciados irônicos envolve uma pressuposição das intenções do falante, de suas atitudes e comportamentos, bem como requer a tarefa de relacionar o conteúdo superficial do enunciado, o contexto de fala e conhecimento de mundo dos envolvidos na situação, o que pode demandar o uso da ToM como parte do processo de decodificação.

A forma como situações atípicas de convivência social, como a privação de liberdade, afetam a ToM e o processamento linguístico, especialmente em relação à ironia, ainda é uma questão em aberto na perspectiva psicolinguística. Considerando que a cognição social está profundamente relacionada à ToM (KAROĞLU; FERGUSON; Ó-CIARDA, 2022) e se desenvolve a partir das interações nos contextos em que os indivíduos estão inseridos, é plausível supor que restrições à convivência social comum possam impactar a qualidade das relações interpessoais, repercutindo na cognição social e na ToM. A literatura disponível ainda é insuficiente para sustentar uma hipótese claramente delimitada sobre esta questão. No

² Ressalta-se que a noção de módulo proposta por Fodor (1983b) não é adotada em sua formulação original por todos os pesquisadores que assumem uma arquitetura modular da mente. Da mesma forma, o pressuposto de uma “modularidade massiva”, de acordo com a qual todos os sistemas cognitivos seriam modulares por natureza, também não é um consenso (EGELAND, 2024). A própria interface entre a ToM e linguagem verbal pode não ser acomodada facilmente num modularismo fodoriano estrito. Outras abordagens declaradamente modularistas — tanto no âmbito da psicologia cognitiva, quanto da teoria linguística formalista e da psicolinguística — adotam perspectivas que preveem tanto a possibilidade de submódulos no interior de um dado domínio, quanto a integração de informações por meio de interfaces. Essa discussão foge ao escopo da presente pesquisa, mas destacamos aqui um ponto central para este trabalho que é compartilhado de forma consistente na literatura: a noção de *domínio específico* como sendo uma das propriedades cruciais na definição de um domínio cognitivo como sendo modular (COLTHEART, 1999).

entanto, alguns estudos sugerem que populações privadas de liberdade podem apresentar alterações significativas em certos aspectos cognitivos, especialmente nas funções executivas, nas habilidades sociais e nas estratégias de enfrentamento social (SERUCA, 2013). Além disso, há indícios de que essa população enfrenta dificuldades em relação à linguagem e comunicação de maneira geral, sendo essa questão ainda mais acentuada entre menores infratores (BRYAN; FREER; FURLONG, 2010).

Um estudo desenvolvido no Reino Unido com 58 menores infratores com idade média de 17 anos, que buscava investigar as habilidades linguísticas de comunicação desta população (BRYAN; FREER; FURLONG, 2010), apontou que a maioria destes jovens (acima de 66%) apresentaram um desempenho classificado como muito inferior à média prevista para esta faixa etária, sendo que nenhum indivíduo atingiu a equivalência mínima esperada entre as variáveis *idade* e *habilidades comunicativas/linguísticas*. Esses resultados sugerem que jovens submetidos a medidas socioeducativas ou penais podem carecer das habilidades necessárias para lidar com intervenções mediadas verbalmente (BRYAN; FREER; FURLONG, 2010). Essa limitação evidencia, portanto, os desafios da reintegração social nesse contexto, o que pode comprometer a efetividade do processo e sua capacidade de promover a adaptação e a participação plena desses indivíduos na sociedade.

Em um estudo conduzido em português europeu, Seruca (2013) investigou a relação entre funções executivas e comportamento criminal por meio de avaliações neuropsicológicas. As funções avaliadas incluíam memória de trabalho, atenção visual, capacidade de planejamento, resistência à interferência e formulações de conceitos, considerando também o controle de variáveis psicopatológicas e dos traços de personalidade. Os resultados revelaram diferenças significativas em todos os fatores analisados ao comparar indivíduos privados de liberdade com o grupo controle, especialmente quando os dados foram associados a variáveis sociodemográficas específicas como escolaridade, renda e estabilidade relativa do núcleo familiar (SERUCA, 2013). Contudo, considerando que as vulnerabilidades observadas na população privada de liberdade frequentemente precedem a prisão, os dados não permitem concluir se essas diferenças decorrem diretamente da condição de privação da liberdade ou se relacionam a fatores sociais estatisticamente característicos desse grupo.

De acordo com o Levantamento de Informações Penitenciárias publicado pela Secretaria Nacional de Políticas Penais, no primeiro semestre de 2024 havia 663.906 pessoas custodiadas em celas físicas no Brasil (SENAPPEN, 2024), independentemente do regime de

cumprimento de pena. De modo a considerar a eficiência da política de ressocialização, portanto, observando-se os dados sobre reincidência, o Código Penal em seu artigo 43 estabelece que: “*verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior*” (BRASIL, 1940). As taxas de reincidência divulgadas no Brasil frequentemente abrangem diferentes contextos condenatórios, sem se restringir ao enquadramento legal específico sobre o tema. Essa heterogeneidade nos critérios dificulta uma mensuração precisa do número de condenados reincidentes. Estima-se, portanto, que a reincidência no país varie entre 28% e 42,5%, a depender da metodologia adotada na coleta dos dados (CARILLO *et al.*, 2022). Ainda que imprecisos, esses números refletem uma realidade social que suscita questionamentos sobre a efetividade da ressocialização no contexto do processo penal, principalmente levando em conta a natureza verbal da maioria das intervenções psicossociais desenvolvidas no ambiente prisional.

Dado que certas vulnerabilidades (como a falta de acesso a políticas de emprego e renda, escolarização deficitária e violência urbana), estão estatisticamente associadas a camadas sociais específicas — em grande parte, as mesmas que compõem a população prisional — é possível que existam obstáculos prévios à efetividade da ressocialização de pessoas encarceradas. Como grande parte das intervenções ressocializadoras ocorre verbalmente, enquanto o ambiente prisional modifica significativamente o comportamento social, impactando habilidades comunicativas e linguísticas, há um descompasso entre a metodologia de cumprimento da pena e os efeitos que o encarceramento exerce sobre essa população. Além disso, a deterioração das habilidades comunicativas e linguísticas representa, por si só, um entrave à plena reintegração social. Nesse contexto, há o risco de uma ressocialização parcial ou ineficaz, que, por sua vez, influencia diretamente os índices de criminalidade e reincidência, afetando o bem-estar coletivo.

Dessa forma, considerando a relevância social de uma compreensão abrangente e precisa da linguagem — com ênfase neste trabalho para a interpretação de enunciados irônicos — e os possíveis impactos das condições atípicas de convivência social na ToM, esta pesquisa busca explorar a relação entre privação de liberdade e compreensão da ironia, sem desconsiderar que possíveis efeitos podem anteceder o encarceramento, decorrente de fatores como vulnerabilidade social e acesso restrito a recursos educacionais. Para isso, compara-se o desempenho em tarefas de compreensão linguística de pessoas encarceradas e indivíduos em liberdade, aprofundando as discussões sobre esse fenômeno. Além disso, o estudo busca

identificar possíveis associações entre a compreensão da ironia e variáveis específicas como escolaridade e nível de humor, contribuindo para uma análise mais ampla desse processo cognitivo e comunicativo.

1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Como discutido anteriormente, esta pesquisa investiga a compreensão de enunciados irônicos por adultos privados de liberdade no contexto da psicolinguística experimental, adotando uma perspectiva de modularidade não massiva da mente. Nessa abordagem, a Teoria da Mente (ToM) é considerada um componente cognitivo essencial para a interpretação da ironia, estando potencialmente sujeita aos efeitos do ambiente social prisional. No entanto, também leva-se em consideração que aspectos tais como a experiência social pode ter efeitos relevantes sobre a compreensão deste tipo de conteúdo.

Assim, busca-se avaliar por meio de variáveis específicas, como a privação de liberdade pode influenciar esse processo interpretativo. É importante destacar que não se pode afirmar com certeza que eventuais diferenças na compreensão de enunciados irônicos sejam consequência direta do encarceramento. No entanto, considerando a literatura que aponta para a influência de fatores sociais, psicológicos e ambientais na ToM, é possível que a privação de liberdade contribua para um agravamento das habilidades cognitivas associadas a essa função. Dessa forma, por meio do pareamento sociodemográfico entre os grupos experimental e controle, esta pesquisa busca identificar possíveis diferenças na interpretação da ironia, assumindo a privação de liberdade como uma variável específica presente em apenas um dos grupos analisados.

No contexto pós-pandemia de COVID-19, que impôs à população um período de convivência social atípica, intensificaram-se as discussões sobre o efeito das condições ambientais e das interações sociais na qualidade de vida humana. Com a adaptação ao “novo normal”, ampliou-se o debate sobre dificuldades de socialização, lapsos de memória e atenção, atribuídos não apenas a possíveis efeitos da infecção pelo vírus, mas também à escassez de estímulos sociais durante o isolamento. Dado que as dificuldades vivenciadas pela população em geral nesse período são parte da realidade cotidiana de grupos submetidos a contextos de interação restrita, como a privação de liberdade, levanta-se a questão de como esse ambiente pode influenciar os sistemas cognitivos relacionados à ToM, afetando tanto a cognição social quanto a cognição linguística.

Na revisão da literatura, identificamos dois principais conjuntos de estudos relevantes para a questão investigada. O primeiro grupo abrange pesquisas que exploram a relação entre dimensões da cognição humana e a compreensão de enunciados irônicos, conduzidas com populações inseridas em contextos típicos de convivência social (THORSON; POWELL, 1993). O segundo conjunto inclui estudos sobre condições atípicas de interação social e seus efeitos na ToM e em outros aspectos da cognição social, embora sem abordar especificamente a compreensão da linguagem figurada (SERUCA, 2013; KAROĞLU; FERGUSON; Ó-CIARDA, 2022; BRÜNE, 2003). Além disso, identificamos apenas um estudo conduzido em português (VELLOSO; DUARTE; SCHWARTZMAN, 2013) que investigou aspectos da ToM por meio de uma metodologia que incluía tarefas verbais de linguagem figurada (HAPPÉ, 1994). A partir desse modelo (HAPPÉ, 1994 *apud* VELLOSO; DUARTE; SCHWARTZMAN, 2013), desenvolvemos uma versão adaptada para o presente estudo, adequada ao contexto de privação de liberdade.

1.2 HIPÓTESES DE TRABALHO

Com base nas discussões sobre o tema e na literatura revisada, foram delimitadas as seguintes hipóteses:

- I. As condições de socialização no ambiente prisional produzem efeitos adversos na atribuição de intenções comunicativas e no reconhecimento de estados mentais dos envolvidos nos enunciados irônicos, o que reflete em um comprometimento na interpretação esperada desse tipo de discurso nesta população, avaliado em comparação a grupos controle. Essa diferença na compreensão estaria relacionada ao empobrecimento ambiental e social característico do cumprimento da pena, que reduz as oportunidades de interações diversificadas e estimulantes. Até o momento, não foram identificados estudos que examinem diretamente essa relação, o que limita a possibilidade de fundamentação mais específica para essa hipótese. No entanto, pesquisas sobre linguagem e habilidades sociais (BRYAN; FREER; FURLONG, 2010), bem como sobre funções executivas (SERUCA, 2013), indicam diferenças significativas entre a população privada de liberdade e a

população geral, sugerindo que fatores associados ao encarceramento podem interferir no processamento linguístico e na cognição social³.

- II. A segunda hipótese refere-se ao efeito da duração da privação de liberdade na compreensão de enunciados irônicos. Considerando que determinados aspectos da ToM continuam a se desenvolver e se ajustar na vida adulta (TONELLI, 2011), e que experiências subjetivas produzem efeitos sobre esse funcionamento (TOLEDO, 2014), espera-se que um tempo prolongado de encarceramento acentue dificuldades na interpretação da ironia. Especificamente, a exposição prolongada a um ambiente social restrito e menos diversificado pode comprometer a capacidade de inferir estados mentais dos interlocutores, resultando em um impacto progressivo na compreensão desse tipo de enunciado.
- III. A terceira hipótese postula uma correlação positiva entre o nível de senso de humor e a compreensão da ironia, assumindo que essa relação será avaliada pelo conjunto de instrumentos específicos desta pesquisa. Considerando que o humor envolve a habilidade de perceber e interpretar incongruências, contrastes e surpresas em diferentes contextos, indivíduos com um senso de humor mais desenvolvido podem apresentar maior facilidade na interpretação de enunciados irônicos. Embora nem toda forma de ironia tenha uma intenção humorística, é comum que ambos os fenômenos compartilhem mecanismos cognitivos relacionados à detecção de contrastes contextuais (DYNEL, 2023).

1.3 OBJETIVOS

Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar a compreensão de enunciados irônicos em adultos privados de liberdade na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de São João del-Rei (MG), que cumprem pena em regime fechado, comparando esse grupo a participantes em liberdade com indicadores sociodemográficos similares, a fim de analisar possíveis diferenças na interpretação desse tipo de enunciado.

³ A extensão em que essas diferenças precedem o início da reclusão da população investigada está além do escopo desta pesquisa e não é esclarecida pela bibliografia disponível. No entanto, é fundamental destacar que dificuldades na representação e interpretação de estados mentais a partir de enunciados linguísticos podem comprometer significativamente a interação social, contribuindo para desajustes no convívio e dificultando a adaptação a normas e expectativas sociais. Além disso, tais dificuldades podem impactar negativamente o desempenho acadêmico e, conseqüentemente, as oportunidades e trajetórias profissionais desses indivíduos.

Quanto aos objetivos específicos, esta pesquisa busca:

1. Investigar por meio de uma revisão da literatura em que medida a ToM pode estar associada à interpretação de enunciados irônicos;
2. Avaliar experimentalmente os efeitos do encarceramento e do tempo do cumprimento de pena sobre a interpretação de enunciados irônicos;
3. Verificar experimentalmente uma possível relação entre níveis de senso de humor e a compreensão de enunciados irônicos;
4. Obter dados que possam contribuir para a literatura relacionada à investigação da ToM em adultos;
5. Contribuir com a literatura que investiga os efeitos da execução penal na cognição de pessoas privadas de liberdade, especialmente sobre a cognição social, a ToM e o processamento de enunciados irônicos.

1.4 JUSTIFICATIVA

A ToM, sob uma perspectiva modularista, refere-se à capacidade cognitiva de representar estados mentais próprios e alheios. Esse construto está diretamente ligado à cognição social (KAROĞLU; FERGUSON; Ó-CIARDA, 2022) e, portanto, pode ser influenciado por fatores ambientais, sociais e contextuais. Embora a ToM envolva mecanismos relativamente encapsulados, sua operacionalização no cotidiano depende também da integração de informações inferenciais e contextuais mais amplas, tornando-a sensível a variações nas condições de interação e convivência. Diante disso, torna-se relevante investigar, por meio de abordagens experimentais, os efeitos de condições atípicas de socialização sobre os aspectos da ToM, incluindo como contextos de sociabilidade específicos podem ter efeitos sobre a compreensão de enunciados irônicos. A interpretação da ironia parece depender de habilidades associadas à ToM, no entanto, essa relação ainda não foi amplamente estudada em populações submetidas a condições restritivas de convivência, como pessoas privadas de liberdade. Até o momento, a literatura psicolinguística não explorou essa questão de forma direta.

Adicionalmente, a pesquisa também se justifica por dar visibilidade a uma população não-WEIRD (*Western, Educated, Industrialized, Rich, and Democratic* – ocidentais, escolarizados, industrializados, ricos e democráticos) (MARYANSKI, 2010), frequentemente negligenciada em estudos empíricos nas ciências humanas e sociais. No campo da

psicolinguística experimental, em particular, grande parte das pesquisas se concentra em estudantes universitários, resultando em um viés populacional significativo. Pessoas em privação de liberdade, especialmente no Brasil, exemplificam uma população não-WEIRD de grande relevância para investigações científicas, uma vez que elas vivenciam condições materiais e interacionais substancialmente distintas das dos grupos tradicionalmente estudados. Essa população enfrenta desafios específicos, como a restrição da diversidade de interações sociais, a limitação de estímulos cognitivos variados e a exposição prolongada a normas institucionais rigidamente estruturadas. Tais fatores podem afetar tanto a ToM quanto outras habilidades cognitivas (Ex. atenção, memória, raciocínio, resolução de problemas, etc.) e não cognitivas (Ex. motivação, organização, capacidade de perseverar, interação interpessoal, dentre outras). Assim, este estudo não apenas contribui para a investigação empírica da compreensão da ironia, mas também para a discussão mais ampla sobre a inclusão de populações sub-representadas na pesquisa sobre os processos cognitivos humanos.

A maioria dos estudos sobre a compreensão da ironia que consideram a ToM como base analítica tem como foco indivíduos inseridos em contextos sociais típicos (THORSON; POWELL, 1993). Por outro lado, pesquisas voltadas para populações em condições atípicas de convivência, como pessoas privadas de liberdade, costumam explorar os impactos desse contexto na ToM e em outros processos cognitivos, sem, no entanto, abordar especificamente a linguagem figurada ou o uso do humor (cf. SERUCA, 2013; KAROĞLU; FERGUSON; Ó-CIARDA, 2022; BRÜNE, 2003). Dessa forma, este estudo investiga a interseção entre privação de liberdade, cognição social e compreensão da ironia. Além de contribuir para a literatura acadêmica, essa abordagem pode gerar implicações indiretas para áreas como Psicologia, Direito e Serviço Social, ao relacionar fatores objetivos do cumprimento da pena, como o tempo de encarceramento, a elementos subjetivos da cognição e da comunicação humana. Os resultados deste estudo podem contribuir para reflexões sobre a execução penal no Brasil, fornecendo elementos que possam apoiar discussões sobre políticas públicas na área.

Por fim, este estudo contribui para os campos da psicolinguística e da linguística cognitiva ao ampliar o entendimento sobre o processamento da linguagem figurada, com foco na compreensão da ironia em adultos privados de liberdade. Além de abordar um tema ainda pouco explorado na literatura, a pesquisa se justifica por levantar hipóteses sobre possíveis impactos do encarceramento na linguagem e na cognição humana.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos, organizados para fornecer uma visão alargada do fenômeno investigado. No Capítulo 2, delimita-se o problema de pesquisa e apresenta-se a fundamentação teórica, explorando as interações entre contexto social, linguagem e aspectos da ToM, fundamentais para a construção do estudo experimental. Em seguida, o Capítulo 3 discute a linguagem figurada, com foco na ironia, abordando a relação entre o literal e o não-literal, as conexões entre ironia e humor, bem como as principais abordagens teóricas e experimentais sobre os processos cognitivos envolvidos na interpretação de enunciados irônicos. O Capítulo 4 descreve o estudo experimental conduzido, detalhando a caracterização dos participantes, os métodos e instrumentos adotados para a investigação, além da análise e discussão dos resultados obtidos. No Capítulo 5, são apresentadas as considerações finais, incluindo as principais contribuições do estudo, suas limitações e as reflexões éticas associadas. Por fim, os apêndices reúnem os instrumentos de coleta utilizados, em suas versões integrais e adaptadas, além de informações sobre os indicadores sociodemográficos dos participantes.

2 CARACTERIZAÇÃO INICIAL DO FENÔMENO INVESTIGADO: TEORIA DA MENTE E LINGUAGEM VERBAL

O presente estudo concentra-se em um fenômeno psicolinguístico específico: a compreensão de linguagem figurada, com ênfase em enunciados irônicos, definidos nesta pesquisa como uma modalidade particular de expressão não-literal. O foco recai sobre a interpretação desses enunciados por indivíduos inseridos em um contexto social atípico. Nesse sentido, torna-se fundamental examinar o papel do ambiente social no desenvolvimento da ToM e da cognição social, bem como esclarecer as inter-relações entre os modelos de processamento da linguagem não-literal e a ToM. A literatura especializada apresenta distintas abordagens teóricas acerca do conceito de linguagem não-literal ou figurada, refletindo diferentes interpretações sobre sua natureza e abrangência. Diante desse panorama, este capítulo contextualiza a correlação entre o ambiente social, a linguagem verbal e a ToM. Em seguida, aprofunda-se na questão da linguagem figurada, analisando os principais modelos de compreensão de enunciados irônicos em adultos e investigando possíveis conexões entre a interpretação de conteúdos figurados e os aspectos cognitivos subjacentes à ToM. No capítulo seguinte, apresenta-se uma revisão bibliográfica que fundamenta as contribuições teóricas sobre o tema, abordando autores, como Searle (1969), Grice (1975), Lakoff e Johnson (1980) e Clark (1996). Essa revisão não apenas contextualiza a literatura existente, mas também delimita o recorte específico desta pesquisa, que se dedica à análise da compreensão de enunciados irônicos, particularmente aqueles categorizados como "elogios" ou "críticas" irônicas.

2.1 AMBIENTE SOCIAL E TEORIA DA MENTE

Assim como outras espécies dotadas de alta capacidade cognitiva, os seres humanos são, essencialmente, seres sociais. Essa característica, observada desde a Antiguidade por Aristóteles (*Política*, [IV a.C], 1998), tem se tornado cada vez mais evidente com o avanço de métodos científicos específicos, os quais demonstram a interdependência entre os aspectos individuais e sociais da humanidade, revelando a complexidade das relações que moldam nossa espécie. Nesse contexto, o ambiente social não apenas desempenha um papel crucial no desenvolvimento dos indivíduos na contemporaneidade, mas historicamente também foi determinante para a preservação e dispersão da espécie humana pelo planeta.

Os seres humanos estão inseridos em um processo histórico contínuo, que ocorre de maneira simultânea às mudanças naturais desde o surgimento das primeiras formas de vida

(HARARI, 2015). Sob essa perspectiva, a história da humanidade configura-se como um processo evolutivo — no sentido proposto por Charles Darwin — que permitiu que algumas espécies se sobressaíssem em relação às demais, até que as condições ambientais favorecessem o desenvolvimento dos homínídeos. À medida que o gênero *Homo* se perpetuava e progredia ao longo da história, certas adaptações naturais, compreendidas como produtos da evolução tanto no aspecto biológico quanto comportamental dos indivíduos da espécie *Homo sapiens*, proporcionaram vantagens adaptativas em relação a outros congêneres, como o *Homo neanderthalensis*, o que culminou na predominância do *Homo sapiens* até os dias atuais (HARARI, 2015).

Diante das evidências que indicam a descendência de um ancestral comum entre os antropóides (como chimpanzés, gorilas e orangotangos) e os humanos modernos (*Homo sapiens*) (CASTAÑEDA, 2004), busca-se compreender quais atributos podem ser considerados distintivamente humanos, ou seja, aqueles que nos diferenciam, de maneira significativa, dos demais primatas e de outras espécies animais. Essa questão tem sido abordada a partir de diferentes perspectivas, muitas vezes contrastando a presença de certas características nos humanos com sua ausência em outros animais. Entre esses aspectos, destacam-se o controle refinado dos sistemas musculares, que permite o movimento de pinça proporcionado pelo polegar opositor (JOHANSON; EDEY, 1990), e a presença de um telencéfalo altamente desenvolvido em comparação a outros mamíferos (FONSECA, 2009), estrutura responsável por funções como o raciocínio lógico e o pensamento abstrato, fundamentais para a cognição humana.

A distinção entre a espécie humana e os demais integrantes do reino animal pode ser abordada sob diversas perspectivas, uma vez que os critérios para essa diferenciação variam conforme o enquadramento teórico adotado. Uma das possibilidades de abordagem envolve a investigação dos padrões de desenvolvimento ontogenético, especialmente no que se refere às estratégias reprodutivas e ao grau de maturação fisiológica e cognitiva dos filhotes ao nascimento. Nesse contexto, a distinção entre espécies *altriciais* e *precociais* torna-se relevante, uma vez que essas categorias descrevem diferentes graus de dependência parental e adaptações evolutivas associadas à sobrevivência das espécies (ROSENBERG, 2021). Esses termos designam diferentes estratégias reprodutivas e características do desenvolvimento inicial dos filhotes, especialmente no que tange à dependência parental e ao grau de maturação fisiológica e cognitiva ao nascimento (ROSENBERG, 2021).

Filhotes de espécies *altriciais* apresentam um alto grau de dependência dos cuidados parentais para sobreviver nos primeiros dias ou semanas de vida, devido a características próprias da espécie. Um exemplo típico é o gato doméstico, cujos filhotes nascem com sistemas sensoriais ainda imaturos — como a visão, que se desenvolve apenas após o nascimento — tornando-os totalmente dependentes dos cuidados maternos para garantir sua sobrevivência (ROSENBERG, 2021). Além disso, animais altriciais geralmente são incapazes de se locomover ou buscar alimento por conta própria logo após o nascimento. Em contraste, espécies *precociais*, como os cavalos, dão à luz filhotes que nascem com um maior nível de autonomia e desenvolvimento motor e cognitivo, o que lhes permite alguma independência para garantir sua sobrevivência. Esses filhotes, por exemplo, são capazes de se locomover pouco tempo após o nascimento, o que lhes confere uma vantagem na busca por alimento, na fuga de predadores e na busca por abrigo (ROSENBERG, 2021). É importante destacar que nenhuma dessas categorias representa, em termos absolutos, uma vantagem sobre a outra. Cada forma de desenvolvimento reflete adaptações evolutivas específicas que, ao longo da história, garantiram a sobrevivência de diferentes espécies dentro de seus respectivos contextos ecológicos.

Diante da marcante diferença nos padrões de desenvolvimento entre espécies altriciais e precociais, e considerando o evidente desamparo dos recém-nascidos humanos, poderia parecer intuitivo, em um primeiro momento, classificar o *Homo sapiens* como uma espécie altricial. Essa impressão se justificaria pelo fato de que os bebês humanos, assim como os filhotes de gatos, são incapazes de se locomover ou buscar recursos essenciais sem assistência, tornando-se completamente dependentes de cuidados parentais prolongados.

No entanto, algumas perspectivas (ROSENBERG, 2021) sugerem que, apesar dessa vulnerabilidade inicial, os seres humanos compartilham diversas características típicas de espécies precociais, assim como outros primatas. Embora os sistemas sensoriais do bebê se desenvolvam gradualmente após o nascimento, seus órgãos já apresentam um nível significativo de funcionalidade ao nascer. Além disso, o longo período gestacional da espécie humana, especialmente quando comparado ao de espécies altriciais, favorece um maior desenvolvimento das habilidades motoras ainda na fase intrauterina.

A combinação de traços altriciais e precociais na espécie humana torna sua classificação um desafio particular. Estudos do campo da antropologia indicam que a humanidade enfrentou, em determinado momento de sua evolução, um dilema gestacional

(WASHBURN, 1960, *apud* ROSENBERG, 2021). Por um lado, a locomoção bípede trouxe vantagens adaptativas, mas resultou no estreitamento da pélvis. Por outro, a sobrevivência do bebê dependia do tamanho fetal, o que exigia um espaço uterino mais amplo. A solução evolutiva para esse impasse foi a redução do tempo de gestação, resultando no nascimento de bebês menores e menos desenvolvidos.

Embora essa característica pudesse ser interpretada como uma desvantagem sob uma perspectiva evolucionista, esta representou um ponto crucial para a predominância do *Homo sapiens*. O encurtamento gestacional criou um ambiente propício para um processo descrito como "gestação externa" (ROSENBERG, 2021), no qual, durante os primeiros meses de vida, os sistemas físicos e cognitivos do bebê continuam a se desenvolver aceleradamente, de maneira análoga ao que ocorreria na fase intrauterina, enquanto sua sobrevivência é assegurada pelos cuidados parentais. Essa "exogestação" confere aos recém-nascidos uma plasticidade cerebral intensa nos primeiros meses de vida, período que coincide com sua inserção em contextos sociais, culturais e linguísticos. Uma evidência desse fenômeno é a capacidade inicial dos bebês de reconhecer fonemas de qualquer língua natural. Entretanto, ao longo dos primeiros meses, ocorre um estreitamento perceptual no qual essa habilidade se reduz progressivamente em favor da especificidade linguística de sua cultura (ROSENBERG, 2021). Nesse sentido, o aparente "desamparo" inicial do bebê humano pode estar diretamente relacionado ao desenvolvimento de interações sociais e culturais, aspectos fundamentais da espécie.

Ao longo da existência do gênero *Homo*, seus representantes coexistiram com a chamada *megafauna* (GALETTI *et al.*, 2017) até a extinção definitiva desses grandes animais, há aproximadamente 16 mil anos. Diante da ameaça representada por predadores capazes de exterminar comunidades inteiras e da necessidade de garantir grande número de recursos para a subsistência, a seleção natural parece ter favorecido indivíduos com maior propensão à cooperação social. Harari (2015) argumenta que a principal distinção entre o *Homo sapiens* e seus congêneres residia na capacidade dessa espécie de estabelecer vínculos sociais além do círculo familiar imediato, permitindo a formação de grupos mais numerosos e coesos. Essa habilidade possibilitou maior estabilidade coletiva e adaptabilidade diante dos desafios do ambiente pré-histórico, favorecendo a sobrevivência e a predominância do *Homo sapiens* sobre outras espécies do mesmo período.

Diante desse cenário, a sobrevivência humana, profundamente vinculada à vida em sociedade, dependeu historicamente da capacidade dos indivíduos de estabelecer e manter interações harmoniosas dentro de seus grupos. Essa necessidade de cooperação social foi determinante para a preservação da espécie e, possivelmente, impulsionou o desenvolvimento de habilidades cognitivas especializadas na compreensão e representação dos estados mentais, emoções e crenças alheias. Tais habilidades desempenham um papel central na regulação das dinâmicas sociais, promovendo a coesão grupal e, conseqüentemente, aumentando as chances de sobrevivência coletiva. Nesse contexto, Premack e Woodruff (1978) introduziram o conceito de *Theory of Mind* (ToM), definindo-o como um construto cognitivo que permite a metarrepresentação dos estados mentais, tanto próprios quanto de outros indivíduos. Esse mecanismo se desenvolve progressivamente ao longo da infância, iniciando-se pela percepção de pistas concretas sobre a existência de processos mentais não diretamente observáveis — como expressões faciais associadas a emoções —, evoluindo para o reconhecimento das distinções entre os próprios estados mentais e, por fim, culminando na capacidade de inferir e interpretar as intenções, crenças e sentimentos alheios (SOUZA, 2015).

Sob essa perspectiva, a ToM é amplamente reconhecida como uma competência essencial da cognição social. Conforme apontado por Karoğlu *et al.* (2022), a cognição social abrange a capacidade de prever, agir e reagir com base nas intenções e ações de outros indivíduos. Dessa forma, a ToM desempenha um papel central na interação social bem-sucedida, permitindo que os seres humanos desenvolvam comportamentos adaptativos e cooperativos fundamentais para a vida em comunidade. O interesse experimental por esse construto teve início com os estudos de Premack e Woodruff (1978), que investigaram a possibilidade de chimpanzés – dada sua natureza também social – serem capazes de inferir estados mentais de outros indivíduos, tanto dentro de seu próprio grupo quanto em contextos desconhecidos. Essa habilidade, crucial para a organização social de primatas, estaria diretamente associada à manutenção da harmonia e da cooperação no grupo (JOU, 2013).

Desde então, a ToM foi amplamente incorporada ao estudo do desenvolvimento infantil, tornando-se um conceito central na descrição de transtornos psiquiátricos que afetam crianças e adolescentes (TEIXEIRA, 2006). Além disso, a literatura em psicopatologia destaca sua relevância na compreensão de quadros neuropsiquiátricos, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), transtornos psicóticos – incluindo a esquizofrenia – desvios comportamentais, como a psicopatia, e comprometimentos associados às funções do lobo frontal, como a demência frontotemporal (TEIXEIRA, 2006). As pesquisas experimentais

sobre ToM em adultos continuam a explorar suas relações com outros aspectos cognitivos, com ênfase em populações neurodivergentes, como indivíduos com TEA e Síndrome de Asperger (FIGUEIRA, FUENTES-DURÁ; RUIZ, 2013), bem como em transtornos psiquiátricos (VILLATE *et al.*, 2008).

Embora a ToM se desenvolva paralelamente a outros sistemas cognitivos ao longo da infância, a literatura aponta que experiências subjetivas na vida adulta podem exercer influência sobre as habilidades inferenciais associadas a essa capacidade (TOLEDO; RODRIGUES, 2017). Nesse contexto, torna-se essencial distinguir dois aspectos dessa habilidade: a ToM implícita (ToMi) e a ToM explícita (ToMe). A ToMi diz respeito ao processamento automático de informações sociais relacionadas a estados mentais, permitindo a inferência espontânea de crenças falsas e outras representações mentais. Em contrapartida, a ToMe envolve a aquisição consciente de regras e convenções sociais, favorecendo a adaptação a contextos interacionais complexos (TONELLI, 2011). Além dessa diferenciação funcional, a ToM pode ser analisada em dois domínios complementares: o cognitivo e o afetivo. O domínio afetivo refere-se à capacidade de perceber e interpretar as emoções alheias, enquanto o domínio cognitivo está associado aos processos inferenciais que permitem a representação de crenças, intenções e pensamentos de terceiros. Embora esses domínios operem de forma integrada, seu desenvolvimento pode ser modulado por estímulos ambientais específicos, sendo potencializado ou comprometido em função das experiências vivenciadas ao longo da vida (TOLEDO; RODRIGUES, 2017). Do ponto de vista metodológico, estudos experimentais frequentemente abordam um dos domínios da ToM em detrimento do outro, o que pode restringir a compreensão sobre a interdependência desses processos na cognição adulta. Essa limitação metodológica impõe desafios para investigações que buscam elucidar a interação entre os aspectos cognitivos e afetivos da ToM em diferentes contextos sociais.

Dessa forma, pode-se levantar a hipótese de que as experiências vivenciadas na vida adulta influenciam tanto a forma explícita quanto a implícita da ToM. No caso da ToM explícita, a participação contínua no convívio social tende a ampliar a capacidade do indivíduo de adaptar-se às demandas dos outros, refinando seu repertório de ações frente às interações humanas. Por outro lado, no âmbito da ToM implícita, ambientes e contextos específicos continuam a fornecer novos estímulos relevantes, possibilitando a atualização e o aperfeiçoamento dos processos automáticos de inferência social. Além disso, esses fatores podem estar associados tanto à adaptação ambiental quanto à autorregulação características da

vida adulta (TOLEDO, 2014), abrangendo os domínios cognitivo e afetivo da ToM. Assim, o desenvolvimento contínuo dessa habilidade ao longo da vida pode estar vinculado à incorporação de funções mentais mais complexas aos sistemas já existentes, promovendo maior sofisticação na interpretação de estados mentais e nas interações sociais (TOLEDO, 2014).

Ao considerar a trajetória histórica do *Homo sapiens*, sua predominância até os dias atuais e a importância de um sistema cognitivo capaz de representar estados mentais próprios e alheios, torna-se evidente o papel central do ambiente social nesse processo. A sociabilidade, característica intrínseca da humanidade, desempenhou uma função essencial tanto na adaptação evolutiva quanto na organização das estruturas sociais ao longo da história (HARARI, 2014). Nesse contexto, a cognição social, especialmente a ToM, emerge como um componente fundamental para a preservação da espécie e a promoção de interações sociais bem-sucedidas. Essas habilidades cognitivas não apenas viabilizaram a interpretação e previsão do comportamento alheio, mas também sustentaram a complexa rede de relações interpessoais que moldou a evolução biológica e cultural da humanidade.

No âmbito da cognição social, não é incomum encontrar interpretações que a reduzam exclusivamente à noção de "interação social" ou "habilidade social", tratando-a como um mecanismo voltado apenas para a socialização imediata entre indivíduos. No entanto, de maneira mais abrangente, pode-se afirmar que a "capacidade de interação social" e as "habilidades sociais" integram um repertório intelectual mais amplo, mediado pela cognição social, a qual orienta as ações dos indivíduos a partir do processamento e interpretação da realidade social em que estão inseridos (PEREIRA; DANTAS, 2023). Nesse sentido, as interações sociais observáveis podem ser compreendidas como o produto final desse processo cognitivo, uma vez que derivam da interpretação subjetiva de informações sociais. Tal processamento envolve a análise de dados sobre indivíduos e grupos, a representação de estados mentais — como crenças, desejos e intenções — e a organização dessas informações de modo a ajustá-las às exigências de interações específicas, sejam elas imediatas ou planejadas para o futuro. Assim, a cognição social pode ser concebida como um sistema dinâmico e adaptativo, capaz de integrar informações externas e subjetivas para produzir respostas comportamentais ajustadas ao contexto social.

A cognição social pode ser definida, de maneira mais precisa, como o sistema cognitivo responsável por guiar as ações dos indivíduos em relação a outros membros de sua

espécie (BUTMAN; ALLEGRI, 2001). Esse sistema envolve a participação de diversas estruturas cerebrais, incluindo o córtex pré-frontal, a amígdala, o córtex somatossensorial e a ínsula, cada uma desempenhando funções específicas na interpretação e regulação das interações sociais. No entanto, o desenvolvimento da cognição social não se restringe apenas a fatores neurobiológicos, sendo fortemente influenciado pelas experiências sociais e ambientais vivenciadas ao longo da infância (BUTMAN; ALLEGRI, 2001). À medida que as capacidades cognitivas da criança se expandem, torna-se possível interpretar e processar os estímulos sociais de maneira mais sofisticada, atribuindo-lhes significado em um contexto interacional mais amplo. Esse processo é dinâmico e cumulativo, pois o repertório individual se amplia tanto por meio de novas experiências sociais quanto pelo refinamento das atitudes pessoais, permitindo uma adaptação progressiva às demandas do ambiente social.

Na idade adulta, espera-se que os indivíduos já tenham desenvolvido uma cognição social sólida e uma capacidade razoável de representar estados mentais próprios e alheios. Contudo, variações no ambiente social podem gerar alterações nesse sistema e em outros processos cognitivos, especialmente devido à complexificação das funções mentais nessa fase, que permite adaptações ambientais e regulações internas mais sofisticadas (TOLEDO, 2014). Nesse sentido, a investigação de cenários atípicos de interação social, como a privação de liberdade, pode fornecer dados essenciais sobre os efeitos dessas variações no funcionamento cognitivo. Além disso, tais estudos podem contribuir para a formulação de hipóteses acerca da correlação entre a metarrepresentação de estados mentais, a cognição social e o ambiente social, esclarecendo de que maneira transformações no contexto de convivência influenciam a dinâmica dos processos cognitivos e adaptativos na vida adulta. A relação entre a Teoria da Mente e o ambiente social evidencia, assim, a forma como os processos cognitivos são moldados ao longo da vida pelas interações interpessoais. A seguir, exploraremos um aspecto fundamental que interliga diretamente essas dinâmicas: a linguagem verbal.

2.2 LINGUAGEM VERBAL E TEORIA DA MENTE

A ToM, enquanto um sistema cognitivo complexo que integra informações provenientes de diversas capacidades mentais, depende de mecanismos subjacentes que viabilizam a identificação e a interpretação de estímulos relacionados às representações mentais, sendo a linguagem um fator central nesse processo. A relação entre a linguagem verbal e a ToM tem sido amplamente investigada na literatura, especialmente em estudos com

crianças em idade pré-escolar e nos primeiros anos da alfabetização, geralmente abaixo dos cinco anos. No entanto, a análise dos dados disponíveis revela divergências quanto aos elementos linguísticos mais determinantes para a construção das representações mentais. Nesta seção, discutiremos duas abordagens centrais sobre essa relação: (i) a perspectiva que atribui um papel abrangente à linguagem enquanto um sistema global que orienta os processos cognitivos subjacentes, incluindo a fala e o pensamento verbal (GOPNIK; ASTINGTON, 1988; ASTINGTON; JENKINS, 1999); e (ii) uma abordagem alternativa que, embora reconheça a importância da linguagem, enfatiza que determinados aspectos específicos, como a semântica (MOORE; PURE; FURROW, 1990) ou elementos mais restritos das línguas naturais, como verbos que expressam estados mentais (SHATZ *et al.*, 2003), desempenham um papel mais central na compreensão e no processamento dos estados mentais próprios e alheios.

Considerando a extensão do assunto sobre a relevância da linguagem para o desenvolvimento da ToM, torna-se necessário analisar essa relação com maior rigor. Revisões bibliográficas sobre as metodologias empregadas para investigar habilidades relacionadas à ToM indicam uma predominância de tarefas verbais ou mistas, com poucos registros de estudos baseados em tarefas exclusivamente não verbais (TONELLI, 2011). Esse panorama sugere que os instrumentos de pesquisa já estão, de certa forma, intrinsecamente associados à linguagem, o que pode gerar vieses implícitos na construção das tarefas experimentais, nos conteúdos investigados e nos tipos de resposta analisados.

Diante desse cenário, a ampliação das abordagens metodológicas na investigação da ToM tem se mostrado relevante para a obtenção de dados mais abrangentes sobre o tema. Nesse sentido, Southgate *et al.* (2007) apresenta uma perspectiva alternativa às metodologias tradicionalmente empregadas, ao introduzir um paradigma não verbal para a avaliação da ToM. Utilizando a metodologia do *olhar antecipatório* (SOUTHGATE; CHEVALLIER; CSIBRA, 2007), os autores demonstraram que crianças de apenas dois anos são capazes de prever a ação de um agente com base em sua crença falsa, uma habilidade que anteriormente era atribuída apenas a crianças mais velhas. Os resultados indicaram que as crianças direcionavam seu olhar para o local onde o agente presumivelmente acreditava que o objeto ainda estava, sugerindo uma compreensão intuitiva das crenças alheias. Esses achados apontam para a possibilidade de que metodologias predominantemente verbais imponham demandas linguísticas que podem enviesar a avaliação das capacidades infantis em relação à ToM. Assim, a incorporação de tarefas não verbais ao repertório metodológico reforça a

importância da diversificação de instrumentos de pesquisa, viabilizando uma análise mais precisa do desenvolvimento da ToM.

Um dos principais indicadores de um nível avançado no desenvolvimento da ToM é a capacidade da criança de compreender que outra pessoa pode sustentar uma crença falsa, ou seja, uma inferência sobre a realidade que não corresponde à verdade (SOUZA, 2006). Essa habilidade tem sido amplamente investigada por meio de tarefas experimentais consideradas referência na área, como a *tarefa de conteúdo inesperado* (GOPNIK; ASTINGTON, 1988) e a história de *Maxi e o chocolate* (WIMMER; PERNER, 1983). Na tarefa de conteúdo inesperado, aplicada inicialmente a crianças com idades entre três e cinco anos, os participantes eram apresentados a uma caixa de chocolates e questionados sobre o que acreditavam estar em seu interior. Após expressarem sua expectativa, a caixa era aberta, revelando um conteúdo inesperado, como um conjunto de lápis. Em seguida, questionava-se novamente às crianças o que elas achavam que havia dentro da caixa antes de sua abertura, permitindo avaliar sua capacidade de diferenciar entre a própria crença atual e a crença anterior.

De maneira semelhante, a tarefa de Maxi e o chocolate (WIMMER; PERNER, 1983), conduzida originalmente com crianças de três a nove anos, consistia na apresentação de uma história em que Maxi guardava um chocolate em um local específico (A) antes de sair para brincar. Durante sua ausência, sua mãe transferia o chocolate para outro local (B), sem que Maxi testemunhasse a mudança. O desafio para os participantes era indicar onde Maxi procuraria o chocolate ao retornar. A resposta correta implicaria reconhecer que, por não ter presenciado a troca, Maxi manteria a crença original de que o chocolate ainda se encontrava no local onde o havia deixado (A).

Os resultados obtidos na tarefa de conteúdo inesperado (GOPNIK; ASTINGTON, 1988) evidenciaram a dificuldade das crianças mais novas em modificar uma representação previamente construída acerca da realidade subjetiva. Quando questionadas sobre o que acreditavam estar dentro da caixa antes de sua abertura, muitas insistiam que sempre souberam que o conteúdo era um conjunto de lápis, mesmo diante da evidência de que inicialmente haviam esperado encontrar chocolates. Além disso, o experimento permitiu avaliar a capacidade dessas crianças de atribuir crenças falsas a terceiros. Em um desdobramento posterior do estudo, os participantes foram questionados sobre o que outras crianças, que não haviam visualizado o interior da caixa, acreditariam estar dentro dela. Os

resultados indicaram que as crianças avaliadas presumiam que os demais também seriam capazes de inferir corretamente o conteúdo real (lápiz), em vez de manter a crença inicial de que a caixa continha chocolates. Esse padrão de resposta sugere uma dificuldade significativa, em idades precoces, na compreensão e na atribuição de estados mentais divergentes dos próprios, reforçando a ideia de que o desenvolvimento da ToM envolve uma transição gradual na capacidade de reconhecer crenças falsas e diferenciá-las de sua própria perspectiva cognitiva (GOPNIK; ASTINGTON, 1988).

Os resultados obtidos na tarefa de Maxi e o chocolate (WIMMER; PERNER, 1983) corroboraram hipóteses similares às observadas na tarefa de conteúdo inesperado. Crianças com idades entre 3 e 4 anos frequentemente indicaram que Maxi procuraria o chocolate no local (B), mesmo sabendo que a personagem não tinha acesso à informação sobre a mudança de localização do objeto. Em contraste, observou-se um aumento progressivo no índice de respostas corretas entre os participantes mais velhos, alcançando 86% no grupo de crianças de 6 a 9 anos (WIMMER; PERNER, 1983 *apud* SOUZA, 2006). Esses resultados sugerem que, à medida que a idade avança, há uma melhoria no desempenho em tarefas que envolvem crenças falsas, sendo essa mudança, entre outros fatores, possivelmente relacionada ao refinamento nas capacidades de compreensão e atribuição de estados mentais distintos dos próprios.

Estudos subsequentes ao desenvolvimento das tarefas de crença falsa (HAPPÉ, 1995; ASTINGTON; JENKINS, 1999) concentraram-se em especificar a relação entre linguagem verbal e ToM. Para isso, passaram a incorporar ferramentas metodológicas que avaliassem as habilidades linguísticas dos participantes, como o *British Picture Vocabulary Scale* (BPVS) e o *Test of Early Language Development* (TELD). O objetivo era investigar se um melhor desempenho nas tarefas de crença falsa estaria associado a habilidades linguísticas específicas. Os resultados desses estudos não apenas revelaram uma correlação significativa entre habilidades linguísticas e o desempenho nas tarefas de crença falsa, como também destacaram outro fator relevante: a memória verbal. Essa habilidade foi investigada principalmente através do teste de *Stanford-Binet* e demonstrou influenciar de modo positivo o desempenho nas principais tarefas experimentais (HAPPÉ, 1995).

Sob essa perspectiva, a dificuldade apresentada por crianças mais novas na atribuição de crenças falsas em tarefas de conteúdo inesperado (GOPNIK; ASTINGTON, 1988) e na tarefa de Maxi e o chocolate (WIMMER; PERNER, 1983) não parece estar exclusivamente

relacionada à idade, mas também a limitações no repertório linguístico necessário para representar estados mentais, como crenças falsas, e a uma memória verbal ainda em desenvolvimento. Embora a taxa de respostas corretas entre os participantes mais jovens tenha sido relativamente baixa, não foi inexistente. Esse resultado sugere que, mesmo em idades precoces, algumas crianças podem ser bem-sucedidas nessas tarefas, possivelmente devido a diferenças individuais.

Nesse sentido, Wellman, Cross e Watson (2001), conduziram uma metanálise que permitiu identificar variáveis específicas que influenciam o desempenho de crianças em tarefas de crença falsa, evidenciando a complexidade do desenvolvimento da ToM. Dentre essas variáveis, a idade se destaca como um fator central, uma vez que crianças mais velhas tendem a apresentar um desempenho superior, indicando um progresso gradual na compreensão das crenças alheias. Além disso, o tipo de tarefa impacta diretamente a dificuldade, sendo que aquelas que envolvem mudança de localização, por exemplo, podem ser mais desafiadoras, pois exigem que a criança acompanhe ao mesmo tempo o deslocamento físico de um objeto enquanto atribui uma crença falsa ao protagonista. Outro aspecto relevante é o nível de envolvimento da criança na atividade, uma vez que a participação ativa, por meio da manipulação de objetos ou da interação direta com o experimento, pode favorecer a compreensão do conceito de crença falsa. A formulação da pergunta também desempenha um fator significativo, pois enunciados mais diretos e acessíveis tendem a facilitar respostas corretas. Por fim, a experiência cultural e a exposição linguística da criança desempenham um papel fundamental, pois ambientes enriquecidos com interações sociais e estímulos comunicativos favorecem um desenvolvimento mais precoce da ToM. Esses resultados indicam que o desempenho infantil nessas tarefas não depende exclusivamente da idade, mas emerge da interação entre fatores cognitivos, linguísticos e contextuais.

Independentemente das variáveis atreladas ao desenvolvimento precoce da ToM ou do desempenho em tarefas de crença falsa, a linguagem verbal apresenta uma relação significativa com a ToM atuando como um mecanismo fundamental na atribuição de estados mentais (FIGUEIRA; FUENTES-DURÁ; RUIZ, 2013; VILLATTE *et al.*, 2008; SOUZA, 2006) No entanto, outras evidências (MOORE; PURE; FURROW, 1990; SHATZ *et al.*, 2003; LEE; OLSON; TORRANCE, 1999; BARTSCH; WELLMAN, 1995) indicam que a influência da linguagem sobre a ToM pode não ser uniforme, mas sim mediada por elementos linguísticos específicos que desempenham funções diferenciadas no processo, motivo pelo

qual essas dinâmicas precisam ser investigadas com mais cautela (VILLARINHO, 2012). Nesse sentido, aspectos como a existência de verbos específicos que denotam estados mentais (Ex. *achar, pensar, saber*, dentre outros), bem como o sistema de atribuição de significados particulares de cada língua natural, têm sido investigados como potencialmente mais relevantes na operação da ToM.

No contexto da aquisição de palavras e significados relacionados a estados mentais, Moore *et al.* (1990) realizaram um experimento com o objetivo de examinar a relação entre o conhecimento infantil sobre verbos que expressam distintos níveis de certeza e o desempenho em tarefas de crenças falsas. Os resultados indicaram que crianças com um repertório mais amplo de verbos de estado mental apresentavam melhor desempenho nessas tarefas. A associação entre instrumentos de avaliação de habilidades linguísticas e o estudo da semântica também foi explorada por Bartsch e Wellman (1995). A partir da análise de dados do *Child Language Data Exchange System* (CHILDES), os autores investigaram a relação entre a aquisição de vocabulário referente a processos mentais e diferentes etapas do desenvolvimento infantil. O estudo revelou que as crianças inicialmente aprendem palavras associadas a desejos (como "querer"), antes de adquirirem termos relacionados a crenças (como "achar") (BARTSCH; WELLMAN, 1995). Esses dados sugerem que as crianças começam a verbalizar pensamentos e crenças por volta dos três anos de idade, com uma progressiva complexificação desses processos. Tal evolução lhes permite estabelecer conexões entre pensamentos, crenças e sua compreensão da mente e do comportamento humano, contribuindo para a construção efetiva de uma ToM (SOUZA, 2006).

Considerando a existência de línguas que apresentam maior especificidade na distinção de verbos associados a estados mentais, como o chinês, que diferencia entre "pensar algo verdadeiro" e "pensar algo falso" (LEE; OLSON; TORRANCE, 1999), alguns estudos buscaram avaliar se essas particularidades linguísticas poderiam influenciar o desempenho infantil em tarefas de crenças falsas. Para isso, foram utilizadas versões adaptadas da tarefa de Maxi e o chocolate (WIMMER; PERNER, 1983) em experimentos conduzidos com crianças chinesas. Os pesquisadores analisaram o impacto do uso de diferentes verbos: *Xiang* (um estado neutro associado a "pensar" ou "acreditar"), *Yiwei* (que sugere que a crença pode ser falsa) e *Dang* (que indica um contexto em que a crença é assumidamente falsa) (LEE; OLSON; TORRANCE, 1999).

Os resultados gerais indicaram que as crianças chinesas apresentaram um desempenho similar ao de crianças ocidentais em termos do tempo necessário para alcançar um índice de respostas-alvo satisfatório, com melhorias progressivas observadas em crianças mais velhas. No entanto, o desempenho nas tarefas de crenças falsas foi significativamente mais preciso quando os itens experimentais utilizavam verbos que explicitamente incluíam a possibilidade de uma crença falsa. Esses resultados sugerem que a especificidade linguística do chinês, ao incorporar maiores distinções lexicais sobre estados mentais, pode facilitar uma compreensão mais ampla e precisa dos estados mentais (SOUZA, 2006).

No que se refere à comparação do desempenho de crianças falantes de português brasileiro com o de falantes de outras línguas, Shatz *et al.* (2003) realizaram um estudo comparativo envolvendo crianças que falavam quatro idiomas: português brasileiro, espanhol porto-riquenho, turco e inglês. A seleção desses idiomas foi motivada pelo fato de que dois deles, o espanhol porto-riquenho e o turco, possuem termos explícitos para representar crenças falsas (*creerse*, no espanhol porto-riquenho, e *san*, no turco), enquanto o português e o inglês não apresentam essa especificidade.

A pesquisa empregou versões adaptadas das tarefas de Maxi e o chocolate (WIMMER; PERNER, 1983) e de conteúdo inesperado (GOPNIK; ASTINGTON, 1988). Para isso, os pesquisadores construíram enunciados experimentais específicos, incluindo os termos explícitos do espanhol porto-riquenho e do turco em uma das condições. Apenas uma parte das crianças porto-riquenhas e turcas foi exposta a essa condição. Em outra condição experimental, os enunciados foram formulados com termos genéricos equivalentes em todas as línguas, sendo essa versão aplicada a todos os participantes. Os resultados indicaram uma correlação positiva entre o uso de termos mais específicos e o melhor desempenho das crianças falantes de espanhol porto-riquenho e turco, em comparação com as demais. No entanto, em uma tarefa de controle que avaliava a compreensão de crenças falsas com termos generalizados em um contexto desconhecido para os participantes, não foram observadas diferenças significativas entre os grupos. Esse achado sugere que a explicitação lexical tem um efeito localizado, manifestando-se apenas sob condições específicas de familiaridade com os termos (SHATZ *et al.*, 2003).

Souza (2006) levanta uma crítica relevante aos estudos que investigam a relação entre elementos linguísticos específicos e o desenvolvimento da ToM, destacando que, na maioria das pesquisas, os dados apresentados são essencialmente correlacionais. Essa limitação

metodológica impede inferências conclusivas sobre as relações de causalidade subjacentes, o que exige uma reflexão mais aprofundada acerca das dinâmicas causais envolvidas nesse campo de investigação. Até o momento, não foram identificados estudos que examinem diretamente essa relação, possivelmente devido às restrições metodológicas inerentes aos delineamentos experimentais, os quais dificultam o controle absoluto de variáveis intervenientes e a eliminação de vieses.

Além disso, Souza (2006) aponta a predominância de tarefas centradas exclusivamente na crença falsa, um único componente da ToM, argumentando que essa abordagem restringe a compreensão mais ampla dos processos cognitivos subjacentes. Como consequência, a literatura vigente tende a oferecer uma visão fragmentada, negligenciando outros aspectos fundamentais da ToM. Diante dessa limitação, enfatiza-se a necessidade de ampliar o escopo metodológico por meio da adoção de tarefas experimentais que contemplem outros domínios da ToM, tais como a representação de desejos, a compreensão de emoções e a interpretação de linguagem figurada. Esses processos, como será discutido adiante, dependem de capacidades de representação mental essenciais para a construção da ToM.

3 LINGUAGEM FIGURADA, IRONIA E HUMOR

No capítulo anterior, discutimos evidências que sugerem que a predominância do *Homo sapiens* pode ter resultado de um conjunto de adaptações que possibilitou a formação de grupos humanos maiores e, conseqüentemente, mais resilientes à sobrevivência. Nesse contexto, a harmonia dentro do grupo teria sido essencial para evitar sua fragmentação, o que pode ter favorecido o desenvolvimento de capacidades cognitivas específicas para a sociabilidade. Entre essas habilidades, destaca-se a capacidade de representar estados mentais — como desejos, emoções e crenças — tanto próprios quanto alheios. Adotando uma perspectiva modularista da mente, Premack e Woodruff (1978) conceituaram essa capacidade como Teoria da Mente (*Theory of Mind* – ToM), a partir de investigações com chimpanzés para avaliar sua habilidade de representar os estados mentais de outros membros do grupo, possivelmente como um mecanismo para preservar a coesão social. Dessa forma, destaca-se a influência do ambiente social no desenvolvimento de aspectos cognitivos relacionados à ToM. Tanto a partir de considerações sobre a trajetória evolutiva da humanidade quanto em discussões teóricas contemporâneas (KAROĞLU; FERGUSON; Ó-CIARDA, 2022), a capacidade de representar estados mentais tem sido amplamente associada à cognição social.

Neste capítulo, aprofundaremos a discussão ao investigar em que medida a ToM pode estar relacionada à interpretação da linguagem figurada, especialmente de enunciados irônicos. A compreensão desse tipo de enunciado envolve a inferência das intenções do falante, de suas atitudes e estados mentais, além de exigir a articulação entre o conteúdo superficial da sentença (associado a uma leitura composicional), o contexto de fala, a atitude do falante e o conhecimento de mundo dos interlocutores. Esse processo sugere que a ToM pode desempenhar um papel fundamental na decodificação da ironia. Além disso, exploraremos brevemente o papel do senso de humor, pois, embora nem toda forma de ironia seja necessariamente engraçada, é comum que a ironia se relacione ao humor, especialmente por meio do contraste, da incongruência, da surpresa e do absurdo (DYNEL, 2023).

3.1 O “LITERAL” E O “NÃO-LITERAL”

A distinção entre sentido "literal" e "não-literal/figurado" constitui um debate relevante não apenas para os estudos linguísticos, mas também para a filosofia e outras áreas das ciências humanas. O conceito de "literal" é frequentemente associado a uma suposta transparência de significado (GIBBS, 1994), razão pela qual a literatura não apresenta definições unívocas amplamente aceitas como referência (VEREZA, 2007). Como critério

básico para uma definição operacional dessa noção, adotamos aqui o princípio da composicionalidade, segundo o qual o significado de uma expressão complexa é determinado por sua estrutura e pelo significado de seus elementos constituintes⁴. Dessa forma, o significado de um enunciado literal poderia ser calculado a partir da soma dos significados de seus itens lexicais, levando em consideração as configurações estruturais em que esses itens ocorrem. Por sua vez, o aspecto não-literal pode ser definido de múltiplas formas, uma vez que sua caracterização frequentemente recorre ao conceito de literalidade, que, como mencionado, não possui uma definição precisa na literatura.

Para orientar essa discussão, Lakoff (1986) propõe que o termo "literal" pode ser compreendido a partir de quatro sentidos distintos: *literalidade convencional*, entendida como a linguagem convencional, em oposição à linguagem poética, por exemplo; *literalidade de assunto*, que se refere ao discurso sobre um determinado tema específico; *literalidade não metafórica*, caracterizada pela linguagem que não pode ser compreendida, mesmo que parcialmente, em termos de outra coisa; e *literalidade de condição de verdade*, na qual o sentido literal corresponde à linguagem capaz de se encaixar na realidade objetiva (LAKOFF, 1986 *apud* VEREZA, 2007). Nesse sentido, segundo Lakoff, a indefinição do conceito de literalidade decorre de abordagens que sobrepõem esses quatro sentidos, tratando-os como pertencentes a uma única perspectiva.

Gibbs (1994) levanta a questão de que, mesmo diante da indefinição teórica do conceito, o sentido literal poderia estar associado a uma propriedade específica da linguagem, relacionada à estabilidade do significado nas línguas naturais. Para o autor, a fluidez comunicativa dependeria da existência de sentidos estáveis, transcendentemente ao contexto e, portanto, literais. Nesse cenário, todas as sentenças possuiriam um sentido literal, ainda que este pudesse ser inapropriado ou pouco específico; no entanto, permaneceria passível de interpretação fora ou independentemente do contexto (VEREZA, 2007). Katz e Fodor (1963) compartilham dessa perspectiva ao defender que o sentido literal possui autonomia em relação ao contexto, sendo parte integrante de uma "competência semântica" inerente ao falante da língua (KATZ; FODOR, 1963). Para ilustrar essa concepção, os autores utilizam o exemplo da "carta anônima": um "falante ideal" que recebesse uma carta contendo apenas uma sentença, sem qualquer informação sobre seu contexto de origem ou intenção comunicativa, ainda assim seria capaz de interpretar o texto com base exclusivamente no significado literal

⁴ cf. SZABÓ, 2024, para uma discussão sobre o conceito de composicionalidade.

das expressões linguísticas que o compõem (VEREZA, 2007). Essa visão reflete uma abordagem composicional do significado, segundo a qual o sentido total de um enunciado é derivado da combinação dos significados de suas partes constituintes.

De forma semelhante, Dascal (1987) define o sentido literal como os aspectos do significado de uma sentença que podem ser identificados exclusivamente com base no conhecimento das regras da linguagem, sem depender de elementos contextuais. Para ilustrar essa hipótese, o autor introduz o "princípio da invariância de significado" (DASCAL, 1987), ressaltando que essa invariância está diretamente relacionada ao que aqui se denomina estabilidade do sentido. É importante destacar que essas abordagens sobre o sentido literal concentram-se predominantemente no significado de sentenças, e não no de palavras isoladas.

No caso da linguagem figurada, a discussão torna-se ainda mais complexa. A linguagem não-literal não pode ser simplesmente definida como oposta ou contrária à literal, pois essa argumentação exigiria uma delimitação metodológica precisa do conceito de "literal". Se a interpretação da linguagem figurada demanda mais do que o mero conhecimento das convenções linguísticas, torna-se evidente que ela depende de outros elementos linguísticos e extralinguísticos como recursos cognitivos complementares na atribuição de significado.

No âmbito da Filosofia da Linguagem, Searle (1969) propõe que os enunciados são constituídos por *atos de fala*, nos quais o significado não se restringe ao conteúdo linguístico expresso pelas palavras, mas está intrinsecamente ligado às intenções comunicativas que os sustentam. Assim, o ato de enunciar algo envolve, entre outros aspectos, um conjunto de intenções que o falante busca transmitir. É precisamente nesse conjunto de intenções que deve se concentrar a análise para compreender tanto a produção quanto a interpretação dos enunciados, especialmente no caso da linguagem figurada.

A linguagem não-literal é compreendida, nesta abordagem, como uma extensão das convenções linguísticas na medida em que sua interpretação depende de um conjunto de princípios compartilhados entre emissor e receptor. Searle (1969) argumenta que o uso de metáforas, por exemplo, implica um desvio intencional das normas do uso literal da linguagem, confiando que o receptor será capaz de inferir o significado subjacente a partir de uma interpretação figurada. Nesse processo, a compreensão da linguagem figurada ocorre por

meio da reconstrução do sentido pretendido pelo emissor, com base tanto em convenções linguísticas quanto em processos cognitivos compartilhados.

Essa perspectiva é particularmente relevante para a análise do papel do contexto social na produção e interpretação da linguagem não-literal. Para Searle (1969), o contexto, entendido tanto como a situação em que o enunciado ocorre quanto como as relações sociais envolvidas, desempenha um papel fundamental na identificação das intenções comunicativas do falante. Assim, a interpretação da linguagem figurada exige que o receptor vá além do significado explícito das palavras, considerando fatores contextuais e pragmáticos que orientam a construção do sentido. Ainda que essa abordagem ressalte a importância do conhecimento compartilhado e do contexto social na interpretação da linguagem figurada, Searle (1969) enfatiza, sobretudo, o caráter interacional da linguagem. Sua análise concentra-se na comunicação e no processamento pragmático da linguagem não-literal, sem necessariamente abordar os fundamentos epistemológicos que sustentam sua existência e operação.

Em uma abordagem paralela, Lakoff e Johnson (1980) propõem que a produção da linguagem metafórica está profundamente enraizada nos processos cognitivos humanos. Assim, a metáfora não se restringe ao domínio estritamente linguístico, mas representa um reflexo do modo como os seres humanos experienciam e estruturam a realidade. Sob essa perspectiva, as estruturas conceituais humanas seriam inerentemente metafóricas, de modo que a linguagem não-literal emerge como uma manifestação externa da organização do pensamento. Lakoff e Johnson (1980) sustentam que há uma relação implícita entre a experiência humana, as estruturas cognitivas e a linguagem metafórica, ressaltando a interdependência entre mente e corpo. Dessa maneira, os autores sugerem que os processos linguísticos e mentais estão intrinsecamente vinculados, tornando a linguagem metafórica uma expressão inevitável da cognição humana.

Lakoff e Johnson (1980) introduzem o conceito de *embodied mind* (mente corporificada), segundo o qual a cognição é profundamente influenciada tanto pela fisiologia humana quanto pelas interações do indivíduo com o ambiente. Embora a experiência corporal constitua a base para a formação das categorias cognitivas, os autores ressaltam o papel central do contexto cultural e social na configuração das especificidades da linguagem não-literal.

Dessa forma, a produção e a interpretação da linguagem figurada não dependem apenas de experiências sensório-motoras universais, mas também dos elementos externos que estruturam a compreensão em diferentes culturas. Como resultado, ainda que a corporalidade forneça um alicerce comum para a cognição, as práticas culturais e sociais desempenham um papel fundamental na construção e decodificação das metáforas e demais formas de linguagem figurada.

Clark (1996), a partir de uma perspectiva psicológica, concebe a linguagem como um processo essencialmente interativo, no qual a comunicação se dá por meio da colaboração entre os interlocutores. O autor propõe o conceito de linguagem como uma atividade conjunta (*joint action*), segundo o qual a construção do significado não é uma atividade individual, mas um processo compartilhado entre emissor e receptor (CLARK, 1996). Aplicada à linguagem não-literal, essa abordagem sugere que tanto sua produção quanto sua interpretação dependem de pressuposições mútuas e inferências contextuais. Assim, a comunicação figurada não ocorre de maneira unilateral, resultando de um esforço cooperativo no qual os interlocutores negociam e constroem conjuntamente o sentido do enunciado.

Quando um emissor formula um enunciado, espera-se que o receptor vá além do conteúdo literal das palavras, considerando também as intenções subjacentes, as inferências contextuais e as informações previamente compartilhadas. Paralelamente, o receptor assume um papel ativo na interpretação, preenchendo lacunas e ajustando o significado com base no contexto. Essa concepção, proposta por Clark (1996), é especialmente relevante para a compreensão de enunciados não-literais, cujo significado não pode ser extraído diretamente do conteúdo expresso. Desse modo, a interpretação bem-sucedida de um enunciado figurado exige um processo ativo de decodificação, no qual o receptor mobiliza não apenas o conhecimento linguístico convencional, como também suposições contextuais, saberes prévios e normas sociais. Nesse sentido, estabelece-se uma espécie de "contrato implícito" entre os interlocutores, baseado na compreensão mútua de que o enunciado não deve ser interpretado de forma estritamente literal (CLARK, 1996).

Para que as inferências sejam eficazes, o emissor deve recorrer ao conceito de *conhecimento comum* (*common ground*) (CLARK, 1996), que engloba aspectos como o domínio da língua, o conhecimento de mundo, a situação comunicativa e as relações interpessoais envolvidas. Segundo Clark (1996), a linguagem não-literal depende diretamente da capacidade do emissor de mobilizar esse conhecimento compartilhado e da habilidade do

receptor de reconhecê-lo e aplicá-lo na interpretação do enunciado. Esse processo inferencial caracteriza-se, portanto, como altamente colaborativo. O emissor constrói a mensagem de modo a depender de pistas contextuais para ser corretamente compreendida, enquanto o receptor, por sua vez, interpreta o enunciado com base nessas pistas linguísticas e situacionais, em uma dinâmica contínua e interdependente.

Diante dos elementos discutidos sobre a linguagem figurada, torna-se evidente que sua definição pressupõe um posicionamento teórico específico tanto em relação à linguagem quanto ao próprio conceito de sentido "literal". Neste estudo, adotamos uma definição de linguagem não-literal fundamentada na noção de composicionalidade, entendendo-a como um fenômeno que ocorre quando o significado convencionalmente atribuído pelas normas linguísticas e pela estrutura sintática não é suficiente para a identificação da intenção comunicativa (TRAXLER, 2015).

Embora essa definição seja ampla e relativamente pouco específica, ela oferece um ponto de partida essencial para a construção da pesquisa empírica. A seguir, delimitaremos com maior precisão nosso objeto de estudo, introduzindo a ironia como um caso específico de linguagem não-literal a ser analisado.

3.2 A IRONIA E OS MODELOS DE COMPREENSÃO DE LINGUAGEM NÃO-LITERAL

Os estudos sobre a ironia remontam às primeiras reflexões acerca da linguagem, sendo comumente associada ao uso retórico empregado por Sócrates na *polis* grega (KIERKEGAARD, 2017). Esse fenômeno linguístico atravessa diferentes dimensões da interação humana e caracteriza-se, sobretudo, pela necessidade de interpretar um enunciado conferindo-lhe um sentido distinto, muitas vezes oposto ao seu significado literal (PERNA, 2005).

A ironia pode ser analisada sob, pelo menos, duas perspectivas principais:

(i) A partir da relação de contraste entre o significado pretendido e o conteúdo expresso, o que resulta em desvios das *implicaturas conversacionais* (GRICE, 1975). Essa abordagem baseia-se no modelo de Grice (1975), segundo o qual a interpretação irônica depende essencialmente da discrepância entre o que é dito e o que se deseja comunicar. Dessa forma, a ironia é concebida como um fenômeno linguístico que demanda inferência pragmática, estabelecendo uma conexão entre o enunciado literal e um significado subjacente.

(ii) A partir do efeito implícito gerado pelo uso da ironia, que nem sempre recorre à atribuição de um significado figurado. Nessa perspectiva, enfatiza-se o impacto comunicativo do enunciado irônico, frequentemente empregado para manifestar atitudes subentendidas, realizar críticas ou suavizar interações sociais. Esse enfoque é desenvolvido por autores como Searle (1979) e Booth (1974), que analisam a ironia não apenas como um recurso estilístico, mas como um mecanismo cognitivo e social.

As noções de *implicatura convencional* e *implicatura conversacional*, formuladas por Grice (1975), foram introduzidas para argumentar como significados implícitos são gerados na comunicação. Esses conceitos são especialmente relevantes para a compreensão do processamento das ironias, uma vez que esse fenômeno frequentemente depende de sentidos que não estão explicitamente aparentes no enunciado. A implicatura convencional diz respeito a significados inerentes a determinadas expressões linguísticas, independentemente do contexto em que são empregadas. Esses significados adicionais são fixos, derivam das convenções linguísticas e não dependem diretamente do *princípio da cooperação* (GRICE, 1975). No enunciado "Ele é rico, mas é feliz", por exemplo, a conjunção "mas" estabelece uma oposição que, convencionalmente, sugere que a relação entre ser rico e ser feliz pode ser inesperada. No entanto, esse tipo de implicatura tem menor relevância na interpretação da ironia, pois o sentido dos enunciados irônicos normalmente não pode ser extraído de forma convencional.

Por outro lado, as implicaturas conversacionais referem-se a significados inferidos a partir do uso pragmático da linguagem, orientados pelo princípio da cooperação e pelas quatro máximas conversacionais: *quantidade*, *qualidade*, *relação* e *modo* (GRICE, 1975). No enunciado "Há fumaça na cozinha", por exemplo, a interpretação da mensagem não se limita ao seu conteúdo literal, mas sugere um problema subentendido. Esse significado implícito decorre de inferências pragmáticas acionadas pela violação das máximas de quantidade e relevância. Nesta abordagem, portanto, a compreensão da ironia e de outras formas de linguagem figurada está diretamente relacionada à identificação da violação das máximas conversacionais, em especial a de qualidade, que pressupõe a veracidade das afirmações. Dessa forma, a ironia pode ser caracterizada como um fenômeno linguístico no qual o significado pretendido contrasta com o conteúdo expresso, sendo sua interpretação dependente do contexto comunicativo e da "competência" pragmática dos interlocutores.

Em abordagens alternativas à de Grice (1975), a ironia passa a ser definida com base no efeito implícito que seu uso produz nos interlocutores, desempenhando funções como a crítica ou a atenuação de interações (SEARLE, 1979; BOOTH, 1974). O aspecto central dessa concepção encontra-se no *efeito perlocutório* (SEARLE, 1979), ou seja, no impacto que o enunciado irônico gera nos ouvintes, levando-os a reconhecer sua intenção subjacente. Esse efeito ocorre porque o receptor, ao interpretar a ironia, percebe que o enunciado literal é inadequado ou falso no contexto e, a partir disso, infere a atitude comunicativa do falante, que pode envolver crítica, desaprovação, humor ou sarcasmo (SEARLE, 1979). Nessa perspectiva, a ironia depende de um entendimento compartilhado entre os interlocutores acerca do contexto e da intenção discursiva, visto que sua interpretação exige do receptor a capacidade de identificar a atitude implícita do falante. Assim, a ironia configura-se também como um fenômeno cognitivo e social, influenciado pela interação e pela capacidade interpretativa dos participantes da comunicação.

Para Booth (1974), a ironia é um fenômeno pragmático caracterizado por uma distância intencional entre o enunciado literal e a atitude implícita do falante. Esse fenômeno não se restringe a uma oposição entre o que é dito e o que se pretende comunicar, constituindo-se como um efeito comunicativo cujo objetivo é provocar uma reação específica no receptor. O autor enfatiza que a ironia não depende necessariamente da contradição entre o significado literal e o implícito. Em vez disso, trata-se de uma atitude subentendida, que pode se manifestar por de intenções que o interlocutor deseja despertar nos envolvidos na situação irônica, como humor ou desaprovação. Dessa forma, a ironia cria um descompasso entre a forma expressa e a mensagem efetivamente comunicada. Esse efeito só se concretiza se o receptor for capaz de reconhecer que o emissor, intencionalmente, está transmitindo um significado distinto daquele explicitamente formulado (BOOTH, 1974).

As abordagens teóricas sobre a ironia anteriormente apresentadas convergem na necessidade de considerar um conjunto de elementos pragmáticos, contextuais, linguísticos e extralinguísticos para uma interpretação adequada desse fenômeno. No entanto, independentemente da definição adotada, no campo da psicolinguística a compreensão da ironia, assim como de outras formas de linguagem não-literais, é frequentemente concebida como um processo que envolve múltiplas etapas de processamento cognitivo (SPERBER; WILSON, 1986). Ainda assim, não há um consenso sobre a existência de um modelo único para o processamento da ironia ou da linguagem figurada em geral. Nesse contexto, questões como o custo cognitivo associado à interpretação de significados não-literais e a sequência de

ativação dos possíveis significados permanecem como temas centrais nas investigações da área.

A Teoria da Relevância, proposta por Sperber e Wilson (1986), apresenta uma abordagem pragmática para a compreensão da linguagem não-litera, enfatizando o papel do contexto comunicativo e do princípio da relevância na inferência de significados. Essa teoria adota uma perspectiva cognitiva e inferencial, argumentando que os significados não são fixos, mas dependem dos contextos em que são interpretados. O *princípio da relevância* (SPERBER; WILSON, 1986) postula que os seres humanos tendem a maximizar a relevância da informação processada por seus sistemas cognitivos. Nesse sentido, a relevância é definida pela relação entre o esforço cognitivo exigido para interpretar uma informação e os efeitos cognitivos que essa interpretação gera. Uma informação é considerada relevante quando os efeitos cognitivos produzidos—entendidos como mudanças em crenças, conhecimento ou inferências—justificam o esforço mental empregado em seu processamento. Esses efeitos podem incluir a confirmação, modificação ou ampliação de crenças prévias. O esforço cognitivo, por sua vez, refere-se à carga mental necessária para interpretar uma informação. Mensagens mais simples e diretas demandam menor esforço cognitivo, o que facilita seu processamento. Assim, o princípio da relevância argumenta como o equilíbrio entre esforço e efeitos cognitivos influencia a compreensão dos significados em diferentes contextos comunicativos.

No processamento da linguagem, o esforço cognitivo não se restringe apenas à dificuldade de interpretar elementos linguísticos ou implicaturas conversacionais, mas engloba qualquer forma de custo intelectual associado ao processamento da informação, incluindo aspectos emocionais. No caso dos eufemismos, por exemplo, a Teoria da Relevância sugere que sua eficácia reside na capacidade de permitir que o receptor realize as inferências necessárias para compreender o significado pretendido, mesmo quando o conteúdo literal do enunciado não o expressa diretamente. O uso de eufemismos reduz o esforço cognitivo ao evitar o confronto direto do destinatário com realidades potencialmente perturbadoras, mantendo, ao mesmo tempo, os efeitos comunicativos desejados. Isso ocorre porque a mensagem é interpretada por meio de inferências implícitas, assegurando a transmissão do conteúdo sem comprometer sua recepção (SPERBER; WILSON, 1986).

De acordo com a Teoria da Relevância, a comunicação eficaz ocorre quando o receptor é capaz de inferir o significado pretendido com o menor esforço cognitivo possível,

ao mesmo tempo em que obtém efeitos cognitivos significativos (SPERBER; WILSON, 1986). Os seres humanos, nesse modelo teórico, são concebidos como "máquinas de relevância", ou seja, agentes que buscam constantemente otimizar a interpretação das informações, ajustando seus processos cognitivos de maneira a maximizar os efeitos cognitivos enquanto minimizam o esforço necessário para compreendê-las.

Tanto a linguagem literal quanto a não-literal envolvem mecanismos intelectuais análogos, fundamentados na interação entre esforço cognitivo e efeitos interpretativos. A Teoria da Relevância, ao postular que os indivíduos buscam automaticamente significados relevantes dentro de um contexto específico, sugere um modelo para compreender como os sistemas cognitivos identificam discrepâncias entre um conteúdo enunciado e seu significado esperado. Esse reconhecimento da não-literalidade baseia-se no princípio da relevância, que orienta a interpretação linguística ao privilegiar construções que maximizem a eficiência cognitiva.

A Teoria da Relevância apresenta uma aplicação específica na interpretação da linguagem não-literal, particularmente no fenômeno da ironia, ao introduzir os conceitos de *relevância ótima* e *relevância esperada* (SPERBER; WILSON, 1986). A relevância ótima caracteriza-se pelo equilíbrio ideal entre os efeitos cognitivos gerados e o esforço cognitivo despendido, de modo que uma informação seja capaz de proporcionar uma quantidade substancial de novos conhecimentos ou induzir modificações nas crenças do interlocutor com o menor custo cognitivo possível. Em contraste, a relevância esperada corresponde à pressuposição, por parte do receptor, de que o emissor disponibiliza informações dotadas de um grau de relevância adequado ao contexto e às expectativas compartilhadas na interação comunicativa (SPERBER; WILSON, 1986).

Dessa forma, ao produzir um enunciado, seja ele literal ou não-literal, presume-se que o receptor será capaz de inferir sua relevância sem a necessidade de explicitações adicionais, uma vez que a mensagem deve apresentar um nível de pertinência suficiente para justificar o esforço cognitivo exigido em sua interpretação. No entanto, caso um enunciado não proporcione relevância imediata — como ocorre em declarações que não introduzem informações novas, são excessivamente prolixas ou apresentam-se significativamente descontextualizadas —, a comunicação pode falhar em atingir seu propósito, dado que o receptor pode não estar disposto a investir o esforço cognitivo necessário para decodificá-lo.

No contexto da ironia, um de seus aspectos fundamentais reside na possibilidade de uma dupla interpretação (MATEO, 2010). Inicialmente, um enunciado irônico pode ser interpretado de maneira literal, uma vez que sua formulação se baseia em elementos concretos ou subjetivos da realidade. No entanto, conforme postulado pela Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 1986), para que a comunicação seja eficaz, torna-se necessário que o receptor "rejeite" essa interpretação literal e a substitua por uma interpretação implícita, a qual deve permanecer em conformidade com o princípio da relevância. Assim, a relevância ótima é atingida quando o interlocutor consegue apreender o significado subjacente da ironia com um esforço cognitivo mínimo, ao mesmo tempo em que extrai efeitos cognitivos substanciais, como a identificação da crítica ou do humor implícito no enunciado.

Com base na noção de efeito cognitivo, Giora (2003) propõe uma abordagem para a interpretação de sentidos figurativos, denominada Modelo de Saliência Graduada (GIORA, 2003). De acordo com esse modelo, os indivíduos inicialmente processam o significado mais saliente de um enunciado e, posteriormente, revisam essa interpretação caso o contexto assim o exija. A princípio, a interpretação literal tende a ser ativada em função de fatores relacionados à saliência, tais como a frequência e a familiaridade do conteúdo no contexto discursivo. Somente após essa ativação inicial, e se necessário, o indivíduo reavalia o enunciado e considera possíveis significados alternativos com base em pistas contextuais e cognitivas (GIORA, 2003). A premissa central desse modelo é que o processamento linguístico ocorre por meio da ativação hierárquica dos significados, com base em sua respectiva saliência, ou seja, na medida em que um determinado significado se mostra mais familiar, acessível ou frequente para os interlocutores. Ademais, diferentes interpretações apresentam graus variados de saliência, o que implica que os significados mais salientes são processados prioritariamente, enquanto aqueles de menor saliência somente são ativados em um segundo momento, caso fatores contextuais e pragmáticos demandem essa reinterpretação (GIORA, 2003).

Gibbs (2011) apresenta uma perspectiva alternativa sobre o processamento da ironia, argumentando que sua interpretação não requer, necessariamente, a ativação prévia do sentido literal. O autor sugere que os interlocutores podem reconhecer a ironia de maneira direta, fundamentando-se em seu conhecimento pragmático e social prévio. Nesse sentido, essa abordagem propõe que, em determinadas circunstâncias, o uso da ironia é previsível ou convencional, de modo que elementos específicos do contexto predisõem o receptor a uma interpretação figurada imediata (GIBBS, 2011). Assim, fatores como o contexto social, as

expectativas em relação ao comportamento do falante, seus objetivos comunicativos, bem como pistas não verbais e prosódicas, desempenham um papel essencial na identificação direta de enunciados irônicos. Em situações apropriadas, como em contextos humorísticos, os interlocutores podem compreender um enunciado como irônico sem a necessidade de recorrer a uma interpretação preliminar de seu significado literal.

Um elemento central do modelo proposto por Gibbs (2011) é sua articulação com a Teoria da Simulação Corporificada (*Embodied Simulation Theory*) (BARSALOU, 1999), a qual postula que a compreensão linguística, incluindo a ironia, baseia-se em uma simulação mental das ações, emoções e intenções do falante. Nesse processo, ao ouvir uma expressão irônica, o receptor realiza uma simulação cognitiva do estado emocional e das intenções do emissor, bem como de suas expectativas comunicativas, o que possibilita uma interpretação direta e imediata da ironia. Especificamente no caso dos enunciados irônicos, essa simulação envolve a detecção de uma incongruência entre o conteúdo expresso e o contexto discursivo. Dessa forma, o receptor é capaz de "simular" a intenção comunicativa, considerando as condições contextuais e demais pistas relevantes, o que lhe permite interpretar adequadamente o significado não-literal do enunciado.

No que tange à relação entre ironia e ToM, Giannini (2013) investigou a conexão entre a linguagem figurada e o desenvolvimento dessa capacidade cognitiva, atribuindo especial relevância à compreensão das crenças falsas de primeira e segunda ordem no processo interpretativo da ironia. As crenças falsas de primeira ordem referem-se à habilidade de reconhecer que um indivíduo pode possuir uma crença equivocada acerca de um estado de realidade no mundo. Esse tipo de crença constitui um marco essencial no desenvolvimento inicial da ToM e, por conseguinte, na apreensão da linguagem não-literal, visto que tal modalidade discursiva pressupõe a compreensão de que o significado literal de um enunciado não é suficiente para sua interpretação adequada. Em um nível cognitivo mais avançado, as crenças falsas de segunda ordem dizem respeito à capacidade de compreender que um indivíduo pode ter uma crença incorreta a respeito do que outra pessoa pensa. Esse nível mais sofisticado de ToM é particularmente crucial para o processamento da ironia (GIANNINI, 2013), uma vez que, para interpretar um enunciado irônico, o receptor deve não apenas compreender a perspectiva do emissor, como também inferir a crença que este atribui ao receptor acerca do conteúdo enunciado (SULLIVAN; WINNER; HOPFIELD, 1995).

No contexto dos enunciados irônicos, a capacidade de compreender crenças falsas de segunda ordem possibilita ao receptor reconhecer que o emissor não apenas formula uma afirmação literalmente falsa, mas o faz com a expectativa de que sua verdadeira intenção seja inferida pelo interlocutor. Giannini (2013) destaca que a complexidade das camadas de crenças falsas desempenha um papel fundamental na apreensão da ironia, observando que a habilidade de compreender crenças de segunda ordem emerge de forma mais tardia no desenvolvimento cognitivo e está diretamente correlacionada à interpretação satisfatória de enunciados irônicos. Em crianças pequenas, a capacidade de representar estados mentais mais sofisticados, tais como desejos e intenções alheias, encontra-se em processo de maturação, o que explica a dificuldade que crianças menores de cinco anos apresentam na interpretação de ironia e sarcasmo (ASTINGTON; JENKINS, 1999). Com o avanço dessa habilidade cognitiva, as crianças passam a reconhecer que determinados enunciados, embora não correspondam à verdade literal, são estruturados com o objetivo de produzir efeitos específicos nos interlocutores, como o humor ou a crítica implícita.

A compreensão da ironia em adultos requer a ativação de mecanismos cognitivos complexos, envolvendo a memória de trabalho (GIBBS, 2011), a Teoria da Mente (HAPPÉ, 1994; GIANNINI, 2013) e a habilidade de inferir intenções comunicativas (GRICE, 1975; CLARK, 1996; GIBBS, 2011). No que tange à sua função social, Colston (1997) investigou as funções pragmáticas da ironia, com especial atenção ao emprego da crítica irônica como estratégia para atenuar (DEWS; WINNER, 1995) ou intensificar uma crítica. Nesse sentido, o autor argumenta que a crítica irônica pode desempenhar uma dupla função, cuja manifestação dependerá de fatores contextuais e sociais que influenciam a recepção do enunciado. Em contextos amistosos ou interações informais, a presença da ironia em uma crítica pode mitigar seus efeitos negativos, suavizando o impacto da mensagem (DEWS; WINNER, 1995). Entretanto, em contextos mais formais ou marcados por tensão, o uso da ironia pode exercer o efeito oposto, amplificando a severidade da crítica e reforçando seu teor avaliativo (COLSTON, 1997).

Sob a perspectiva da linguística cognitiva, Glucksberg *et al.* (1982) conduziram um estudo experimental para investigar a "veracidade literal" de enunciados metafóricos, analisando sentenças como "*Alguns trabalhos são prisões*" (*some jobs are jails*) (GLUCKSBERG; GILDEA; BOOKIN, 1982). Os resultados demonstraram que os participantes identificaram corretamente essas sentenças como literalmente falsas; contudo, a possibilidade de uma interpretação metafórica plausível — por exemplo, a ideia de que

algumas pessoas se sentem aprisionadas em suas ocupações — interferiu significativamente no processamento cognitivo. Especificamente, quando uma interpretação metafórica coerente estava disponível, os participantes levaram mais tempo para classificar a sentença como falsa, sugerindo que o sentido figurado competia cognitivamente com a interpretação literal (GLUCKSBERG; GILDEA; BOOKIN, 1982). Dessa forma, o estudo corrobora a hipótese de que não é possível ignorar automaticamente o sentido figurado de metáforas convencionais, cristalizadas e de alta frequência, indicando que ao menos alguns significados não-literais podem ser compreendidos de maneira automática, mesmo em contextos linguísticos reduzidos ou empobrecidos (GLUCKSBERG; GILDEA; BOOKIN, 1982).

Ainda sob essa perspectiva, a compreensão metafórica fundamenta-se, simultaneamente, no princípio cooperativo proposto por Grice (1975) e na tendência dos interlocutores de buscar informações novas e relevantes. Nesse sentido, propriedades salientes do predicado são ativadas de maneira automática para enriquecer a representação do sujeito, independentemente de a declaração ser interpretada de forma literal ou figurativa, possibilitando um processamento cognitivo imediato (GLUCKSBERG; GILDEA; BOOKIN, 1982). Essa ativação ocorre em função de fatores como a frequência e a familiaridade da expressão, sendo que a predicação figurativa, especialmente em metáforas convencionais, emprega veículos linguísticos estereotipados. Esses veículos fornecem propriedades genéricas que são posteriormente especificadas pelo tópico da metáfora (ORTONY, 1979 *apud* GLUCKSBERG, GILDEA; BOOKIN, 1982).

Embora metáforas baseadas em veículos estereotipados sejam processadas com relativa facilidade, expressões figurativas inovadoras podem provocar dificuldades interpretativas iniciais, dependendo do contexto e do grau de familiaridade dos interlocutores com o termo metafórico empregado. Assim, a convencionalidade e a exposição prévia exercem um papel central na precisão e na fluidez da interpretação da linguagem, seja ela literal ou figurativa. Dessa forma, os indivíduos mobilizam um conjunto comum de estratégias e mecanismos cognitivos tanto para interpretar significados literais e não-literais quanto para avaliar a veracidade de enunciados, permitindo-lhes atribuir significado de maneira eficiente (GLUCKSBERG, GILDEA; BOOKIN, 1982).

Considerando as diversas abordagens sobre o fenômeno da ironia, neste trabalho propomos que enunciados irônicos carregam um sentido implícito que, para ser adequadamente interpretado, exige a atribuição de um significado distinto, frequentemente

oposto ao conteúdo literal da mensagem (PERNA, 2005). A interpretação desse tipo de conteúdo envolve, portanto, um processo cognitivo que depende da identificação de pistas linguísticas e não linguísticas, especialmente quando o sentido literal gera uma incongruência contextual. No que se refere ao processamento de linguagem não-literal, assumimos que a interpretação ocorre por meio de etapas semelhantes às implicadas na compreensão de linguagem literal, incluindo a ativação lexical, a computação sintática da estrutura e a representação conceitual ou proposicional.

Contudo, essa perspectiva não implica que a compreensão do sentido irônico de um enunciado seja realizada exclusivamente por meio da rejeição do significado literal previamente processado. Seguindo a abordagem proposta por Giora (2003), sustentamos que a saliência dos sentidos é variável e, portanto, quando o significado irônico se torna o mais saliente — em razão de fatores como frequência, familiaridade com o conteúdo, conhecimento compartilhado ou outras pistas contextuais — este pode ser computado de maneira direta. Além disso, a capacidade de processar informações relativas à representação de estados mentais, e particularmente à intenção comunicativa e à atitude do falante, está associada a aspectos da cognição social, especificamente à ToM. Deste modo, a compreensão da ironia depende da integração entre informações linguísticas — processadas pela cognição linguística — e pistas sociointeracionais relevantes, processadas pela cognição social.

A fim de delimitar de forma mais precisa o objeto de estudo, e considerando a função social da ironia (COLSTON, 1997; DEWS; WINNER, 1995), os enunciados irônicos analisados nesta pesquisa foram classificados em duas categorias específicas: críticas irônicas e elogios irônicos. As críticas irônicas, ou insultos irônicos (DEWS; WINNER, 1995), são caracterizadas por enunciados aparentemente positivos, mas com a intenção de comunicar uma mensagem negativa no contexto da interação social. Por outro lado, os elogios irônicos consistem em enunciados construídos em tom superficialmente negativo, mas que têm a intenção de transmitir uma mensagem positiva relacionada ao contexto ou aos interlocutores (NONATO, 2020). A escolha dessas duas categorias se justifica pelo fato de que ambos os tipos de enunciados estão diretamente relacionados a situações sociais nas quais a inferência pessoal de cada interlocutor é essencial para a construção do significado desses enunciados. Por fim, cabe ressaltar que o uso de elogios irônicos é menos frequente nas interações comunicativas, visto que a intenção de elogiar é, geralmente, expressa de maneira explícita, ao contrário das críticas (GLENWRIGHT, 2007, *apud* NONATO, 2020).

A compreensão da ironia, sob diversas abordagens cognitivas e psicolinguísticas, oferece um direcionamento para o estudo de fenômenos ligados à linguagem não-literal. O processo de identificação da incongruência entre o conteúdo literal e a intenção subjacente do emissor não apenas provoca uma reavaliação das expectativas do receptor, mas frequentemente desencadeia uma resposta emocional, como surpresa ou diversão, que são características típicas do humor. Assim, a capacidade de compreender ironias envolve uma percepção mais sofisticada de estados mentais, como crenças falsas ou intenções implícitas, o que pode também englobar elementos de humor implícito nas interações sociais. A subversão das expectativas é um princípio comum tanto à ironia quanto ao humor, visto que ambos compartilham a habilidade de criar uma desconexão temporária entre o que é dito e o que é entendido. Diante disso, propomos, a seguir, uma breve análise da relação entre ironia e humor, dado que ambos os fenômenos se interconectam em seus aspectos cognitivos e sociais.

3.3 HUMOR E IRONIA

O humor é um fenômeno que tem despertado o interesse de pesquisadores em diversas áreas do conhecimento, especialmente na linguística e na psicologia. A análise do humor pode ser conduzida sob diferentes perspectivas, considerando, por exemplo, sua composição verbal e não verbal, sua função social ou seus efeitos cognitivos sobre os interlocutores. Além disso, a definição de "humor" abrange uma ampla gama de manifestações, nem sempre associadas a uma intencionalidade positiva. Nesse contexto, Martin (2007) identifica quatro principais variações do humor, cada uma com implicações específicas para o ambiente social: o *humor autodepreciativo*, o *humor corrosivo*, o *humor agregador* e o *humor otimista* (MARTIN, 2007 *apud* ROMÃO, 2008). O humor autodepreciativo consiste na exploração das próprias falhas e imperfeições para gerar risadas. O humor corrosivo, por sua vez, caracteriza-se por uma postura social na qual o indivíduo provoca riso às custas dos outros, sem considerar os impactos em suas relações interpessoais. Já o humor agregador envolve brincadeiras e comentários socialmente bem recebidos, contribuindo para a aceitação e admiração do indivíduo no grupo. Por fim, o humor otimista reflete uma atitude positiva e harmoniosa em relação à vida (ROMÃO, 2008).

Estudos sobre o humor indicam que esse fenômeno se destaca como o único campo da criatividade no qual um estímulo cognitivo e emocional complexo resulta em uma resposta fisiológica diretamente observável: o riso ou, de forma mais sutil, o sorriso (ROMÃO, 2008). O humor pode ser compreendido como uma experiência cognitiva, muitas vezes inconsciente,

que envolve a ressignificação da realidade sociocultural e gera um estado de prazer. Também está relacionado aos fatores contextuais externos que desencadeiam essa experiência, ao prazer resultante dessa vivência e às manifestações externas desse estado, expressas por meio do sorriso e do riso. (TRAVAGLIA, 1990).

Bergson (2002) argumenta que o cômico existe exclusivamente no que é propriamente humano. Enquanto algumas tradições filosóficas relacionadas ao humor definem o ser humano como um "animal que ri" (ROMÃO, 2008), o autor sugere uma formulação mais precisa, ao afirmar que "o homem é um animal que faz rir" (BERGSON, 2002 *apud* ROMÃO, 2008). Nos estudos sobre o humor, destacam-se três principais abordagens teóricas. As *teorias da superioridade* defendem que o humor decorre de um sentimento de superioridade em relação a outras pessoas, sendo o riso uma manifestação dessa percepção (cf. BERGSON, 2002). As *teorias da catarse* sugerem que o humor funciona como um mecanismo de escape, aliviando tensões decorrentes do ambiente social ou psicológico do indivíduo (cf. FREUD, 2011). Já as *teorias da incongruência* propõem que o humor emerge de um processo cognitivo no qual a expectativa é confrontada com algo inesperado ou incongruente, gerando surpresa e, conseqüentemente, o riso (cf. KOESTLER, 1964).

A partir deste ponto, a discussão será direcionada especificamente para a relação entre humor e linguagem figurada, com ênfase nos enunciados irônicos. Embora a ironia nem sempre tenha um caráter humorístico, é comum que esteja associada ao humor. Nesse contexto, pode-se inferir que alguns dos aspectos envolvidos na interpretação da linguagem figurada também desempenham um papel na compreensão do humor.

Na perspectiva da linguística cognitiva, os sentidos são construídos por meio de processos mentais que organizam e reorganizam informações obtidas do ambiente. Nesse contexto, a cognição funciona como um mediador entre o mundo e a linguagem, recorrendo a modelos fundamentados em crenças e valores socioculturais para atribuir significado (FERRARI, 2011, *apud* LEITE; GONÇALVES, 2014). Assim, a compreensão envolve um processo cognitivo que depende do reconhecimento e da ativação de categorias e esquemas formados pela experiência coletiva. Como construções sociais, esses esquemas antecedem as elaborações individuais e servem de base para seu desenvolvimento (LEITE; GONÇALVES, 2014).

Desse modo, o processamento do humor é um fenômeno cognitivo complexo que envolve a ativação de diferentes *frames* semânticos e o estabelecimento de conexões entre domínios conceituais. A compreensão da linguagem, incluindo o humor, dependeria de "saltos de sentido" ou mudanças de *frame*, fundamentais para a reinterpretação de enunciados e a criação de surpresa ou a resolução de incoerências (COULSTON, 1997 *apud* LEITE; GONÇALVES, 2014). Nesse contexto, a *Teoria da Mesclagem Conceptual* (FAUCONNIER; TURNER, 2002 *apud* LEITE; GONÇALVES, 2014) propõe que o humor emerge da interação entre diferentes espaços mentais ou domínios conceituais. Durante o processamento humorístico, informações provenientes de espaços distintos são combinadas em um domínio emergente, possibilitando novas interpretações de sentido.

Considerando que o processamento do humor envolve a conexão entre domínios conceituais e inferências pragmáticas baseadas no contexto sociocultural, a compreensão do humor e da linguagem não-literal parece estar ancorada nos mesmos processos cognitivos. Algumas perspectivas (DYNEL, 2023) sugerem que a ironia possui uma significação polissêmica e, em determinados contextos, pode ser interpretada como sinônimo de sarcasmo e humor. Apesar dessa possível convergência nos processos de compreensão, Dynel (2023) destaca que a ironia é frequentemente definida como uma forma de expressão na qual o significado literal contrasta com o significado pretendido, geralmente com um propósito crítico ou subversivo. Já o humor é um fenômeno comunicativo e cognitivo que busca provocar o riso ou uma apreciação cômica, explorando elementos como surpresa, incongruência ou exagero. Enquanto a ironia pode ser mordaz ou sutilmente crítica, o humor tende a ser mais inclusivo e acessível, contribuindo para a atenuação de tensões sociais (RASKIN, 1985 *apud* DYNEL, 2023).

Embora ironia e humor compartilhem características como a incongruência e o potencial para a subversão, diferem em sua intencionalidade e recepção pelos interlocutores (DYNEL, 2023). A ironia frequentemente exige um nível mais sofisticado de interpretação, além de um conhecimento cultural e convencional mais aprofundado, enquanto o humor pode ser mais imediato e universal. No entanto, a ironia muitas vezes recorre ao humor como meio de expressão. Embora situações irônicas possam ser cômicas, nem todas as formas de humor envolvem ironia. Enquanto uma piada pode depender da incongruência para gerar riso, isso não implica necessariamente uma crítica implícita ou um contraste entre aparência e realidade. Tanto a ironia quanto o humor desempenham papéis fundamentais na interação e comunicação humana, podendo desafiar normas, questionar estruturas de poder e oferecer

alívio emocional (DYNEL, 2023). No entanto, a interpretação desses fenômenos depende fortemente do contexto cultural e da capacidade interpretativa do público.

Trazendo a discussão para o escopo deste estudo, uma investigação conduzida por Leite e Gonçalves (2014) analisou se idosos diagnosticados com Doença de Alzheimer apresentariam um tempo maior para compreender textos com elementos de humor, em comparação a um grupo controle de idosos neurologicamente saudáveis. Os resultados indicaram que esses indivíduos tiveram um tempo de reação superior tanto na interpretação de textos humorísticos quanto, de modo geral, em relação ao grupo controle (LEITE; GONÇALVES, 2014). Estudos adicionais corroboram essa relação, demonstrando que indivíduos com algum tipo de comprometimento neurológico tendem a precisar de mais tempo para processar o humor em comparação àqueles sem comprometimentos (COLSON; KUTAS, 2001, *apud* LEITE; GONÇALVES, 2014).

Embora o comprometimento cognitivo na Doença de Alzheimer tenha uma base fisiológica bem estabelecida, observa-se que a privação de liberdade também pode gerar efeitos cognitivos específicos, ainda que de natureza distinta. O isolamento social, a restrição de estímulos diversificados e o estresse contínuo vivenciado por indivíduos em ambientes prisionais podem afetar habilidades cognitivas essenciais, incluindo a interpretação de ironias e a compreensão do humor. Esses processos dependem de mecanismos cognitivos sofisticados e estão diretamente relacionados à interação social.

Explorar como essas dinâmicas se manifestam em populações privadas de liberdade pode contribuir para a compreensão dos efeitos de contextos sociais atípicos sobre funções cognitivas complexas, mesmo na ausência de comprometimentos neurológicos evidentes. Por fim, considerando as similaridades entre os processos envolvidos na compreensão de ironia e humor, este estudo experimental adotará uma variável específica para investigar a relação entre esses fenômenos, conforme será detalhado no próximo capítulo.

4 TEORIA DA MENTE EM ADULTOS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A COMPREENSÃO DE ENUNCIADOS IRÔNICOS POR ADULTOS PRIVADOS DE LIBERDADE

Esta pesquisa tem como objetivo investigar a compreensão da linguagem não-litera, com ênfase específica em enunciados irônicos, tanto críticos quanto elogiosos, por adultos em privação de liberdade em uma unidade prisional. Para isso, além da revisão bibliográfica pertinente, foi realizado um estudo experimental fundamentado em um conjunto de procedimentos de coleta de dados, composto por: (i) Questionário Sociodemográfico; (ii) Escala Multidimensional do Sentido do Humor – *MSHS* (THORSON; POWELL, 1993), traduzida (JOSÉ; PARREIRA, 2008) e adaptada pelo pesquisador; e (iii) Protocolo para avaliação da compreensão de enunciados não-literais baseado no instrumento *Strange Stories* (HAPPÉ, 1994; O'HARE *et al.*, 2009), traduzido para o português europeu (VELLOSO; DUARTE; SCHWARTZMAN, 2013) e adaptado pelo pesquisador responsável.

No presente capítulo, são descritos o método experimental adotado, os instrumentos de pesquisa utilizados e os dados coletados junto aos grupos experimental e controle. Posteriormente, os resultados são analisados e discutidos à luz do arcabouço teórico previamente delimitado. Dado que a pesquisa foi conduzida em um ambiente sensível, envolvendo uma população vulnerável, todos os procedimentos foram previamente aprovados pela administração da instituição prisional, garantindo a estrita observância das diretrizes estabelecidas⁵. Ademais, os instrumentos de pesquisa foram adaptados, dentro das possibilidades do método experimental, para atender às especificidades de vocabulário, bem como ao contexto social e psicológico dos participantes. O protocolo de pesquisa foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFJF (CAAE 77303924.8.0000.5147).

4.1 TEORIA DA MENTE E ENUNCIADOS IRÔNICOS: A CONSTRUÇÃO DO MÉTODO EXPERIMENTAL

Considerando que a linguagem não-litera desempenha um papel fundamental tanto do ponto de vista linguístico quanto no âmbito da ToM — compreendida como a capacidade de prever, agir e reagir com base nas atitudes de outros indivíduos e de si mesmo — foi

⁵ O acesso a este público específico foi viabilizado por meio de experiência de trabalho anterior do pesquisador, desenvolvida através de estágio profissionalizante na referida instituição prisional durante a graduação em Psicologia.

desenvolvido um instrumento de pesquisa para explorar possíveis associações entre a compreensão de enunciados irônicos, o nível de senso de humor e a influência da privação de liberdade na interpretação desse tipo de conteúdo. A ToM foi considerada parte do processo de decodificação, sensível aos efeitos do ambiente social. Nesse contexto, o percurso metodológico consistiu na identificação, adaptação e elaboração, com base na literatura de referência, de tarefas experimentais que avaliassem aspectos relacionados à ToM e, simultaneamente, incorporassem conteúdos não-literais. Dessa forma, buscou-se garantir a mensuração integrada e eficiente de ambos os fatores.

Conforme mencionado, a coleta de dados foi realizada por meio de três instrumentos, descritos a seguir: (i) um questionário sociodemográfico, composto por perguntas sobre informações sociais, histórico educacional e condições de saúde dos participantes, permitindo a correlação de dados entre os voluntários e o pareamento entre os grupos experimental e controle; (ii) a Escala Multidimensional do Sentido do Humor – *MSHS* (THORSON; POWELL, 1993), traduzida para o português por José e Parreira (2008) e adaptada pelo pesquisador responsável, utilizada para avaliar o nível de senso de humor dos participantes e sua relação com o desempenho na compreensão de enunciados não-literais; e (iii) o Protocolo de avaliação de enunciados irônicos baseado no instrumento *Strange Stories* (HAPPÉ, 1994; O'HARE *et al.*, 2009), traduzido para o português europeu por Velloso, Duarte e Schwartzman (2013) e adaptado pelo pesquisador, destinado à avaliação da compreensão de enunciados não-literais, com ênfase em enunciados irônicos. Todos os instrumentos empregados na pesquisa encontram-se integralmente apresentados nos Apêndices deste trabalho, devidamente identificados por seus respectivos títulos.

A seguir, será apresentada a interação esperada entre os aspectos da ToM e a compreensão de enunciados irônicos, conforme avaliada pela tarefa de compreensão de enunciados irônicos. Para ilustrar essa relação, serão expostos dois exemplos adaptados de itens do instrumento, voltados à avaliação da compreensão de crítica irônica e elogio irônico. Na sequência, será descrito, de forma sucinta, o percurso cognitivo que o participante pode seguir para alcançar os objetivos da tarefa, enfatizando a relação entre os fatores analisados.

(i) Crítica Irônica: Ricardo está se arrumando para o casamento de seu melhor amigo. A festa será em um salão famoso da cidade, mas, por ser o casamento de seu melhor amigo, ele se veste com uma bermuda e chinelos. Ao entrar no salão, o noivo diz a Ricardo: "*Caprichou no visual, hein?*".

(ii) Elogio Irônico: José trabalhou muito, e acabou de comprar um carro esportivo do ano, que custou uma fortuna. No outro dia, ao chegar no trabalho com seu carro novo, Luís, seu colega de trabalho, fica admirado e diz a José: “*Mas que lata velha!*”.

A tarefa proposta ao participante consiste em responder a duas perguntas após escutar cada história do instrumento: “*É verdade o que X falou?*” e “*Por que X falou isso?*”. Essas perguntas têm o objetivo de estimular a análise dos enunciados com base em elementos fundamentais, como os estados mentais dos personagens e o contexto narrativo. A avaliação considera aspectos como características individuais dos personagens, suas relações interpessoais e elementos relevantes do ambiente, possibilitando ao participante uma compreensão mais ampla das condições implícitas que influenciam a atitude do personagem em questão.

No primeiro exemplo, são apresentados elementos contextuais essenciais para a interpretação do enunciado irônico, incluindo a natureza do evento social (casamento), o grau de intimidade entre os personagens (melhores amigos), uma característica marcante do ambiente (salão renomado) e um fenômeno de contraste (vestimenta contextualmente inadequada: bermuda e chinelos). Posteriormente, outro personagem interage com “Ricardo” por meio de uma crítica que, em um nível superficial, pode ser interpretada como um elogio: “Caprichou no visual, hein?”. Para responder corretamente, o participante deve realizar uma leitura situacional que integre informações processadas pela ToM, como intenções, estados mentais e emoções dos personagens. Assim, a interpretação do enunciado deve transcender seu sentido literal, possibilitando a atribuição de uma perspectiva subjetiva ao personagem e conduzindo à resposta esperada pela tarefa.

Ao longo da aplicação desta tarefa baseada no instrumento *Strange Stories* (HAPPÉ, 1994; O'HARE *et al.*, 2009), os enunciados irônicos críticos e elogiosos foram contrastados com diferentes categorias de histórias, descritas a seguir: (i) elogios e críticas diretas; (ii) distratores não-literais, incluindo piadas (histórias humorísticas cuja interpretação depende do reconhecimento de incongruências ou contextos implícitos, mas não do contraste irônico) e mentiras (enunciados com intenção de enganar, exigindo dos participantes uma análise para discernir a verdade subjacente); e (iii) situações cotidianas, caracterizadas por narrativas simples e objetivas, baseadas em eventos comuns do dia a dia, que não demandam nesta tarefa uma interpretação subjetiva ou inferencial. As histórias cotidianas foram incluídas como um controle para avaliar a compreensão geral do conteúdo e do instrumento por parte dos

participantes. A seguir, será detalhado o raciocínio subjacente às situações distratoras e de inferência comum, que, em princípio, ocorre de maneira semelhante à interpretação de enunciados irônicos críticos e elogiosos.

(iii) Distrator Não-literaL (*mentira*): Lara está passando as férias na casa da avó, e adora comer a torta de maçã que sua avó sempre faz para ela. No entanto, dessa vez sua avó tentou uma receita nova, que não agradou muito Lara. Quando sua avó pergunta se ela gostou da nova receita, ela responde: “*Adorei como sempre, vovó*”.

iv) Situação de Inferência Simples: Beatriz e sua melhor amiga combinaram um piquenique no parque da cidade. No dia do piquenique, o sol brilhava e não havia nuvens que indicassem chuva. Ao chegarem no parque, Beatriz diz para a amiga: “*Que belo dia para um piquenique*”.

No exemplo do distrator não-literaL (iii), o participante deve seguir o mesmo percurso cognitivo de extração de informações gerais relacionadas ao estado mental dos personagens para alcançar a resposta esperada. No entanto, ao contrário dos enunciados irônicos, o contexto apresentado não envolve a intenção de criticar ou elogiar. O propósito é criar um cenário em que a interpretação estritamente literaL do enunciado seja insuficiente, incentivando o participante a reconhecer, por exemplo, que a fala de um personagem não corresponde à realidade, mas possui uma justificativa plausível para sua produção. Por outro lado, na situação de inferência comum (iv), ainda que possam estar presentes elementos subjetivos vinculados aos personagens ou ao contexto narrativo, esses aspectos não são essenciais para a obtenção da resposta correta. Nesse caso, a compreensão global do enunciado é suficiente, sem a necessidade de explorar nuances inferenciais ou subjetivas do texto.

Como complemento aos dados obtidos por meio da tarefa *Strange Stories* e considerando a hipótese que sugere uma correlação entre um maior nível de senso de humor e um desempenho mais elevado na compreensão de enunciados não-literais, optou-se por incluir a Escala Multidimensional do Sentido do Humor – *MSHS* (THORSON; POWELL, 1993) como parte do instrumento de pesquisa. Essa escala permite avaliar a autopercepção social do humor dos participantes e, posteriormente, relacioná-la ao seu desempenho na interpretação de enunciados irônicos. A análise comparativa resultante pode fornecer

informações adicionais para a interpretação dos achados, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos investigados.

4.2 MÉTODO

Considerando que esta pesquisa se debruça sobre a compreensão de enunciados irônicos por pessoas adultas, observa-se uma convergência entre a abordagem psicolinguística experimental adotada e os objetivos do trabalho. Este argumento se justifica pelo fato desta área de estudo se concentrar em entender as operações mentais envolvidas no processamento linguístico (OLIVEIRA; SÁ, 2013). Nesse contexto, as hipóteses relacionadas ao tema foram formuladas previamente à realização da investigação experimental. Essa abordagem permitiu que as intervenções realizadas junto aos participantes fossem direcionadas à exploração das hipóteses iniciais e à elaboração de previsões experimentais coerentes com os objetivos do estudo. Dessa forma, o trabalho está fundamentado no método dedutivo, em que as proposições teóricas guiam a coleta e análise dos dados, permitindo verificar a consistência das hipóteses diante das evidências empíricas.

A psicolinguística experimental distingue entre procedimentos que capturam respostas (quase) simultâneas ao estímulo, denominados *on-line*, e aqueles que registram respostas em um momento posterior ao processamento inicial, conhecidos como *off-line*. Considerando a natureza dos dados aqui tratados, esta pesquisa adota o método *off-line*, no qual as respostas dos participantes foram coletadas após a escuta e o processamento dos estímulos, permitindo uma abordagem mais reflexiva e deliberativa. Esse tipo de tarefa é particularmente adequada para avaliar a compreensão de enunciados irônicos, uma vez que sua interpretação requer um momento de análise consciente por parte dos participantes.

Hipóteses

Com base nas discussões sobre o tema e na literatura revisada, foram delimitadas as seguintes hipóteses:

- I. As condições de socialização no ambiente prisional produzem efeitos adversos na atribuição de intenções comunicativas e no reconhecimento de estados mentais dos envolvidos nos enunciados irônicos, o que reflete em um comprometimento na interpretação esperada desse tipo de discurso nesta população, avaliado em comparação a grupos controle. Essa diferença na

compreensão estaria relacionada ao empobrecimento ambiental e social característico do cumprimento da pena, que reduz as oportunidades de interações diversificadas e estimulantes. Até o momento, não foram identificados estudos que examinem diretamente essa relação, o que limita a possibilidade de fundamentação mais específica para essa hipótese. No entanto, pesquisas sobre linguagem e habilidades sociais (BRYAN; FREER; FURLONG, 2010), bem como sobre funções executivas (SERUCA, 2013), indicam diferenças significativas entre a população privada de liberdade e a população geral, sugerindo que fatores associados ao encarceramento podem interferir no processamento linguístico e na cognição social.

- II. A segunda hipótese refere-se ao efeito da duração da privação de liberdade na compreensão de enunciados irônicos. Considerando que determinados aspectos da ToM continuam a se desenvolver e se ajustar na vida adulta (TONELLI, 2011), e que experiências subjetivas produzem efeitos sobre esse funcionamento (TOLEDO, 2014), espera-se que um tempo prolongado de encarceramento acentue dificuldades na interpretação da ironia. Especificamente, a exposição prolongada a um ambiente social restrito e menos diversificado pode comprometer a capacidade de inferir estados mentais dos interlocutores, resultando em um impacto progressivo na compreensão desse tipo de enunciado.
- III. A terceira hipótese postula uma correlação positiva entre o nível de senso de humor e a compreensão da ironia, assumindo que essa relação será avaliada pelo conjunto de instrumentos específicos desta pesquisa. Considerando que o humor envolve a habilidade de perceber e interpretar incongruências, contrastes e surpresas em diferentes contextos, indivíduos com um senso de humor mais desenvolvido podem apresentar maior facilidade na interpretação de enunciados irônicos. Embora nem toda forma de ironia tenha uma intenção humorística, é comum que ambos os fenômenos compartilhem mecanismos cognitivos relacionados à detecção de contrastes contextuais (DYNEL, 2023).

A seguir, descrevemos cada um dos procedimentos do instrumento de pesquisa adotado para a coleta de dados no âmbito deste projeto.

4.2.1 Procedimento I: Questionário Sociodemográfico

O primeiro instrumento de pesquisa consiste no Questionário Sociodemográfico, elaborado pelo pesquisador. Este questionário foi desenvolvido de forma distinta para os grupos experimental e controle, uma vez que questões relacionadas ao cumprimento de pena, abordadas no formulário (por exemplo, número de pessoas que os participantes dividem a cela), não se aplicam ao grupo controle. Para o grupo experimental, o questionário consistia em 41 questões, sendo 22 relacionadas ao aspecto pessoal (incluindo perguntas sobre o cumprimento de pena), 9 sobre as condições de saúde do participante e 10 sobre sua experiência escolar. Para o grupo controle, o questionário consistia em 32 questões, com 13 relacionadas ao aspecto pessoal. As demais perguntas sobre saúde e escolaridade eram idênticas às do grupo experimental. O documento completo encontra-se nos Apêndices deste trabalho, juntamente com informações gerais sobre as variáveis sociodemográficas dos participantes.

4.2.2 Procedimento II: Escala Multidimensional do Sentido de Humor - MSHS (THORSON; POWELL, 1993) traduzido por (JOSÉ; PARREIRA, 2008) - adaptado pelo pesquisador

O segundo procedimento que compõe o instrumento de avaliação corresponde à Escala Multidimensional do Sentido do Humor - *MSHS* (THORSON; POWELL, 1993), traduzida para o português europeu por José e Parreira (2008) e posteriormente adaptada pelo pesquisador responsável, de forma a atender às especificidades e objetivos do presente trabalho. Essa escala tem como objetivo identificar o padrão da percepção do humor dos participantes, um aspecto que pode ser relevante na avaliação da compreensão de enunciados irônicos e diretamente relacionado às habilidades de interação social. A *MSHS* é composta por 24 afirmações que os participantes devem avaliar com base em sua opinião ou experiência pessoal. A avaliação é realizada por meio de uma escala Likert de cinco pontos: 1 - Discordo Totalmente; 2 - Discordo; 3 - Nem Discordo Nem Concordo; 4 - Concordo; e 5 - Concordo Totalmente. Considerando as características do público-alvo, foi proposta uma adaptação na nomenclatura das respostas para maior clareza e adequação. Assim, "1 — Discordo Totalmente" foi ajustado para "1 - De Jeito Nenhum", "2 - Discordo" para "2 — Não", "3 - Nem Discordo Nem Concordo" para "3 - Não Sei", "4 - Concordo" para "4 - Sim" e "5 - Concordo Totalmente" para "5 - Com Certeza".

A adaptação da escala foi realizada com o objetivo de garantir que as respostas dos participantes fossem mais intuitivas e apropriadas ao contexto linguístico e cultural do público-alvo da pesquisa, bem como à dinâmica de interação com o pesquisador responsável. Diferentemente da aplicação convencional de escalas *Likert*, que geralmente ocorre de forma escrita, com o participante respondendo por meio de um computador, esta escala foi administrada de forma oral. As opções selecionadas para nomear os pontos da escala foram escolhidas com base em sua maior compatibilidade com a modalidade oral. Além disso, essa modificação visou esclarecer eventuais ambiguidades na interpretação das alternativas de resposta, assegurando que os participantes compreendessem de maneira integral o significado de cada opção, questão especialmente relevante em estudos que envolvem habilidades de compreensão de linguagem e interação social. A adaptação realizada preserva a validade do instrumento no contexto específico da pesquisa, em conformidade com as diretrizes estabelecidas para a aplicação de instrumentos traduzidos e adaptados a diferentes populações (BRISLIN, 1986). Dessa forma, espera-se que essa alteração contribua para uma avaliação mais precisa da percepção do humor neste grupo específico.

Figura 1 - Escala Adaptada do Instrumento *MSHS* (THORSON; POWELL, 1993)

1	2	3	4	5
De Jeito Nenhum	Não	Não Sei	Sim	Com Certeza

Fonte: O autor (2023)

Originalmente, a *MSHS* contemplava quatro dimensões do humor, a saber: (i) *produção e uso social do humor*, (ii) *humor adaptativo*, (iii) *apreciação do humor* e (iv) *atitude pessoal em relação ao humor* (THORSON; POWELL, 1993). Contudo, ao realizar a tradução para o português europeu, José e Parreira (2008) identificaram uma dimensão adicional relevante para a avaliação, que denominaram como (v) *objeção ao uso do humor*. Essa nova dimensão foi incorporada por meio de itens específicos que avaliam de forma inversa a relação do participante com o humor. Nesse caso, quanto maior a pontuação atribuída pelo participante, maior é a objeção ao uso do humor, refletindo um padrão distinto das dimensões positivas anteriormente mencionadas.

Assim, os fatores (i), (ii), (iii) e (iv) são avaliados por meio de respostas positivas, o que implica que, quanto maior o número de respostas correspondentes a "Concordo

Totalmente" (ou "Com Certeza"), mais a resposta do participante reflete a característica que cada fator pretende medir. Por outro lado, o fator (v) é avaliado de forma inversa: quanto mais a resposta se aproxima de "Concordo Totalmente" (ou "Com Certeza"), maior é a dificuldade do participante em produzir ou lidar com o aspecto do humor relacionado a essa dimensão. A atribuição inversa de valores em alguns itens também funciona como uma medida de controle, possibilitando a identificação de participantes que possam ter respondido de maneira aleatória ou sem atenção adequada. Nesse sentido, o contraste entre os valores atribuídos aos diferentes itens pode servir como um indicativo para análises mais aprofundadas, especialmente em casos em que as respostas apresentem inconsistências ou padrões inesperados.

Este instrumento foi desenvolvido para uma avaliação global e individual dos participantes (THORSON; POWELL, 1993), e desta forma, não possui faixas de enquadramento por escore específico para os resultados obtidos que possam ser comparados em pesquisas desenvolvidas em grupos. No entanto, este instrumento pode ser capaz de fornecer uma dimensão multidimensional do senso do humor do público-alvo, fornecendo dados complementares para a presente análise. A pontuação obtida pelo participante, permitiu neste caso, estabelecer uma classificação a partir de intervalos estatisticamente definidos correspondente a três níveis específicos do humor: *baixo*, *médio* e *alto* — e que foram correspondidas ao desempenho dos participantes no procedimento *Strange Stories* (HAPPÉ, 1994; O'HARE *et al.*, 2009).

4.2.3 Procedimento III: Protocolo para Avaliação da Compreensão de Enunciados Irônicos - *Strange Stories* (HAPPÉ, 1994; O'HARE *et al.*, 2009)

O terceiro procedimento do presente instrumento de pesquisa, baseado na tarefa *Strange Stories* (HAPPÉ, 1994; O'HARE *et al.*, 2009) é composto por um protocolo para avaliação da compreensão de linguagem não-literal, adaptado para contemplar especialmente, enunciados irônicos. Em sua primeira versão (HAPPÉ, 1994) o instrumento contava com 12 narrativas, que foram expandidas para 24 a partir do trabalho de O'Hare *et al.* (2009). Em cada uma das narrativas, um personagem introduz um enunciado relacionado à situação apresentada na história. A tarefa do participante, conforme colocado anteriormente, é responder a partir de suas próprias inferências se "*É verdade o que X falou?*" e "*Por que X falou isso?*". Foram desenvolvidos 6 estímulos similares ao instrumento original para cada uma das condições experimentais (enunciados irônicos e enunciados não irônicos). 3 destes enunciados possuem intencionalidade positiva (elogios irônicos / elogios literais) e 3 possuem

intencionalidade negativa (críticas irônicas / críticas literais). Adicionalmente, o protocolo desenvolvido para esta pesquisa inclui outras 12 histórias que contêm enunciados cuja compreensão requer a realização de uma inferência simples — isto é, que não demandam diretamente a representação direta de estados mentais — sobre o conteúdo, bem como enunciados relacionados a outras formas de linguagem não-literais (ex. piadas e mentiras). Esse segundo conjunto de estímulos desempenha uma dupla função, tanto como elemento distrator, como controle para a avaliação da compreensão da tarefa e do conteúdo global do protocolo.

Variáveis de Pesquisa

A primeira variável independente delimitada refere-se a uma variável grupal, estabelecida com base nas características dos grupos experimental e controle. Especificamente em relação ao instrumento baseado nas *Strange Stories* (HAPPÉ, 1994; O'HARE *et al.*, 2009), a variável independente corresponde ao tipo de enunciado, que apresenta dois níveis: enunciados irônicos e enunciados não irônicos. Dessa forma, o delineamento experimental adotado configura-se como um desenho fatorial 3x2, considerando três grupos (grupo experimental, controle 1 e controle 2) e dois tipos de enunciado (irônico e não irônico). No que se refere ao instrumento *MSHS* (THORSON; POWELL, 1993), delimitou-se a variável nível do senso de humor, classificada em três categorias: baixo, médio e alto. A variável dependente analisada corresponde ao número de respostas-alvo obtidas em cada uma das condições experimentais.

Tabela 1 - Variáveis da Pesquisa

Variáveis da Pesquisa	
<u>Variáveis Independentes</u>	<u>Variável Dependente</u>
<i>Grupo</i> (Experimental; Controle 1; Controle 2)	<i>Número de Respostas-Alvo</i>
<i>Tipo de Enunciado</i> (Irônico ou Não Irônico)	
<i>Nível do Senso de Humor</i> (Baixo, Médio ou Alto)	

Fonte: O autor (2025)

Previsões Experimentais

Inicialmente, o projeto contemplava a inclusão de homens e mulheres em regimes fechado e semiaberto. No entanto, devido a questões de viabilidade, como a dificuldade de acesso ao público-alvo e as condições acordadas entre o pesquisador e a instituição, a presente pesquisa foi direcionada exclusivamente à análise de dados de homens que cumprem pena em regime fechado. Nesse contexto, com base nas hipóteses formuladas e nos instrumentos de coleta de dados previamente descritos, delinearam-se as seguintes previsões iniciais:

(i) No que se refere à tarefa de compreensão de enunciados irônicos, considera-se que as vulnerabilidades associadas ao contexto de privação de liberdade podem impactar os processos cognitivos relacionados à ToM. Assim, espera-se que os participantes do grupo experimental apresentem um desempenho inferior ao dos grupos controle no número de respostas-alvo para enunciados irônicos.

(ii) Ademais, em conformidade com a tendência observada na literatura, prevê-se que enunciados críticos irônicos resultem em um maior número de respostas-alvo em comparação aos elogios irônicos. Essa expectativa fundamenta-se em dados prévios obtidos no português brasileiro (NONATO, 2020), que sugerem uma maior afinidade cognitiva dos enunciados críticos nesse contexto.

(iii) Por fim, partindo da hipótese de uma possível correlação positiva entre o nível do senso de humor e a capacidade de compreensão de ironias, espera-se que participantes com escores mais elevados na escala de senso de humor apresentem um desempenho mais preciso nesse tipo de conteúdo, manifestado por um maior número de respostas-alvo.

Grupos de Pesquisa

A presente pesquisa baseia-se na análise de três grupos distintos, os quais compartilham algumas características fundamentais: todos os participantes são adultos com idade igual ou superior a 18 anos, têm o português brasileiro como língua materna, são do sexo masculino, possuem nível mínimo de escolaridade correspondente ao ensino médio (completo ou incompleto) e participaram do estudo de forma voluntária. Para a composição dos grupos controle, um critério adicional foi estabelecido: os participantes não poderiam ter cumprido medidas restritivas de liberdade. Além disso, não foram observados impedimentos

visuais, auditivos ou cognitivos que pudessem comprometer a realização das tarefas experimentais.

A constituição do grupo experimental seguiu um protocolo previamente acordado com a administração da instituição prisional, após a apresentação e aprovação da proposta de pesquisa. O convite aos participantes foi realizado de maneira coletiva, por meio de uma palestra. Em um dia e horário predefinidos, o pesquisador reuniu-se com os apenados do regime fechado em um auditório da unidade prisional, onde apresentou os objetivos da pesquisa e convidou os presentes a participarem voluntariamente. Para otimizar a adesão, o pesquisador coletou imediatamente os nomes dos interessados e disponibilizou uma lista de inscrição acessível na unidade prisional por sete dias, permitindo o registro de outros voluntários. A testagem dos participantes ocorreu de forma individual, respeitando a ordem de inscrição, com ajustes para atender às restrições institucionais de disponibilidade.

A formação do grupo controle 1 não requeria critérios específicos além da voluntariedade e da ausência de histórico de cumprimento de pena privativa de liberdade. No entanto, visando ao pareamento intergrupar, algumas variáveis de interesse foram consideradas, tais como gênero, escolaridade e faixa de renda, a fim de garantir a homogeneidade experimental. Para a composição desse grupo, adotou-se a técnica de *amostragem em bola de neve* (BIERNACKI; WALDORF, 1981), permitindo que cada participante indicasse novos voluntários. O convite à participação foi realizado individualmente, e a testagem experimental ocorreu em diferentes ambientes, conforme a disponibilidade dos participantes, desde que os locais selecionados apresentassem pouco ou nenhum ruído, em conformidade com as condições estabelecidas para o grupo experimental.

A constituição do grupo controle 2 decorreu da necessidade de investigar a influência da variável escolaridade nos resultados obtidos pelos dois grupos anteriores. Para esse fim, este grupo foi formado seguindo os mesmos critérios básicos do grupo controle 1, com a introdução de uma distinção central: os participantes deveriam possuir, no mínimo, ensino superior incompleto. A seleção também seguiu a estratégia de amostragem em bola de neve (BIERNACKI; WALDORF, 1981), garantindo diversidade nas indicações, mas priorizando a equivalência nos critérios de pareamento intergrupar. O convite à participação foi realizado de maneira personalizada, com esclarecimentos detalhados sobre os critérios de inclusão, bem como outras informações que os participantes considerassem relevantes.

Adicionalmente, visando ampliar a base de participantes para uma definição mais abrangente dos intervalos dos níveis de humor, foram incluídos no estudo dez participantes adicionais, que responderam exclusivamente ao procedimento (ii) (*MSHS* – THORSON; POWELL, 1993). Esse grupo participou remotamente, preenchendo um formulário *on-line* desenvolvido pelo pesquisador, no qual os itens do instrumento (ii) foram adaptados para um formato virtual, garantindo maior acessibilidade e espontaneidade nas respostas. Antes do preenchimento, todos os participantes desse grupo assinaram, em formato digital e adaptado, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assegurando que estivessem plenamente informados sobre os objetivos e procedimentos do estudo.

Cabe ressaltar que as respostas desse grupo não foram incluídas nas análises de dados principais, uma vez que seu propósito era ampliar a compreensão geral dos níveis de humor em uma amostra mais diversificada. Ainda assim, buscou-se garantir a maior heterogeneidade possível na composição do grupo, considerando variáveis como idade, gênero, escolaridade e ocupação, de modo a representar um recorte social mais amplo. No entanto, a obtenção de uma amostra mais extensa foi inviabilizada pelos prazos administrativos estabelecidos para a conclusão desta dissertação.

A seguir, apresentamos a descrição de cada um dos grupos de pesquisa.

Grupo Experimental

O grupo experimental foi composto por 11 homens privados de liberdade, todos cumprindo pena em regime fechado na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) de São João del-Rei, Minas Gerais. Os participantes possuíam nível de escolaridade mínimo correspondente ao ensino médio completo ou incompleto. A idade dos voluntários variou entre 27 e 42 anos, com uma média de 28,7 anos. Durante a realização da tarefa do instrumento III, um dos participantes optou por interromper sua participação. Dessa forma, nas análises referentes a esse instrumento, foram consideradas apenas as respostas dos 10 participantes que concluíram a tarefa.

Grupo Controle 1

O grupo controle 1 foi composto por 20 voluntários do sexo masculino que não cumpriam pena de privação de liberdade. O critério de escolaridade estabelecido para esse grupo foi ensino médio completo ou incompleto, de modo a garantir o pareamento

sociodemográfico com o grupo experimental. A idade dos participantes variou entre 18 e 56 anos, com uma média de 30,2 anos.

Grupo Controle 2

O grupo controle 2 foi formado por 20 voluntários do sexo masculino que não cumpriam pena de privação de liberdade e possuíam, no mínimo, ensino superior incompleto. Esse grupo foi constituído com o objetivo de explorar a influência da variável escolaridade nos resultados obtidos pelos grupos anteriores. A idade dos participantes variou entre 23 e 67 anos, com uma média de 39,5 anos.

4.2.5 Materiais e Procedimentos

No procedimento (i) – Questionário Sociodemográfico –, as perguntas foram lidas em voz alta pelo pesquisador, e os participantes forneceram suas respostas verbalmente, com a opção de registrá-las por escrito, caso desejassem. Foi assegurado aos participantes o direito de recusar-se a responder qualquer pergunta, visando minimizar possíveis constrangimentos ou desconfortos, especialmente em relação a questões potencialmente sensíveis. Além disso, os participantes puderam, a qualquer momento, solicitar esclarecimentos, exemplos ou informações adicionais sobre as perguntas formuladas, bem como reformular ou excluir respostas previamente fornecidas. As respostas foram registradas pelo pesquisador em um documento impresso, estruturado com espaços destinados a cada resposta.

A Escala Multidimensional do Sentido do Humor – *MSHS* (THORSON; POWELL, 1993) foi apresentada em formato impresso, acompanhada de uma referência visual de preenchimento (Figura 1). Essa referência foi posicionada sobre a mesa, à frente do participante, permitindo que ele acompanhasse as opções de resposta enquanto ouvia as perguntas do procedimento (ii), facilitando a compreensão do instrumento.

Os participantes puderam optar por responder verbalmente ou por escrito nos procedimentos (i) e (ii) e exclusivamente de forma verbal no procedimento (iii). Todos os participantes optaram por responder verbalmente aos procedimentos (i) e (ii). As histórias que compõem o instrumento (iii) foram gravadas em áudio para garantir uma reprodução padronizada quanto à prosódia, velocidade e volume para todos os participantes. A ordem de apresentação das histórias foi aleatorizada em duas listas. As gravações foram realizadas pelo pesquisador utilizando um gravador profissional TASCAM DR-40, em ambiente silencioso,

garantindo a ausência de ruídos externos e oscilações artificiais na prosódia. Para a reprodução dos áudios durante a coleta de dados, utilizou-se um computador *Acer Aspire*, conectado a um amplificador profissional *JBL Charge 3*, cujos ajustes de graves e agudos foram otimizados para a reprodução da voz humana. Após ouvir cada história, os participantes responderam verbalmente às perguntas formuladas. As respostas foram gravadas em áudio para posterior transcrição e análise, sendo registradas simultaneamente em dois dispositivos distintos, como medida de segurança contra a perda de dados.

Os participantes foram instruídos a ouvir atentamente cada história e, ao final, responder às questões relacionadas às condições de verdade ou mentira da fala de um personagem específico, justificando suas respostas. Para avaliar a compreensão do objetivo do experimento, o primeiro item de cada lista aleatorizada consistia em um estímulo-teste baseado em uma inferência simples do cotidiano. Durante a aplicação do experimento, nenhum participante demonstrou dificuldades em relação a essa questão inicial. Após a conclusão do estímulo-teste, o pesquisador informava que a tarefa prosseguiria sem interrupções até o término do experimento.

No início de cada sessão, os participantes eram convidados a se sentar, e os objetivos da pesquisa, os procedimentos a serem realizados e as etapas subsequentes eram novamente explicados. Além disso, confirmava-se seu interesse e disponibilidade para continuar participando do estudo. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi lido em voz alta, entregue ao participante e assinado em duas vias. O pesquisador permaneceu disponível para esclarecer quaisquer dúvidas antes do início da coleta de dados, assegurando a compreensão integral do procedimento experimental.

Os participantes do grupo experimental foram avaliados em um ambiente minimamente silencioso, considerando as condições da unidade prisional onde a pesquisa foi conduzida. As sessões ocorreram na sala destinada aos atendimentos psicológicos, equipada com uma mesa para apoio dos materiais e duas cadeiras, uma destinada ao pesquisador e outra ao participante. Os participantes do grupo controle foram avaliados em ambientes variados, desde que atendessem ao critério de serem suficientemente silenciosos para a execução da tarefa, conforme previamente estabelecido.

Antes de iniciar o procedimento (iii), o amplificador foi posicionado à frente do participante, a uma distância máxima de um metro. O volume do áudio foi ajustado de acordo

com o nível de ruído do ambiente, sendo oferecida ao participante a possibilidade de solicitar ajustes adicionais. Em seguida, os dois gravadores foram ativados, e a reprodução dos áudios foi iniciada por meio do *VLC Media Player*. Ao final de cada história, a reprodução era pausada para que o participante fornecesse suas respostas. Após a conclusão da fala do participante, a próxima história era iniciada, repetindo-se o processo até o término do último item experimental. Os participantes puderam ouvir cada história apenas uma vez, com exceção de três casos no grupo experimental, nos quais ruídos externos comprometeram a compreensão do conteúdo. Nessas situações, foi permitida uma segunda audição da história específica.

4.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O cruzamento dos dados obtidos nesta pesquisa com o delineamento das hipóteses experimentais permitiu uma discussão significativa sobre duas das hipóteses propostas. A hipótese 1, que postulava que a privação de liberdade pode afetar os domínios da ToM, comprometendo a compreensão de enunciados irônicos em comparação aos grupos controle, encontrou suporte nos resultados obtidos. A hipótese 3, que sugeria que indivíduos com níveis mais altos de senso de humor poderiam apresentar um desempenho superior na compreensão de enunciados irônicos, pôde ser analisada através dos dados obtidos, no entanto, não foram encontradas associações entre as variáveis investigadas.

Por outro lado, a hipótese 2, que previa uma relação inversa entre o tempo de pena cumprido e o desempenho nas tarefas de compreensão de enunciados irônicos, não pôde ser explorada de forma conclusiva. A principal limitação para essa análise foi o tamanho reduzido do grupo experimental, que impossibilitou a formação de subgrupos específicos, como voluntários com menos de cinco anos de pena cumprida em comparação àqueles com mais de cinco anos. Embora houvesse participantes com tempos distintos de reclusão, a validação estatística dessa hipótese exigiria um número significativamente maior de voluntários. O detalhamento dos resultados relacionados a todas as hipóteses será apresentada na seção de análise de dados.

Os dados coletados por meio dos três instrumentos foram organizados e dispostos em tabelas, facilitando a classificação inicial e a orientação das respectivas análises. Entre os indicadores sociodemográficos, a renda declarada pelos participantes apresentou uma variação entre os grupos:

Grupo Experimental: média de 1,5 salários mínimos

Grupo Controle 1: média de 2,3 salários mínimos

Grupo Controle 2: média de 2,9 salários mínimos

O dado sociodemográfico que apresentou maior discrepância entre os grupos foi a repetência escolar. No grupo experimental, 80% dos participantes relataram ter repetido pelo menos um ano na escola, enquanto no grupo controle 1 esse percentual foi de 10% e, no grupo controle 2, de 5%. A descrição detalhada dos dados do questionário sociodemográfico encontra-se nos Apêndices deste trabalho.

A Escala Multidimensional do Sentido do Humor - *MSHS* (THORSON; POWELL, 1993) foi compreendida por todos os participantes, que demonstraram coerência em suas respostas. No entanto, uma das dimensões avaliadas – *o uso e a produção social do humor* – apresentou maior dificuldade de posicionamento objetivo por parte dos participantes. Esse fator psicométrico específico será discutido de maneira mais detalhada na seção de análise de dados.

Os dados coletados por meio do instrumento de avaliação de enunciados irônicos foram organizados em duas categorias principais:

Respostas-alvo: respostas que refletiam uma interpretação adequada do contexto literal ou figurativo do enunciado.

Respostas não-alvo: respostas que não se encaixavam no critério de compreensão esperada, organizadas em três subcategorias:

- (i) Inferência baseada na perspectiva ou opinião pessoal do participante.
- (ii) Dificuldade na compreensão de enunciados não-literais.
- (iii) Dificuldade na interpretação da tarefa ou do item.

A maior parte das respostas classificadas como "não-alvo" derivou de influências subjetivas, baseadas na perspectiva pessoal dos participantes. Em vez de representar os estados mentais dos personagens da história, muitas respostas refletiam experiências individuais ou opiniões pessoais. Esse resultado se alinha diretamente aos objetivos do estudo, pois evidencia aspectos relacionados à ToM, especialmente no que diz respeito à capacidade de metarrepresentação de estados mentais alheios.

De forma geral, os participantes demonstraram compreender o objetivo da tarefa, e o protocolo desenvolvido baseado no instrumento *Strange Stories* (HAPPÉ, 1994; O'HARE *et al.*, 2009) mostrou-se eficaz na avaliação da compreensão de enunciados irônicos em adultos. Esses achados reforçam a validade e confiabilidade do instrumento na investigação de habilidades interpretativas relacionadas à ToM.

Análise de Dados

Com base nos dados obtidos a partir dos grupos de voluntários e dos três instrumentos de pesquisa utilizados — o Questionário Sociodemográfico, a Escala Multidimensional do Sentido do Humor (THORSON; POWELL, 1993) e a tarefa baseada nas *Strange Stories* (HAPPÉ, 1994; O'HARE *et al.*, 2009) —, a presente análise investiga três possíveis associações fundamentadas nas hipóteses estabelecidas: (i) o desempenho geral dos participantes de cada grupo em relação às respostas-alvo; (ii) o desempenho dos participantes, considerando os grupos separadamente, na compreensão de enunciados irônicos e não irônicos; e (iii) a relação entre os níveis de senso de humor, aferidos pelos escores da escala, e o número de respostas-alvo individual dos participantes.

Para tanto, a discussão será conduzida inicialmente a partir de uma visão geral dos resultados da pesquisa, seguida da análise das associações identificadas. A fim de verificar este objetivo, foram aplicados testes estatísticos inferenciais sobre variáveis não pareadas, especificamente o teste *qui-quadrado* (X^2), para cada uma das análises realizadas. Os testes foram conduzidos por meio do software *Jamovi* para Windows. Todas as análises foram desenvolvidas a partir de uma abordagem psicolinguística, buscando evidenciar a relação entre a compreensão da linguagem não-literal, especialmente a ironia, e outros processos cognitivos, como a metarrepresentação de estados mentais alheios e os níveis de percepção do humor.

4.3.1 Análise 1 - Desempenho Geral dos Participantes por Grupo

A primeira análise objetivou avaliar o desempenho geral dos participantes na tarefa de compreensão de enunciados irônicos. Desta forma, para a construção das tabelas ilustrativas, as respostas dos participantes foram classificadas como “alvo” ou “não-alvo”, a depender dos critérios estabelecidos pelo instrumento. Nesta primeira análise, consideramos o desempenho dos participantes em todos os itens experimentais, incluindo os estímulos distratores literais e não-literais.

Grupo Experimental

Do grupo experimental, foram consideradas 240 respostas (24 itens experimentais, 10 participantes). Destas, 142 respostas foram classificadas como “resposta-alvo”. Deste modo, o grupo experimental desempenhou uma porcentagem geral de acertos de 59,1%.

Tabela 2 - Desempenho geral do grupo experimental

<u>Tipo de Resposta</u>	<u>Nº de Respostas</u>	<u>%</u>
Resposta-alvo	142	59,1
Resposta não-alvo	98	40,9

Fonte: O autor (2025)

Grupo Controle 1

Do grupo controle 1, foram consideradas 480 respostas (24 itens experimentais, 20 participantes). Destas, 418 respostas foram classificadas como “resposta-alvo”. Deste modo, o grupo controle 1 desempenhou uma porcentagem geral de 87%.

Tabela 3 - Desempenho geral do grupo controle 1

<u>Tipo de Resposta</u>	<u>Nº de Respostas</u>	<u>%</u>
Resposta-alvo	418	87
Resposta não-alvo	62	13

Fonte: O autor (2025)

Grupo Controle 2

Do grupo controle 2, também foram consideradas 480 respostas (24 itens experimentais, 20 participantes). Destas, 434 respostas foram classificadas como “resposta-alvo”. Deste modo, o grupo controle 2 desempenhou uma porcentagem geral de 90,4%.

Tabela 4 - Desempenho geral do grupo controle 2

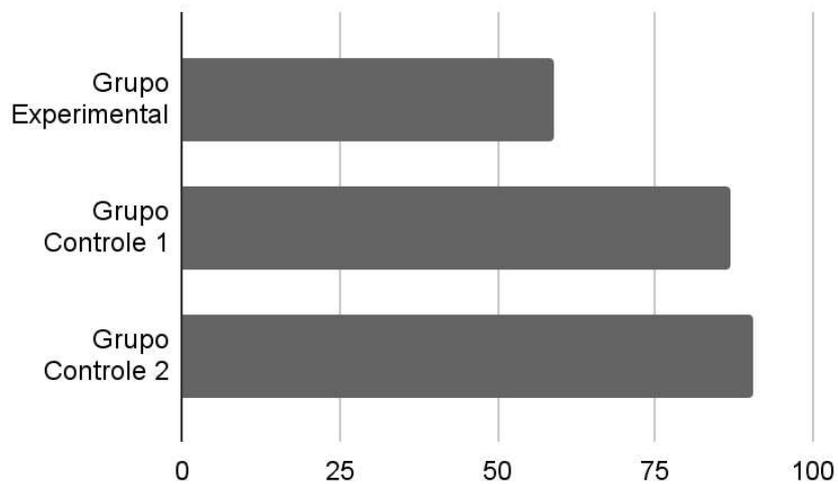
<u>Tipo de Resposta</u>	<u>Nº de Respostas</u>	<u>%</u>
-------------------------	------------------------	----------

Resposta-alvo	434	90,4
Resposta não-alvo	46	9,6

Fonte: O autor (2025)

O Gráfico 1 a seguir apresenta uma comparação do desempenho dos grupos indicando o percentual de respostas-alvo de cada caso.

Gráfico 1 - Percentual de respostas-alvo por grupo



Fonte: O autor (2025)

Ainda que os resultados descritivos do grupo experimental se apresentem, de antemão, inferiores aos registrados nos dois grupos controle, considerando a variabilidade populacional entre os grupos de pesquisa, apresentamos o teste *qui-quadrado* entre variáveis não paramétricas para explorar a associação entre o tipo de grupo e possibilidade de uma resposta ser considerada “alvo”.

Tabela 5 - Tabela de contingência do desempenho global dos participantes

Tipo de Grupo	Respostas-Alvo		Total
	SIM	NÃO	
Experimental	142	98	240
Controle 1	418	62	480
Controle 2	433	47	480
Total	993	207	1200

Fonte: O autor (2025) - gerado pelo software *Jamovi*

Tabela 6 - Resultado do teste *qui-quadrado*: desempenho geral dos participantes por grupo

Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	119	2	< .001
N	1200		

Fonte: O autor (2025) - gerado pelo software *Jamovi*

Os resultados do teste *qui-quadrado* para amostras independentes indicam uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis analisadas ($p < .001$). Esse achado sugere diferenças relevantes no desempenho da tarefa experimental em função do grupo, corroborando a hipótese de que condições de socialização atípicas podem impactar a compreensão linguística. Além disso, verificou-se que, embora o grupo Controle 2 tenha obtido o melhor desempenho, a diferença entre os dois grupos controle não foi estatisticamente significativa.⁶ Dessa forma, o efeito observado decorre, principalmente, da diferença entre o grupo experimental e os grupos controle.

A privação de liberdade está frequentemente associada a níveis elevados de estresse, ansiedade, depressão e outras condições emocionais que podem comprometer funções cognitivas essenciais, como atenção, memória e processamento de informações linguísticas. Ademais, essa população específica pode apresentar redução na percepção de autoeficácia ou na confiança em suas habilidades cognitivas (TONELLI, 2011), o que impacta diretamente a motivação e o desempenho em atividades avaliativas, incluindo as tarefas experimentais adotadas no presente estudo.

Por outro lado, indivíduos inseridos em contextos de convívio social típico geralmente têm maior exposição a interações sociais diversificadas e a uma variedade de cenários comunicativos. Esse ambiente favorece um enriquecimento contínuo das habilidades cognitivas e linguísticas, especialmente aquelas relacionadas à compreensão da linguagem não-literar. Em contraste, pessoas privadas de liberdade estão inseridas em um ambiente mais restrito, com menor acesso a interações linguísticas complexas (CREWE; LAWS, 2016).

⁶ Essa questão será melhor investigada em análise posterior.

Sob uma perspectiva fisiológica, indivíduos em privação de liberdade também estão sujeitos a alterações nos ritmos circadianos, decorrentes de fatores como padrões inadequados de sono, exposição constante à iluminação artificial e restrições de movimento, características comuns em ambientes prisionais. A interrupção dos ciclos biológicos, particularmente do sono, pode comprometer funções cognitivas globais, incluindo a atenção e o processamento linguístico (LIU *et al.*, 2024). Investigações futuras poderiam examinar de maneira mais aprofundada os impactos fisiológicos específicos sobre a compreensão da linguagem em contextos sociais atípicos.

Ainda que os resultados do grupo experimental revelem tendências relevantes, é necessário considerar o tamanho reduzido da amostra como uma limitação para a generalização dos achados. Estudos futuros com amostras ampliadas poderiam fornecer dados mais robustos, possibilitando análises mais detalhadas, especialmente no que se refere à identificação de possíveis subgrupos dentro do grupo experimental.

4.3.2 Análise 2 - Desempenho Comparado entre Enunciados Irônicos e Não Irônicos

Para a análise específica dos dados referentes aos enunciados irônicos e não irônicos, foram considerados apenas 12 itens do instrumento *Strange Stories* (HAPPÉ, 1994; O'HARE *et al.*, 2009), uma vez que os demais itens atuam como distratores ou envolvem inferências simples que não exigem os mesmos mecanismos cognitivos de representação de estados mentais.

Na Análise 2, cada condição foi composta por três estímulos, organizados de acordo com o tipo de enunciado: (i) elogios irônicos, (ii) críticas irônicas, (iii) elogios literais e (iv) críticas literais, totalizando 12 estímulos. Os enunciados não irônicos referem-se especificamente a críticas e elogios expressos de maneira explícita, em contraste com aqueles formulados de modo irônico.

A seguir, será apresentado o desempenho de cada grupo na tarefa, considerando a distinção entre enunciados irônicos e não irônicos.

Grupo Experimental

Do grupo experimental foram consideradas 120 respostas (12 itens experimentais, 10 participantes). Destas, 65 foram consideradas “alvo”. Deste modo, o grupo experimental desempenhou uma porcentagem geral de respostas-alvo nesta condição de 54,1%.

Tabela 7 - Respostas-alvo do grupo experimental em enunciados irônicos e não irônicos

<u>Tipo de Enunciado</u>	<u>Total de Respostas (Max Score = 30)</u>	<u>%</u>
Crítica Literal	27	90
Crítica Irônica	14	46,6
Elogio Literal	20	66,6
Elogio Irônico	4	13,3

Fonte: O autor (2025)

Tabela 8 - Tabela de contingência: enunciados irônicos e não irônicos do *grupo experimental*

Enunciado	Resposta-Alvo		Total
	SIM	NÃO	
Literal	47	13	60
Irônico	18	42	60
Total	65	55	120

Fonte: O autor (2025) - gerado pelo software *Jamovi*

Tabela 9 - Tabela de contingência: enunciados irônicos e não irônicos do *grupo experimental*

Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	28.2	1	< .001
N	120		

Fonte: O autor (2025) - gerado pelo software *Jamovi*

Os resultados do teste qui-quadrado indicaram uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis analisadas ($p < .001$). Dessa forma, a frequência de

respostas-alvo apresenta uma relação direta com o tipo de enunciado, conforme evidenciado pelo teste.

Grupo Controle 1

Do grupo controle 1 foram consideradas 240 respostas (12 itens experimentais, 20 participantes). Destas, 203 foram classificadas como “alvo”. Deste modo, o grupo controle 1 apresentou uma porcentagem geral de respostas-alvo nesta condição de 84,5%.

Tabela 10 - Respostas-alvo do grupo controle 1 em enunciados irônicos e não irônicos

<u>Tipo de Enunciado</u>	<u>Total de Respostas (Max Score = 60)</u>	<u>%</u>
Crítica Literal	59	98,3
Crítica Irônica	47	78,3
Elogio Literal	57	95
Elogio Irônico	40	66,6

Fonte: O autor (2025)

Aplicando o teste *qui-quadrado* para analisar a associação entre *respostas-alvo* e o *tipo de enunciado* neste grupo, temos o seguinte resultado:

Tabela 11 - Tabela de contingência de enunciados irônicos e não irônicos do *grupo controle 1*

Enunciado	Resposta-Alvo		Total
	SIM	NÃO	
Literal	116	4	120
Irônico	87	33	120
Total	203	37	240

Fonte: O autor (2025) - gerado pelo software *Jamovi*

Tabela 12 - Resultado do teste *qui-quadrado*: enunciados irônicos e não irônicos do grupo controle 1

Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	26.9	1	< .001
N	240		

Fonte: O autor (2025) - gerado pelo software *Jamovi*

Assim como no grupo experimental, os resultados do *teste qui-quadrado* para o grupo Controle 1 indicaram uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis analisadas ($p < .001$). Dessa forma, a frequência de respostas-alvo nesse grupo também está diretamente relacionada ao tipo de enunciado, conforme demonstrado pelo teste.

Grupo Controle 2

Do grupo controle 2, também foram consideradas 240 respostas (12 itens experimentais, 20 participantes). Destas, 212 foram classificadas como “alvo”. Assim, o grupo controle 2 desempenhou uma porcentagem geral de respostas-alvo nesta condição de 88,3%.

Tabela 13 - Respostas-alvo do grupo controle 2 em enunciados irônicos e não irônicos

Tipo de Enunciado	Total de Respostas (Max Score = 60)	%
Crítica Literal	59	98,3
Crítica Irônica	51	85
Elogio Literal	58	96,6
Elogio Irônico	44	73,3

Fonte: O autor (2025)

Aplicando-se o teste *qui-quadrado* para analisar uma possível associação entre *respostas-alvo* e *tipo de enunciado*, obtemos o seguinte resultado:

Tabela 14 - Tabela de contingência de enunciados irônicos e não irônicos do *grupo controle 2*

Enunciado	Resposta-Alvo		Total
	SIM	NÃO	
Literal	117	3	120
Irônico	95	25	120
Total	212	28	240

Fonte: O autor (2025) - gerado pelo software *Jamovi*

Tabela 15 - Resultado do teste *qui-quadrado*: enunciados irônicos e não irônicos do *grupo controle 2*

Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	19.6	1	< .001
N	240		

Fonte: O autor (2025) - gerado pelo software *Jamovi*

Assim como nos grupos anteriores, os resultados do teste *qui-quadrado* para o grupo Controle 2 indicaram uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis analisadas ($p < .001$). Dessa forma, a frequência de respostas-alvo nesse grupo também está diretamente relacionada ao tipo de enunciado (irônico ou não irônico), conforme evidenciado pelo teste. Essa análise se mostra particularmente relevante para os objetivos desta pesquisa, pois aborda especificamente a compreensão de enunciados irônicos.

Os resultados obtidos nos três grupos indicam, primeiramente, que a resposta-alvo está significativamente associada ao tipo de enunciado, sendo que todos os grupos apresentaram um maior número de acertos em enunciados não irônicos. Além disso, tanto na distribuição percentual das respostas-alvo quanto nos resultados do teste *qui-quadrado*, os dados provenientes do *Strange Stories* (HAPPÉ, 1994; O'HARE *et al.*, 2009) demonstram que o

grupo experimental apresentou um desempenho significativamente inferior em relação aos demais grupos, sobretudo na interpretação de enunciados irônicos.

Considerando que a compreensão de enunciados irônicos, particularmente de críticas e elogios (sejam eles irônicos ou não), exige explicitamente a capacidade de representar os estados mentais envolvidos na comunicação, essa questão está intimamente relacionada aos aspectos da ToM. Os dados obtidos nesta análise sugerem que o desempenho inferior do grupo experimental na tarefa avaliativa pode estar, ao menos em parte, associado à socialização atípica imposta pela privação de liberdade.

Dado que as experiências na vida adulta continuam a influenciar a ToM (TONELLI, 2011), o ambiente prisional parece impactar o repertório cognitivo relacionado à representação de estados mentais, interferindo, conseqüentemente, na capacidade de compreender enunciados irônicos. Assim, os resultados apresentados reforçam a hipótese de que o contexto prisional pode exercer influência sobre os aspectos cognitivos da ToM e, por extensão, sobre a interpretação de enunciados.

A compreensão de enunciados irônicos requer não apenas habilidades cognitivas, mas também uma interação social ampla e diversificada, a qual é significativamente restringida no ambiente prisional. A convivência em um contexto altamente delimitado, no qual as interações sociais frequentemente se baseiam em necessidades de sobrevivência e comunicação assertiva direta, reduz a exposição a situações que demandam habilidades pragmáticas mais complexas, como a interpretação de significados implícitos. Essa limitação pode impactar os aspectos da ToM, dificultando a identificação e interpretação de sinais emocionais e mentais essenciais para a compreensão de ironias, especialmente no caso de críticas e elogios.

Além disso, a privação de liberdade pode contribuir para estados emocionais que interferem na capacidade de reconhecer e interpretar nuances linguísticas. A literatura já aponta que altos níveis de estresse, ansiedade e desconfiança, característicos do ambiente prisional, comprometem funções cognitivas superiores, como atenção e memória de trabalho (SERUCA, 2013), com efeito direto no desempenho em tarefas experimentais. Como consequência, o processamento de enunciados irônicos, que exige a integração de informações contextuais e a inferência de intenções comunicativas, torna-se ainda mais desafiador.

Adicionalmente, indivíduos privados de liberdade apresentam, estatisticamente, históricos de escolarização irregular e menor exposição a contextos comunicativos diversificados, o que pode comprometer o desenvolvimento de competências pragmáticas desde a juventude. No ambiente prisional, esse quadro tende a ser reforçado, uma vez que o contexto institucional privilegia padrões comunicativos mais simples e diretos, dificultando ainda mais a compreensão de enunciados que exigem abstração e inferência. Entretanto, conforme discutido anteriormente, a questão da precedência dessas dificuldades — ou seja, se tais limitações já estavam presentes antes do período de reclusão da população investigada — não é abordada no escopo desta pesquisa e tampouco é suficientemente esclarecida pela literatura disponível.

O efeito da escolaridade

Considerando que indivíduos privados de liberdade tendem a apresentar um histórico de escolarização irregular ou deficitário, a presente pesquisa buscou comparar os resultados obtidos em dois grupos controle. O primeiro grupo (Grupo Controle 1) foi composto por participantes com ensino médio completo ou incompleto, de modo a serem pareados em escolaridade com o grupo experimental. O segundo grupo (Grupo Controle 2) incluiu participantes com, no mínimo, ensino superior incompleto.

O objetivo dessa comparação foi investigar se a diferença no nível de escolaridade teria um efeito direto sobre o desempenho na tarefa, especialmente na compreensão de enunciados irônicos. No entanto, os índices de respostas-alvo não apresentaram diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos controle, sugerindo que a escolarização, por si só, pode não ter sido um fator determinante para o desempenho inferior observado no grupo experimental. Esse achado reforça a hipótese de que o processo de encarceramento e o consequente empobrecimento social e linguístico característico do ambiente prisional podem desempenhar um papel central nesse resultado.

A seguir, será apresentado o teste *qui-quadrado*, a fim de analisar estatisticamente o possível efeito da diferença de escolaridade entre os grupos Controle 1 e 2 e explorar sua relação com o desempenho na tarefa.

Tabela 16 - Tabela de contingência do efeito da escolaridade na compreensão de enunciados irônicos entre os grupos Controle 1 e Controle 2

Tipo de Grupo	Resposta-Alvo		Total
	SIM	NÃO	
Controle 1	87	33	120
Controle 2	95	25	120
Total	182	58	240

Fonte: O autor (2025) - gerado pelo software *Jamovi*

Tabela 17 - Resultado do teste *qui-quadrado*: o efeito da escolaridade na compreensão de enunciados irônicos entre os grupos Controle 1 e Controle 2

Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	1.46	1	0.228
N	240		

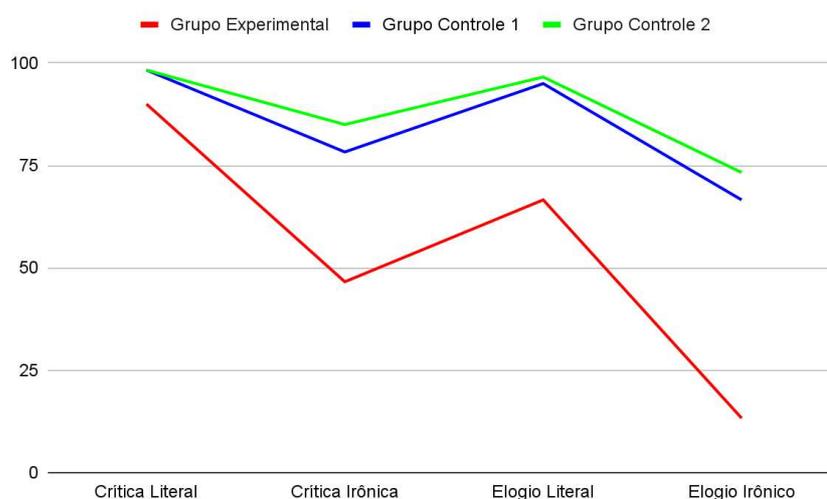
Fonte: O autor (2025) - gerado pelo software *Jamovi*

Nesta análise, os valores obtidos no teste estatístico (p 0,228) não indicaram uma associação significativa entre o tipo de grupo e a quantidade de respostas-alvo, sugerindo que a escolaridade não exerceu um efeito direto sobre o desempenho na tarefa. No entanto, vale ressaltar que, embora essa diferença não tenha sido estatisticamente significativa, o Grupo Controle 2 (com nível de escolaridade superior) apresentou um desempenho superior ao Grupo Controle 1. Considerando o número reduzido de estímulos por condição, é possível que uma ampliação da amostra permitisse a consolidação dessa tendência e revelasse diferenças mais acentuadas entre os grupos controle. Dessa forma, esse aspecto se apresenta como uma questão relevante para investigações futuras.

O Gráfico 2 a seguir ilustra o percentual de acertos em enunciados não irônicos (críticas e elogios) e irônicos (críticas e elogios) por grupo. Observa-se que os três grupos apresentaram um desempenho semelhante apenas na interpretação de críticas literais. Nos demais tipos de enunciados, os grupos controle 1 e 2 registraram uma diferença discreta entre si, enquanto o grupo experimental obteve um desempenho significativamente inferior em

comparação com ambos. Entre os tipos de enunciados analisados, os elogios irônicos se destacaram como os mais desafiadores para os participantes, apresentando os menores percentuais de acertos, inclusive entre os grupos controle. No caso do grupo experimental, o desempenho foi substancialmente abaixo da média geral, sugerindo uma dificuldade acentuada na compreensão desse tipo de enunciado.

Gráfico 2 - Percentual de respostas-alvo por *Grupo e Tipo de Enunciado*



Fonte: O autor (2025)

A dificuldade dos indivíduos privados de liberdade na interpretação de elogios irônicos pode estar associada a fatores específicos do ambiente prisional, bem como a vulnerabilidades sociais e subjetivas pré-existentes, tais como questões relacionadas à autoafirmação social e à autopercepção. O contexto prisional, caracterizado por interações hierárquicas, defensivas e, muitas vezes, agressivas, tende a privilegiar críticas e punições em detrimento do reconhecimento positivo. Esse cenário reduz a exposição dos indivíduos a dinâmicas de socialização marcadas por gestos amistosos e elogiosos, tornando menos frequentes os contextos discursivos em que os elogios estão presentes.

Além disso, vulnerabilidades emocionais, como a baixa autoestima decorrente de processos de marginalização e estigmatização, podem contribuir para uma interpretação distorcida de enunciados com intencionalidade positiva. A escassez de validação social no ambiente prisional pode levar os indivíduos a interpretar elogios com ceticismo, percebendo-os como deslocados ou inadequados à sua experiência de vida. Esse fator pode

impactar significativamente a capacidade de reconhecer e compreender elogios, especialmente quando expressos de maneira irônica.

É importante destacar que, nesta análise, a escolaridade foi considerada a única variável sociodemográfica explicitamente distinta entre os grupos Controle 1 e 2. Embora a população privada de liberdade, em geral, apresente um histórico educacional irregular devido à vulnerabilidade social estatisticamente inerente a esse grupo, os resultados indicam que os efeitos sobre a compreensão de enunciados irônicos parecem estar mais relacionados ao ambiente prisional do que à escolaridade propriamente dita.

Uma possibilidade de investigação futura diz respeito à coleta de dados de estudantes do ensino médio em idade regular, em comparação a estudantes submetidos ao contexto educacional do processo de cumprimento de pena. Os resultados podem indicar uma análise mais precisa da associação entre escolaridade e quantidade de respostas-alvo sobre os enunciados irônicos.

A escolaridade irregular ou deficitária, frequentemente observada entre indivíduos privados de liberdade, pode ser reflexo de um contexto social mais amplo, no qual já existiam desafios ao desenvolvimento e funcionamento da ToM e das habilidades linguísticas antes do encarceramento. No entanto, o ambiente prisional tende a intensificar esses efeitos, uma vez que restringe a diversidade das interações sociais necessárias para o desenvolvimento contínuo dessas competências.

Além disso, é fundamental considerar que a escolaridade, embora relevante, pode não ser um fator isolado determinante para a compreensão da ironia. No grupo controle, outras variáveis, como estabilidade emocional, ambiente social e oportunidades de socialização, provavelmente exerceram um impacto mais significativo no desempenho da tarefa experimental. Assim, a interpretação dos resultados requer uma abordagem mais ampla, que contemple a interação entre fatores individuais e contextuais.

Embora a escolaridade seja um indicador relevante em estudos sobre cognição social, essa variável, por si só, não explica as diferenças observadas. O ambiente prisional, com suas restrições e especificidades, emerge como um fator determinante para as dificuldades na interpretação de enunciados irônicos, reforçando a influência do contexto social sobre os processos cognitivos envolvidos na compreensão da linguagem não literal.

4.3.3 Análise 3 - Nível de Senso do Humor e Respostas-alvo na Tarefa de Compreensão de Enunciados Irônicos

A última análise investiga a associação entre os níveis de senso de humor dos participantes e o número de respostas-alvo na tarefa de compreensão de enunciados irônicos. Conforme mencionado anteriormente, os participantes foram categorizados com base em seus escores no instrumento *MSHS* (THORSON; POWELL, 1993), de modo a serem classificados em três níveis: *baixo*, *médio* ou *alto*. A média geral do senso de humor entre todos os participantes, incluindo aqueles que participaram remotamente, foi de 66 pontos. Com base na variação observada nos escores, os intervalos foram definidos da seguinte maneira:

Baixo senso de humor: escores abaixo de 56;

Médio senso de humor: escores entre 57 e 76;

Alto senso de humor: escores acima de 77.

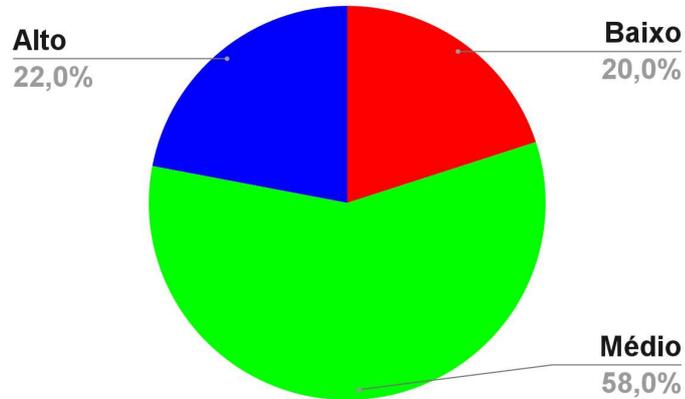
A seguir, apresenta-se a distribuição dos níveis de senso de humor em cada grupo da pesquisa.

Tabela 18 - Distribuição dos participantes por *Grupo* e *Nível do Senso de Humor*

Nível de Humor	Experimental	Controle 1	Controle 2	Total
<u>Baixo</u>	2	3	5	10
<u>Médio</u>	6	11	12	29
<u>Alto</u>	2	6	3	11

Fonte: O autor (2025)

Gráfico 3 - Distribuição percentual dos participantes da pesquisa por níveis de senso de humor



Fonte: O autor (2025)

Com o objetivo de investigar se níveis de senso de humor específicos estão associados a variável *grupo*, apresentamos os resultados do teste *qui-quadrado*:

Tabela 19 - Tabela de contingência: associação entre níveis de senso de humor específicos e o tipo de grupo

Grupo	Resposta-Alvo			Total
	MÉDIO	BAIXO	ALTO	
EXPERIMENTAL	6	2	2	10
CONTROLE 1	11	3	6	20
CONTROLE 2	12	5	3	20
Total	29	10	11	50

Fonte: O autor (2025) - gerado pelo software *Jamovi*

Tabela 20 - Resultado do teste *qui-quadrado*: associação entre níveis de senso de humor específicos e o tipo de grupo

Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	1.60	4	0.809
N	50		

Fonte: O autor (2025) - gerado pelo software *Jamovi*

Os resultados da análise estatística não indicaram uma associação significativa entre os níveis de senso de humor e os grupos investigados, sugerindo que essa característica não está distribuída de maneira sistemática entre os participantes, mas sim de forma aleatória. Diante da diferença observada no desempenho entre os grupos, é possível que outros fatores, como inteligência emocional, histórico de interações sociais, traços de personalidade ou até mesmo o estado emocional no momento da avaliação, tenham exercido maior influência sobre os resultados do que o próprio senso de humor. Esses elementos podem atuar como variáveis intervenientes, dificultando a identificação de uma relação direta entre senso de humor e desempenho na tarefa.

A seguir, analisamos se os *níveis de humor* podem estar associados às *respostas-alvo*, com base nos resultados do teste *qui-quadrado*:

Tabela 21 - Tabela de contingência: níveis de senso de humor e respostas-alvo

Nível do Senso de Humor	Resposta-Alvo		Total
	SIM	NÃO	
MÉDIO	115	58	173
ALTO	46	21	67
BAIXO	41	19	60
Total	202	98	300

Fonte: O autor (2025) - gerado pelo software *Jamovi*

Tabela 22 - Tabela de contingência: níveis de senso de humor e respostas-alvo

Testes χ^2			
	Valor	gl	p
χ^2	0.139	2	0.933
N	300		

Fonte: O autor (2025) - gerado pelo software *Jamovi*

Os resultados do teste *qui-quadrado* também não indicaram, preliminarmente, uma associação entre o nível de senso de humor e a quantidade de respostas-alvo. Dessa forma, considerando os instrumentos selecionados para a condução desta pesquisa e os testes estatísticos inferenciais empregados na análise de dados, não foram identificadas associações estatisticamente significativas entre os níveis de senso de humor e a compreensão de enunciados irônicos. Assim, a hipótese de que participantes com níveis mais elevados de senso de humor apresentariam um desempenho superior na identificação das respostas-alvo na tarefa de compreensão de enunciados irônicos não foi confirmada.

É importante destacar, no entanto, que a maioria dos participantes da amostra concentrou-se no nível médio da escala de senso de humor. Do total de indivíduos avaliados, 29 foram classificados com nível médio, enquanto 11 apresentaram nível alto e 10, nível baixo. Uma distribuição mais equilibrada entre os diferentes níveis seria necessária para investigar essa hipótese de forma mais aprofundada e com maior rigor estatístico.

Além da composição da amostra, outros fatores podem ter influenciado os resultados, especialmente no que se refere ao método de avaliação das dimensões emocionais por meio da Escala Multidimensional do Humor (*MSHS*). Esse instrumento foi desenvolvido para fornecer uma análise individualizada baseada em cinco fatores distintos: (i) produção e uso social do humor, (ii) humor adaptativo, (iii) apreciação do humor, (iv) atitude pessoal frente ao humor e (v) objeção ao uso do humor. A aplicação da escala, contudo, é tradicionalmente complementada por outros instrumentos psicológicos que possibilitam uma avaliação emocional global do indivíduo.

Adicionalmente, a *MSHS* (THORSON; POWELL, 1993) não foi originalmente projetada ou validada para mensuração do humor em uma dimensão coletiva, tampouco

apresenta faixas de escores padronizadas que permitam categorizar os resultados em níveis distintos. Além disso, não foram encontrados na literatura científica, instrumentos validados que avaliem dimensões coletivas do humor em adultos com parâmetros específicos de correção ou referência populacional. Nesse sentido, a adaptação da escala para esta pesquisa teve como objetivo transpor sua aplicação de um contexto individual para uma abordagem coletiva, permitindo sua utilização na análise da compreensão de enunciados irônicos dentro dos critérios previamente estabelecidos para validação do procedimento.

Por fim, é relevante considerar que o tamanho reduzido da amostra, em razão da sensibilidade da população-alvo e das dificuldades de acesso a ela, pode ter introduzido um viés local nos resultados. Esse viés poderia ser mais bem controlado em estudos futuros conduzidos com um número maior de participantes. Além disso, como a *MSHS* foi originalmente padronizada e validada em uma língua estrangeira com uma amostra composta por estudantes universitários, diferenças culturais podem ter influenciado indiretamente os achados desta pesquisa⁷.

Os participantes do grupo experimental, por sua vez, encontram-se inseridos em um contexto em que o humor pode ser socialmente percebido como um tabu. Durante a convivência no decorrer da aplicação experimental, foi possível observar que certos termos relacionados ao humor (por exemplo, “ser engraçado” ou “ser comédia”⁸) eram frequentemente utilizados com conotações pejorativas no ambiente prisional. Nesse sentido, o “senso de humor” pode não ter sido plenamente captado pelo instrumento, considerando as especificidades culturais desse contexto. Muitos participantes relataram basear suas respostas naquilo que compreendiam subjetivamente como humor, o que nem sempre corresponde às concepções amplamente aceitas ou convencionadas socialmente sobre o tema.

De modo geral, os voluntários dos três grupos demonstraram dificuldade particular na avaliação da dimensão referente à “produção e uso social do humor”, que diz respeito à forma como os outros percebem e interagem com o senso de humor do avaliado. Tal dificuldade

⁷ Sugestões de alterações e adaptações do instrumento para um contexto brasileiro estão contidas na seção de considerações finais.

⁸ Em certos contextos, expressões como "ser comédia" adquirem uma conotação pejorativa, frequentemente associada à ideia de desonra, fraqueza ou desrespeito às normas de conduta estabelecidas informalmente no ambiente carcerário. O termo pode ser usado para descrever alguém que age de maneira considerada inadequada, desrespeitosa ou que não cumpre com os códigos de comportamento aceitos entre os detentos. Assim, "ser comédia" transcende o sentido comum de algo engraçado ou humorístico, carregando um efeito cultural e simbólico específico que pode gerar exclusão ou conflito social.

pode estar associada ao fato de que a *MSHS* foi originalmente desenvolvida em um contexto cultural estrangeiro, fundamentado em valores e normas sociais distintas daqueles presentes na cultura brasileira. Especificamente, essa dimensão parece depender de um conjunto de variáveis que transcendem características individuais e se vinculam ao modo como uma sociedade, de maneira mais ampla, interpreta e regula culturalmente a produção e o uso social do humor.

Assim como a expressão “ser comédia” pode assumir uma conotação negativa em determinados contextos sociais, a percepção coletiva sobre o humor, quando ancorada em valores culturais específicos, pode ter influenciado significativamente a maneira como os participantes interpretaram os itens da escala. Essa influência sugere a presença de um viés cultural que pode ter comprometido a acurácia da avaliação desta dimensão nos diferentes grupos.

A influência do contexto cultural sobre a percepção e expressão do humor reforça, portanto, a importância de abordagens teóricas integrativas, que considerem não apenas os aspectos individuais, mas também os valores, normas e práticas sociais que moldam a visão de mundo dos participantes. Esses fatores, por sua vez, podem impactar diretamente a compreensão de enunciados irônicos e, de forma mais ampla, o processamento da linguagem em situações comunicativas complexas. Assim, destaca-se a relevância de modelos que incorporem variáveis sociais e contextuais, sobretudo em estudos cujo objeto se inscreve profundamente na dimensão cultural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos cognitivos subjacentes à Teoria da Mente (ToM) têm sido amplamente investigados em contextos que envolvem o uso da linguagem. No entanto, a atribuição de inferências subjetivas, estados mentais e emoções — especialmente em situações comunicativas envolvendo críticas e elogios — ainda é um tema pouco explorado pela literatura em psicolinguística, o que reforça o caráter exploratório da presente investigação. Tendo como objetivo central a análise da compreensão de enunciados irônicos por pessoas privadas de liberdade, esta pesquisa mostrou-se bem-sucedida em atingir sua finalidade. Apesar das limitações metodológicas que podem ser levantadas quanto aos instrumentos utilizados, o panorama geral dos dados obtidos se mostrou consistente com achados de pesquisas anteriores (como em NONATO, 2020), mesmo quando conduzidas a partir de métodos distintos.

A relação entre ironia e humor emergiu como um eixo temático de destaque, ainda que a hipótese de uma associação estatisticamente significativa entre o nível de senso de humor e a compreensão de enunciados irônicos não tenha sido confirmada pelos testes aplicados. A natureza multifacetada desses fenômenos, aliada à exigência de contextos culturais e linguísticos compartilhados para sua plena interpretação, sugere que este tipo de investigação deve permanecer no escopo das pesquisas em psicolinguística, sobretudo em contextos sociais diversos.

Este estudo procurou explorar de que maneira diferentes grupos — com distintas trajetórias de vida e níveis de escolaridade — processam enunciados irônicos, oferecendo uma perspectiva ampliada sobre a influência de fatores individuais e contextuais na capacidade de compreensão de sentidos implícitos, que envolvem habilidades cognitivas relacionadas à ToM. Ao conceber a ToM como um construto relacionado à capacidade de representar estados mentais próprios e alheios, os resultados permitiram discussões significativas a respeito de dois aspectos centrais da cognição humana: a interpretação de enunciados irônicos e os fatores associados ao senso de humor.

As hipóteses delineadas guiaram a condução da investigação experimental, sustentada por instrumentos que se revelaram preliminarmente adequados aos objetivos propostos. As reflexões finais, apresentadas a seguir, baseiam-se nas evidências empíricas obtidas e apontam

para possíveis desdobramentos futuros, tanto no campo da pesquisa quanto em práticas aplicadas voltadas à cognição e à linguagem em populações socialmente vulneráveis.

No que diz respeito à Hipótese 1, segundo a qual a privação de liberdade interfere em aspectos cognitivos relacionados à representação de estados mentais — os quais são fundamentais para a compreensão satisfatória de enunciados irônicos —, os resultados obtidos mostram-se compatíveis com tal proposição. Esses achados evidenciam um aspecto importante do impacto do contexto socioambiental sobre a capacidade de interpretar enunciados que essencialmente estão mais vinculados ao contexto de fala. Tal dificuldade pode ser compreendida à luz das restrições culturais e sociais do ambiente prisional, no qual o uso e a exposição a contextos discursivos mais sofisticados tendem a ser menos frequentes ou mais limitados. Além disso, é possível considerar que fatores emocionais e psicológicos associados à condição de privação de liberdade influenciem o processamento cognitivo necessário para a interpretação da ironia.

Essa constatação reforça a necessidade de estudos futuros voltados à compreensão dos efeitos de contextos sociais adversos sobre habilidades linguísticas, especialmente aquelas associadas à denominada “linguagem não-literal”. Ademais, observou-se que o nível de escolaridade, por si só, não se apresentou como um fator suficiente para explicar o desempenho inferior do grupo experimental na tarefa de compreensão de enunciados irônicos. A comparação entre os grupos controle 1 (ensino médio) e controle 2 (ensino superior) não revelou diferenças estatisticamente significativas entre seus desempenhos. Ainda que o grupo experimental e o controle 1 tenham sido pareados quanto ao nível de escolaridade formal, os participantes do grupo experimental apresentaram um histórico escolar significativamente mais irregular, possivelmente associado a um processo de letramento qualitativamente distinto. O papel do ensino formal e de outras práticas sociais ligadas ao letramento na compreensão de enunciados não-literais, como a ironia, configura-se, portanto, como uma vertente promissora para investigações futuras.

No que tange à Hipótese 2, que propunha que pessoas privadas de liberdade há mais tempo apresentariam escores mais baixos na tarefa de compreensão de enunciados irônicos, esta não pôde ser efetivamente testada no presente estudo, devido ao tamanho reduzido do grupo experimental, o que inviabilizou sua subdivisão em categorias por tempo de reclusão. No entanto, a relevância dessa hipótese permanece, visto que o tempo de encarceramento pode impactar negativamente o contato com interações sociais diversificadas, aspecto

potencialmente determinante para o desenvolvimento e manutenção de habilidades linguísticas e de comunicação. Futuras pesquisas, com amostras mais amplas e delineamentos longitudinais, poderiam explorar com mais profundidade o impacto da duração da pena sobre tais competências, considerando também variáveis como a qualidade das interações sociais e experiências educacionais no contexto prisional.

Em relação à Hipótese 3, segundo a qual indivíduos com maior senso de humor apresentariam melhor desempenho na tarefa de compreensão de enunciados irônicos, os resultados obtidos não indicaram associação estatisticamente significativa entre essas variáveis. Conforme discutido no Capítulo 4, essa ausência de correlação pode estar relacionada à distribuição desigual da amostra entre os níveis de senso de humor, o que comprometeu uma análise mais robusta. Além dessa limitação metodológica, os dados obtidos suscitam uma reflexão sobre a natureza multifacetada do humor e suas diferentes formas de expressão e percepção, bem como sua relação com a interpretação de ironias.

É possível que diferentes estilos de humor — como o adaptativo, o social ou o apreciativo — não estejam igualmente associados aos aspectos cognitivos envolvidos na compreensão da ironia. Outros fatores, como habilidades cognitivas gerais, estados emocionais ou experiências subjetivas prévias, podem exercer maior influência sobre esse desempenho. Estudos futuros poderiam investigar com maior especificidade de que maneira diferentes dimensões do humor interagem com a linguagem, valendo-se de instrumentos mais direcionados e adaptados aos subtipos de humor, bem como à realidade cultural dos participantes.

Como discutido anteriormente, o uso de instrumentos desenvolvidos em culturas estrangeiras, como a *MSHS* (THORSON; POWELL, 1993), exige adaptações cuidadosas para evitar vieses culturais que possam comprometer a validade dos resultados. A ausência de escalas validadas para o contexto brasileiro reforça a necessidade de criação ou adaptação de instrumentos que considerem as especificidades culturais e sociais locais. Além disso, é essencial incorporar abordagens qualitativas que explorem com maior profundidade as percepções dos participantes sobre habilidades linguísticas inscritas em fenômenos sociais, de modo a complementar os dados quantitativos.

Uma alternativa metodológica relevante diz respeito à realização de uma fase pré-teste com o instrumento *MSHS*, contemplando uma amostra heterogênea de participantes

representativos da diversidade sociocultural brasileira. Essa etapa prévia permitiria não apenas verificar a clareza e a adequação linguística dos itens, como validar empiricamente a pertinência e a sensibilidade de cada enunciado experimental ao contexto cultural local. Considerando que o instrumento em questão passou por um processo de tradução do português europeu para o português brasileiro, a fase de pré-teste se configura como uma oportunidade fundamental para revisar e ajustar possíveis inadequações terminológicas ou semânticas decorrentes desse processo de adaptação linguística.

Além disso, esse procedimento permitiria a identificação de possíveis interpretações ambíguas ou enviesadas que comprometam a fidedignidade das respostas, sobretudo quando se trata da avaliação de construtos subjetivos, como humor e ironia, cuja compreensão está fortemente ancorada em experiências socioculturais compartilhadas. Dessa forma, a realização de pré-testes contribuiria significativamente para o fortalecimento da validade interna do instrumento, possibilitando ajustes finos tanto no conteúdo quanto na forma dos itens, assegurando sua aplicabilidade em estudos que envolvam populações diversas, como a investigada nesta pesquisa.

Independentemente das restrições metodológicas enfrentadas, os achados deste estudo evidenciam a relevância de se aquecer e aprofundar as discussões sobre os efeitos do encarceramento nos processos cognitivos relacionados à linguagem. Embora o grupo experimental tenha sido composto por apenas 10 participantes incluídos na análise de dados, o que inviabiliza, por exemplo, análises mais detalhadas envolvendo variáveis sociodemográficas ou a generalização estatística dos resultados, essa limitação não invalida o potencial dos dados obtidos. O reduzido número de participantes reflete, sobretudo, os desafios logísticos e institucionais envolvidos no acesso à população privada de liberdade — um processo que requer uma série de trâmites legais e administrativos que, muitas vezes, extrapolam os prazos típicos de desenvolvimento de uma pesquisa em nível de mestrado. Ainda assim, a presente investigação oferece subsídios iniciais para reflexões importantes e reforça a necessidade de ampliar o debate sobre os efeitos do contexto prisional na cognição social e linguística, especialmente por meio de estudos futuros que possam contar com amostras mais amplas e delineamentos metodológicos complementares.

Outro ponto relevante refere-se à natureza dos testes aplicados, baseados exclusivamente em tarefas verbais e que, portanto, podem ter privilegiado um aspecto específico da ToM, em detrimento de uma abordagem mais ampla e multifatorial. A

compreensão de enunciados irônicos, embora envolva inferências sobre estados mentais e intenções comunicativas, representa apenas uma das manifestações da ToM, que também se expressa em outras modalidades cognitivas, como a percepção de expressões faciais, a interpretação de gestos não verbais e o reconhecimento de pistas contextuais em situações sociais. A concentração em tarefas essencialmente linguísticas pode ter restringido a identificação de outras competências metacognitivas relevantes, limitando, assim, a compreensão mais aprofundada sobre a extensão das habilidades de ToM nos participantes.

Além disso, a avaliação do senso de humor foi conduzida de maneira mais simplificada, por meio da aplicação de uma única escala psicométrica, originalmente concebida para uso individual. A escolha por esse instrumento, embora metodologicamente justificada, pode não ter capturado adequadamente as nuances e variações culturais que envolvem o humor em contextos sociais diversos, especialmente em populações marcadas por vulnerabilidades sociais ou em ambientes institucionalizados, como o sistema prisional. A aplicação da escala sem o suporte de instrumentos complementares, como observações qualitativas ou testes específicos por subdimensões do humor, pode ter resultado em uma avaliação parcial ou pouco sensível às complexidades envolvidas na relação entre humor e ironia.

A exclusividade de participantes do sexo masculino, todos cumprindo pena em regime fechado, também representa uma limitação relevante sob a perspectiva da diversidade amostral, uma vez que restringe a possibilidade de generalização dos resultados obtidos para outros perfis populacionais. Tal delimitação impede, por exemplo, a formulação de conclusões mais amplas acerca de possíveis diferenças de gênero ou da influência de diferentes regimes prisionais — como o regime semiaberto ou aberto — sobre o desempenho em tarefas que envolvem a compreensão de enunciados irônicos. Tais variáveis poderiam trazer à tona nuances importantes sobre o impacto das condições de reclusão e da vivência institucional sobre habilidades cognitivas e linguísticas.

Adicionalmente, como discutido ao longo deste trabalho, não é possível afirmar com precisão se as dificuldades observadas na interpretação de enunciados irônicos resultam exclusivamente dos efeitos diretos da privação de liberdade. É plausível considerar que essas dificuldades sejam também influenciadas por fatores sociais e culturais prévios ao encarceramento, como baixos níveis de escolaridade, vulnerabilidade socioeconômica, histórico de letramento irregular ou restrito acesso a práticas discursivas mais sofisticadas.

Esses elementos, inter-relacionados, podem ter contribuído para um desenvolvimento pragmático atípico ou limitado desde antes da entrada no sistema prisional.

Adicionalmente, outro aspecto relevante a ser considerado refere-se à natureza das histórias utilizadas no instrumento *Strange Stories* (HAPPÉ, 1994; O'HARE *et al.*, 2009). Apesar de terem sido gravadas conforme os parâmetros experimentais recomendados na literatura, é importante reconhecer que a oralidade, por sua própria natureza, pode introduzir variações sutis — ainda que involuntárias — de prosódia, entonação, ritmo e ênfase. Esses elementos paralinguísticos são particularmente relevantes quando se trata de enunciados com conteúdo irônico, já que a entonação pode desempenhar um papel decisivo na sinalização da intenção comunicativa do falante. Assim, é possível que essas variações tenham influenciado a forma como os participantes interpretaram as situações apresentadas nas histórias, interferindo diretamente no desempenho individual nas tarefas de compreensão.

Por fim, observou-se que alguns itens específicos do instrumento apresentaram índices de respostas-alvo mais baixos de maneira consistente entre os três grupos participantes. Esse padrão pode sugerir a existência de algum viés sistemático relacionado à forma como tais histórias foram narradas ou compreendidas. Esses achados reforçam a necessidade de uma avaliação mais detalhada sobre o impacto destas características na apresentação dos estímulos verbais, especialmente em contextos experimentais voltados para a investigação de fenômenos complexos como a ironia. Para estudos futuros, recomenda-se a realização de testes-piloto que incluam análises perceptivas da entonação, bem como possíveis revisões fonológicas das narrativas, com o objetivo de assegurar maior uniformidade e neutralidade nos modos de apresentação dos estímulos.

Aspectos éticos relevantes

Indivíduos inseridos em contextos prisionais frequentemente se encontram expostos a múltiplas formas de insegurança, que podem abranger dimensões pessoais, jurídicas e sociais. Tais condições de vulnerabilidade estrutural e subjetiva têm potencial para impactar significativamente os resultados de investigações experimentais, uma vez que influenciam não apenas o estado emocional e cognitivo dos participantes, mas também suas atitudes frente ao processo de pesquisa. A experiência da privação de liberdade, por si só, pode instaurar um estado contínuo de vigilância e desconfiança, que se manifesta de maneiras diversas — desde a hesitação em responder livremente até a suposição de que os experimentos possam ter

finalidades punitivas, avaliativas ou prejudiciais. Em ambientes em que o controle e a assimetria de poder são marcantes, não é incomum que participantes manifestem receio quanto ao uso de suas informações, temendo que os dados coletados possam ser utilizados de forma contrária a seus interesses ou que possam comprometer sua posição institucional.

Essa percepção de risco pode gerar posturas defensivas ou retraídas durante a coleta de dados, ocasionando vieses de resposta, subparticipação ou resistência em se engajar plenamente com as tarefas propostas. Diante desse cenário, torna-se fundamental que os pesquisadores adotem estratégias metodológicas e éticas rigorosas, não apenas para assegurar a qualidade dos dados coletados, mas também para garantir a proteção integral dos participantes enquanto sujeitos de direito. Em contextos nos quais a privacidade é limitada por definição, é necessário redobrar os esforços para assegurar o anonimato e a confidencialidade das informações, estabelecendo protocolos que impeçam a identificação individual ou qualquer forma de exposição que possa acarretar constrangimento ou prejuízo.

O tratamento ético dos dados e o respeito aos princípios da dignidade humana são ainda mais críticos quando se trabalha com populações vulneráveis. É imprescindível que os instrumentos aplicados sejam cuidadosamente avaliados quanto ao seu potencial de gerar desconforto emocional, exposição indesejada ou reativação de experiências traumáticas. Ao mesmo tempo, deve-se evitar qualquer tipo de abordagem que possa reforçar estigmas sociais já historicamente associados à população privada de liberdade. Nesse sentido, cabe aos pesquisadores uma postura crítica quanto às interpretações dos resultados, de modo a não naturalizar defasagens ou déficits, mas contextualizar as respostas observadas dentro de um arcabouço social, histórico e educacional mais amplo.

Além disso, o compromisso ético da pesquisa se estende à necessidade de que os conhecimentos gerados não apenas ampliem a literatura científica, mas também tragam benefícios concretos ou simbólicos às populações estudadas. Isso inclui desde a devolutiva dos resultados em linguagem acessível até a utilização dos achados como subsídio para formulação de políticas públicas voltadas à inclusão, à reabilitação e à promoção do bem-estar social. A escuta ativa, o respeito às trajetórias individuais e a valorização da experiência dos participantes são elementos centrais na construção de um conhecimento verdadeiramente transformador.

Em síntese, o presente estudo exploratório sobre a compreensão de enunciados irônicos por pessoas privadas de liberdade representa uma contribuição relevante para as discussões no campo da psicolinguística, ao lançar luz sobre um grupo frequentemente negligenciado nas pesquisas acadêmicas. A análise da ironia em contextos de vulnerabilidade social permite não apenas uma melhor compreensão dos processos cognitivos envolvidos na linguagem, como também evidencia a importância de considerar fatores contextuais, culturais e emocionais nas investigações sobre cognição social e linguística. A realização desta pesquisa, em um ambiente institucional singular, contribui para ampliar o escopo das abordagens empíricas sobre a ToM e a linguagem figurada, e indica a necessidade de aprofundamento em futuras investigações que contemplem outros grupos sociais, com distintos perfis de vulnerabilidade. Tais estudos poderão revelar nuances importantes sobre a plasticidade cognitiva, o papel das interações sociais no desenvolvimento das competências linguísticas e a influência de contextos adversos na forma como os sujeitos interpretam e se comunicam com a realidade.

6 REFERÊNCIAS

- APPERLY, I.; WARREN, F.; ANDREWS, J.; GRANT, J.; TODD, S. Developmental continuity in theory of mind: speed and accuracy of belief-desire reasoning in children and adults. **Child Development**, v. 82, n. 5, p. 1691-1703, 2011.
- ARISTÓTELES, **Política**. 1 ed., Tradução de Vinícius Chichurra, São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- ASTINGTON, J. W.; JENKINS, J. M. A longitudinal study of the relation between language and theory-of-mind development. **Developmental Psychology**, v. 35, n. 5, p. 1311-1320, set. 1999.
- BARSALOU, L. Perceptual symbol systems, **Behavioral and Brain Sciences**, v. 22, n. 4, p. 577-660, 1999.
- BARTSCH, K.; WELLMAN, H. **Children talk about the mind**. Nova York, Oxford University Press, 1995.
- BENEDITO, C. M.; NOGUEIRA, S. C.; SOUZA, D. H. Qual é a graça? Humor e teoria da mente em desenvolvimento. **Psicologia em Estudo**, Maringá, Paraná, v. 23, p. 1-14, 2018.
- BERGSON, H. **Laughter: an essay on the meaning of the comic**, In: BRERETON, F; ROTHWELL F. (trad.) Dover Publication, Nova York, 2002.
- BIERNACKI, P.; WARDOLF, D. Snowball sampling: Problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods & Research**, v. 10, n. 2, p. 141-163, 1981.
- BOOTH, W. **A rhetoric of irony**. 1 ed., Chicago, University of Chicago Press, 1974.
- BRASIL, **Levantamento de informações penitenciárias: primeiro semestre de 2024**. Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), Ministério da Justiça, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-divulga-levantamento-de-informacoes-penitenciarias-referente-ao-primeiro-semester-de-2024/relipen-1-semester-de-2024.pdf> . Acesso em 13 de dezembro de 2024.
- BRASIL, Lei 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Código Penal, 1940.
- BRISLIN, R. W. The wording and translation of research instruments. In: LONNER, W. J; BERRY, J. W. **Field methods in cross-cultural research**. p. 137-164, Sage Publications, Inc. 1986.
- BRÜNE, M. Theory of mind and the role of IQ in chronic disorganized schizophrenia. **Schizophrenia Research**, v. 60, n. 1, p. 57-64, mar. 2003.
- BRYAN, K.; FREER, J.; FURLONG, C. Language and communication difficulties in juvenile offenders. **International Journal of Language & Communication Disorders**, v. 42, n. 5, p. 505-520, dez. 2010.
- BUTMAN, J.; ALLEGRI, R. F. A cognição social e o córtex cerebral. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 14, n. 2, 2001.
- CARRILLO, B.; SAMPAIO, B.; BRITTO, D.; SAMPAIO, G.; VAZ, P.; SAMPAIO, Y. **Reincidência criminal no Brasil**. 1 ed., Editora Gappe, 2022.

- CASTAÑEDA, L. A. As ideias de herança de Darwin: suas implicações e sua importância. **Revista da sociedade brasileira de história da ciência**, v. 11, p. 67-73, 1994.
- CLARK, H. **Using Language**. 1 ed., Cambridge, Cambridge Press, 1996.
- COLSTON, H. Salting a wound or sugaring a pill: The pragmatic functions of ironic criticisms. **Discourse Processes**, v. 23, p. 24-45, nov. 1997.
- COLTHEART, M. Modularity and cognition. **Trends in Cognitive Sciences**, v. 3, n.3, p. 115-120, 1999.
- COSTA, M. **Explicitando a modularidade na teoria da mente: um teste ToM sobre ToM**, 2010. Dissertação. (Programa de Pós-graduação em Linguística) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- CREWE, B.; LAWS, B. Subcultural adaptations of incarceration. *In*: WOOLDREDGE, J; SMITH, P. (ed). **The Oxford Handbook of Prisons and Imprisonment**, 1 ed., Oxford Press, 2016. cap 6, p. 125-142, 2016.
- DASCAL, M. **Pragmatics and the philosophy of mind**. 1 ed., Amsterdam, Editora John Benjamins, 1987.
- DEWS, S.; WINNER, E. Muting the meaning: A social function of irony. **Metaphor and Symbolic Activity**, v. 10, p. 3-19, 1995.
- DYNEL, M. Irony and Humor. *In*: GIBBS-JR; COLSTON, H. (org.) **Irony, affect and related figures**, 1 ed., Cambridge University Press, 2023.
- EGELAND, J. Making sense of the modularity debate. **New Ideas in Psychology**, v. 75, p. 1-8, 2024.
- FIGUEIRA, M., FUENTES-DURÁ, I. & RUIZ, J. C. Social cognition and communication skills in Asperger syndrome young adults. **Psychology, Society and Education**, Valência, Espanha, v. 5, n. 2, p. 151-161, out. 2013.
- FODOR, J. A. **The modularity of mind**. 1 ed., Cambridge MIT Press, 1983b.
- FONSECA, V. **Psicomotricidade: filogênese, ontogênese e retrogênese**. 3 ed., Editora Wak, Rio de Janeiro: 2009.
- FREITAS, L. B. L.; O'BRIEN, M.; NELSON, J. A.; MARCOVITCH, S. A compreensão da gratidão e teoria da mente em crianças de 5 anos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 25, p. 330-338, 2012.
- FREUD, S. **O chiste e sua relação com o inconsciente**. 1 ed., Obras completas volume 7, Tradução de Fernando Costa Matos e Paulo César de Souza, Companhia das Letras, Rio de Janeiro, 2011.
- GALLETI, M.; MOLEÓN, M.; JORDANO, P.; PIRES, M.; GUIMARÃES, P.; PAPE, T.; NICHOLS, E.; HANSEN, D.; OLESEN, J.; MUNK, M.; DE-MATTOS, J.; SCHWEIGER, A.; OWEN-SMITH, N.; JOHNSON, C.; MARQUIS, R.; SVENNING, J. Ecological and evolutionary legacy of megafauna extinctions. **Biol Rev**, v. 93, p. 845-862, 2018.
- GIANNINI, P. **Comprensione e produzione dell'ironia in relazione allo sviluppo della Teoria della Mente**. Ensaio Final. (Licenciatura em Ciências Técnicas e Psicológicas) Università degli Studi di Torino, Itália, 2013.

- GIBBS, R. **The poetics of the mind: figurative thought, language and understanding**. 1 ed., Cambridge University Press, 1994.
- GIBBS, R. Irony in talk among friends. **Metaphor & Symbol**, v. 15, p. 5-27, 2011.
- GIORA, R. **On Our Mind: Salience, Context, and Figurative Language**, Oxford University Press, Oxford, 2003.
- GLUCKSBERG, S.; GILDEA, P.; BOOKIN, H. B. On understanding nonliteral speech: can people ignore metaphors? **Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior**, v. 21, n. 1, p. 85-98, fev. 1982.
- GOPNIK, A.; ASTINGTON, J. W. Children's understanding of representational change and its relation to the understanding of false belief and the appearance-reality distinction. **Child Development**, v. 59, n. 1, p. 26-37, fev. 1988.
- GRICE, H. Logic and conversation. *In*: COLE, P.; MORGAN, J. (ed.) **Syntax and Semantics**, Academic Press, New York, 1975, cap. 3, p. 41-58, 1975.
- HAPPÉ, F. G. An advanced test of theory of mind: Understanding of story characters' thoughts and feelings by able autistic, mentally handicapped, and normal children and adults. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 24 n. 2, p. 129-154, abr. 1994.
- HAPPÉ, F. The role of age and verbal ability in the theory of mind task performance of subjects with autism. **Child Development**, v. 66, n. 3, p. 843-855, jun. 1995.
- HARARI, Y. **Sapiens: a brief history of humankind**, 1 ed. New York: Harper, 2015.
- JOHANSON, D.; EDEY, M. **Lucy: the beginnings of humankind**. Londres: Simon and Schuster, 1990.
- JOSÉ, H.; PARREIRA, P. Adaptação para português da Escala Multidimensional do Sentido do Humor. **Revista Referência**, v. 2, n. 2, p. 7-18, jun. 2008.
- JOU, G. I. Narrativas infantis e teoria da mente. **ComCiência**, v. 154, Campinas, dez. 2013.
- KAROĞLU, N.; FERGUSON, H. J.; Ó-CIARDHA, C. Theory of mind in offending: A systematic review. **Trauma, Violence, & Abuse**, v. 23, n. 5, p. 1610-1628, 2022.
- KATZ, J.; FODOR, J. The structure of a semantic theory. **Linguistic Society of America**, v. 39, n. 2, p. 170-210, 1963.
- KIERKEGAARD, S. A. **O conceito de ironia constantemente referido a Sócrates**. 1 ed., Tradução de Álvaro Luiz Montenegro Valls, Petrópolis, Editora Vozes, 2017.
- KOESTLER, A. **The act of creation**, 1 ed., Hutchinson Press, Londres, 1964.
- LAKOFF, G. The meanings of literal. **Metaphor and Symbolic Activity**, v. 1, 1986.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. 2 ed., Chicago, University of Chicago Press, 1980.
- LEE, K.; OLSON, D.; TORRANCE, N. Chinese children's understanding of false Beliefs: the role of language. **Journal of Child Language**, v. 26, n. 1, p. 1-21, Cambridge, 1999.
- LEITE, J. E. R.; GONÇALVES, M. J. Compreensão de humor e doença de Alzheimer. **Palimpsesto**, Rio de Janeiro, n. 19, out – nov. 2014.

LIU, X.; ZHANG, W.; DONG, J.; YAN, Z.; DONG, Q.; FENG, J. LAI, Y. YAN, H. Effects of sleep deprivation on language-related brain functional connectivity: differences by gender and age. **Cognitive, Affective and Behavioral Neuroscience**, v. 24, p. 517-526, 2024.

MADURO, S. I. L. **A relação entre teoria da mente e cognição social em crianças em idade pré-escolar**, 2011. Dissertação (Programa de Mestrado em Psicologia) Instituto Superior de Psicologia Aplicada de Portugal. Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida. Lisboa, 2011.

MARTIN, A. **The Psychology of Humor: An Integrative Approach**. 1 ed., St. Louis, Missouri, USA: Academic Press, 2007.

MARTINS, C.; BARRETO, A.; CASTIAJO, P. Teoria da mente ao longo do desenvolvimento normativo: da idade escolar até a idade adulta. **Análise Psicológica**, v. 32, n.1, p. 377-392, 2014.

MARYANSKI, A. Weird societies may be more compatible with human nature. **Behavioral and Brain Sciences**, v. 33, 2010.

MATEO, M. A tradução da ironia. **Cadernos de Tradução**, v. 1, n. 25, 2010.

MOORE, C.; PURE, K.; FURROW, D. Children's understanding of the modal expression of speaker certainty and uncertainty and its relation to the development of a representation theory of mind. **Child Development**, v. 61, p. 722-730, 1990.

NOGUEIRA, S. C. **Desenvolvimento sociocognitivo: relações entre teoria da mente e humor**, 2017. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Psicologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2017.

NONATO, C. A. **Processamento de críticas e elogios irônicos e literais no português brasileiro**, 2020. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2020.

O'HARE, A.; BREMNER, L.; NASH, M.; HAPPÉ, F.; PETTIGREW, L.; A clinical assessment tool for advanced theory of mind performance in 5 to 12 year olds. **Journal of Autism and developmental disorders**, v. 29, p. 916-928, fev. 2009.

OLIVEIRA, C.; SÁ, T. Métodos off-line em psicolinguística: julgamento de aceitabilidade. **Revele**, v. 5, p. 77-96, 2013.

PAVARINI, G.; SOUZA, D. D. H. Descrições emocionais e comportamentais de eventos por crianças pré-escolares. **Paidéia**, Ribeirão Preto, São Paulo, v. 22, p. 347-353, dez. 2012.

PEREIRA, M. E.; DANTAS, G. S. Cognição Social. *In*: TORRES, A. R.; LIMA, M. E. O.; TECHIO, E. M; CAMINO, L. **Psicologia social: temas e teorias**. 1 ed., Blucher, cap. 3, p. 121-170, 2023.

PERNA, C. Ironia e interdiscurso. **Letras de Hoje**, v. 40, n. 1, 2005.

PREMACK, D.; WOODRUFF, G. Does the chimpanzee have a theory of mind? **Behavioral and brain sciences**, v. 1, n. 4, p. 515-526, 1978.

RODRIGUES, M. C.; OLIVEIRA, P. A.; RUBAC, J. S.; TAVARES, A. L. Literatura infantil, teoria da mente e processamento de informação social. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 11, n. 1, p. 77-88, jun. 2007.

ROMÃO, S. C. G. **Do desafio do humor à sedução do processamento do texto humorístico à luz da teoria da relevância**, 2008. Tese. (Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

ROSENBERG, K. The evolution of human infancy: why it helps to be helpless. **Annual Review of Anthropology**, v. 50, n. 1, p. 423-440, out. 2021.

SEARLE, J. R. **Speech Acts: an essay in the philosophy of language**, 1 ed., Cambridge University Press, 1969.

SEARLE, J. R. **Expression and meaning: studies in the theory of speech acts**. 1 ed., Cambridge University Press, 1979.

SERUCA, T. C. M. **Córtex pré-frontal, funções executivas e comportamento criminal**, 2013. Tese (Programa de Doutorado em Psicologia) – Instituto Superior de Psicologia Aplicada de Portugal. Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida. Lisboa, 2013.

SHATZ, M.; MARTINEZ-BECK, I.; DIESENDRUCK, G.; AKAR, D. The influence of language and socioeconomic status on children's understanding of false-belief. **Developmental Psychology**, v. 19, n. 4, p. 717-729, 2003.

SOUTHGATE, V.; CHEVALLIER, C.; CSIBRA, G. Seventeen-month-olds appeal to false beliefs to interpret others' referential communication. **Developmental Science**, v. 13, n. 6, p. 907-912, 2010.

SOUZA, A. S. **Teoria da mente e contação de histórias: uma intervenção com professoras e alunos na Educação Infantil**, 2015. Tese (Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: Psicologia da Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

SOUZA, D. H. Falando sobre a mente: algumas considerações sobre a relação entre linguagem e teoria da mente. **Psicologia e Reflexão Crítica**, v. 19, n. 3, 2006.

SPERBER, D.; WILSON, D. **Relevance: Communication and Cognition**, 1 ed. Blackwell, Oxford, 1986.

SULLIVAN, K.; WINNER, E.; HOPFIELD, N. How children tell a lie from a joke: The role of second-order mental state attributions. **British Journal of Developmental Psychology**, v. 13, n. 2, p. 191-2004, 1995.

SZABO, G. Z. Compositionality. *In*: ZALTA, E. N.; NOELDMAN, U. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 1 ed., 2024.

TEIXEIRA, J. M. Teoria da mente: uma controvérsia. **Nacional**, v. 8, n.3, p. 7-10, Universidade de Porto, mai. – jun. 2006.

THORSON, J. A.; POWELL, F. C. Sense of humor and dimensions of personality. **Journal of Clinical Psychology**, Nova Jersey, EUA, v. 49, n. 6, 799-809, nov. 1993

TOLEDO, A.; RODRIGUES, J. Teoria da mente em adultos: uma revisão narrativa da literatura. **Boletim da Academia Paulista de Psicologia**, v. 37, n. 92, p. 139-156, jan. 2017.

TOLEDO, J. A. **Efeitos agudos do etanol em estudantes universitários usuários ocasionais de álcool sobre os constructos das funções executivas: desempenho de dupla**

tarefa, planejamento e acesso à memória de longo prazo, 2014. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Psicologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2014.

TOMASELLO, M. **As origens culturais da aquisição do desenvolvimento humano**. 2 ed., Tradução de Cláudia Berliner, São Paulo, Martins Fontes, 2003.

TONELLI, H. A. Autismo, teoria da mente e o papel da cegueira mental na compreensão de transtornos psiquiátricos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 24, p. 126-134, 2011.

TONELLI, H. A.; ÁLVAREZ, C. E. Esquizotipia, habilidades " Teoria da Mente" e vulnerabilidade à psicose: uma revisão sistemática. **Archives of Clinical Psychiatry**, São Paulo, Brasil, v. 36, n. 6, p. 229-239, 2011.

TRAVAGLIA, L. C. Uma introdução ao estudo do humor pela linguística. **DELTA**, v. 6, n.1, p. 55-82, Editora Abralin, São Paulo, 1990.

TRAXLER, M. J. Non-literal Language Processing. *In*: TRAXLER, M. J. **Introduction to psycholinguistics: Understanding language science**; 1 ed., Wiley Blackwell, New Jersey, 2015. cap. 7, p. 267-304.

VELLOSO, R. D. L.; DUARTE, C. P.; SCHWARTZMAN, J. S. Avaliação de teoria da mente nos transtornos do espectro do autismo com a aplicação do teste *Strange Stories*. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria**, v. 71, n. 11, p. 871-876, nov. 2013.

VEREZA, S. C. **Literalmente falando: sentido literal e metáfora na metalinguagem**, 1 ed., Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2007.

VILLARINHO, C. **Um papel para a língua no desenvolvimento de habilidades cognitivas superiores: o traço de ponto de vista em estruturas completivas e o domínio de crenças falsas**, 2012. Tese (Programa de Pós-graduação em Letras) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

VILLATTE, M.; MONESTES, J. -L.; MCHUGH, L., FREIXA I BAQUÉ, E.; LOAS, G. Assessing deictic relational responding in social anhedonia: A functional approach to the development of Theory of Mind impairments. **International Journal of Behavioral Consultation and Therapy**, v. 4, n. 4, p. 360- 373, 2008.

VILLIERS, J. G.; VILLIERS, P. A. Complements enable representations of the content of false beliefs: evolution of a theory. *In*: FOSTER-COHEN (ed). **Language Acquisition**, Palgrave, McMillan, 2009.

WELLMAN, H.; CROSS, D.; WATSON, J. Meta-analysis of theory-of-mind development: the truth about false-belief. **Child development**, v. 72, n. 3, p. 655-684, 2001.

WIMMER, H.; PERNER, J. Beliefs about beliefs: representation and constraining function of wrong beliefs in young children's understanding of deception. **Cognition**, v. 13, n. 1, p. 103-128, jan. 1983.

APÊNDICE 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa “Teoria da Mente em Adultos: Um Estudo Exploratório”. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é investigar os efeitos que condições de convívio social atípico, como no caso da privação de liberdade, podem ter na forma como as pessoas interpretam as intenções, atitudes e ações dos outros.

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você: primeiro, faremos algumas perguntas para conhecer melhor você, incluindo dados pessoais, sua experiência escolar e sua saúde. Garantimos que nenhuma dessas informações será divulgada ao longo da pesquisa, mas você pode se recusar a responder qualquer uma das nossas perguntas, caso assim o prefira. Após essas perguntas, solicitaremos que você avalie algumas afirmações de acordo com seu ponto de vista, dizendo se concorda ou não com elas. Por último, apresentaremos pequenas histórias e pediremos que você avalie a fala das personagens que aparecem nelas, decidindo se suas falas são verdadeiras ou não e refletindo sobre o motivo delas terem falado dessa forma.

Esta pesquisa tem alguns **riscos mínimos** que envolvem a possibilidade de que você se sinta cansado ou incomodado durante a atividade ou que possa ser identificado de forma não intencional posteriormente. Para diminuir esses riscos acontecerem: (i) os nomes próprios não serão divulgados; (ii) não haverá registro visual de sua participação; (iii) nenhum material que indique sua participação será liberado sem a sua permissão; (iv) buscaremos minimizar os desconfortos gerados pelo cansaço durante a realização das tarefas fornecendo um espaço seguro, adequado e confortável e você poderá fazer pausas para descansar sempre que necessário; (v) nas duas primeiras atividades, você poderá escolher se prefere responder em voz alta ou escrever suas respostas, no formato que se sentir mais à vontade; (vi) o pesquisador estará disponível a todo momento para responder suas dúvidas e esclarecer qualquer ponto que você achar necessário.

Os resultados obtidos na pesquisa podem fornecer informações relevantes para compreendermos melhor como as pessoas se relacionam socialmente e como interpretam as falas e ações dos outros. Para participar você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa das atividades realizadas nesta pesquisa, você tem direito a buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre a pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido(a). O pesquisador não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação relacionada à pesquisa.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os

dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução No 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 2024

Nome do Pesquisador Responsável: Gustavo Henrique das Chagas Moura
Campus Universitário da UFJF – Juiz de Fora
Faculdade/Departamento: Faculdade de Letras – Programa de Pós-graduação em Linguística
CEP: 36036-900
Email: gustavo.moura@estudante.ufjf.br

O CEP avalia protocolos de pesquisa que envolvem seres humanos, realizando um trabalho cooperativo que visa, especialmente, à proteção dos participantes de pesquisa do Brasil.

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – UFJF
Campus Universitário da UFJF
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
CEP: 36036-900
Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propp@ufjf.br

APÊNDICE 2

INSTRUMENTO I: QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO (GRUPO EXPERIMENTAL)

Parte I) Informações Pessoais

Nome (abrev.) _____ Idade: _____ Filhos: _____

Escolaridade: _____ Sexo: _____ Estado Civil: _____

Naturalidade: _____ - _____ Profissão: _____

Último Trabalho (função): _____

Faixa de Renda Familiar Mensal Estimada: _____

Escolaridade da Mãe: _____ Escolaridade do Pai: _____

Você passou por alguma medida socioeducativa antes de completar a maior idade? Se sim, qual(is)? _____

Você passou por outras medidas judiciais alternativas (prestação de serviço comunitário, termos circunstanciados de ocorrência, dentre outros)? Se sim, qual(is)? _____

Qual foi o ano da sua primeira condenação à privação de liberdade? _____

Quanto tempo durou esta primeira medida restritiva (meses)? _____

Considerando o processo atual, quando foi sua entrada nesta instituição prisional? _____

Qual é o seu regime de cumprimento de pena atual (fechado / semiaberto)? _____

Com quantas pessoas você divide a cela atualmente? _____

Qual(is) trabalhos você realiza dentro do ambiente prisional? _____

Atualmente, você recebe visitas? _____ Se sim, qual é o seu vínculo com as pessoas que te visitam (mãe, filho, esposa, amigos, dentre outros)? _____

Qual o tempo total, incluindo a condenação atual, você já cumpriu em privação de liberdade (meses)? _____

Parte II) Histórico Médico

Você possui alguma condição médica específica? Se sim, qual(is)? _____

Você faz uso de algum medicamento? Se sim, qual(is)? _____

Você já sofreu alguma doença grave? Se sim, qual(is)? _____

Você já sofreu algum acidente grave? Se sim, qual(is)? _____

Você já recebeu algum diagnóstico relacionado à saúde mental? Se sim, qual(is)?
 _____ Quando? _____

Você diria que possui uma relação de dependência com alguma substância tóxica? Se sim, qual(is)? _____

Atualmente, como você considera sua saúde física? _____

Atualmente, como você considera sua saúde mental? _____

Parte III) Histórico Escolar

Quando criança, você se lembra de ter sofrido alguma dificuldade para começar a falar? _____

Na escola, você se lembra de ter sofrido alguma dificuldade para começar a ler? _____

Na escola, você se lembra de ter sofrido alguma dificuldade para começar a escrever? _____

Você fez seu ensino fundamental em uma escola pública ou particular? _____

Você fez (ou está fazendo) seu ensino médio em uma escola pública ou particular? _____

Você chegou a repetir algum ano da escola? Se sim, qual(is)? _____

Qual era a sua maior dificuldade na escola? _____

Quais eram as matérias que você tinha mais facilidade? _____

Quais eram as matérias que você tinha mais dificuldade? _____

Você possuía ou possui alguma necessidade específica na escola (dislexia, discalculia, necessidade de professor auxiliar, dificuldades fonoaudiológicas, dentre outros)? Se sim, qual(is)? _____

Observações e Esclarecimentos dos Participantes (caso sintam necessário)

APÊNDICE 3

INSTRUMENTO 1: QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO (GRUPOS CONTROLE)

Parte I) Informações Pessoais

Nome (abrev.) _____ Idade: _____ Filhos: _____

Escolaridade: _____ Sexo: _____ Estado Civil: _____

Naturalidade: _____ - _____ Profissão: _____

Último Trabalho (função): _____

Faixa de Renda Familiar Mensal Estimada: _____

Escolaridade da Mãe: _____ Escolaridade do Pai: _____

Você já passou por alguma medida restritiva de liberdade? _____

Parte II) Histórico Médico

Você possui alguma condição médica específica? Se sim, qual(is)? _____

Você faz uso de algum medicamento? Se sim, qual(is)? _____

Você já sofreu alguma doença grave? Se sim, qual(is)? _____

Você já sofreu algum acidente grave? Se sim, qual(is)? _____

Você já recebeu algum diagnóstico relacionado à saúde mental? Se sim, qual(is)?
Quando? _____

Você diria que possui uma relação de dependência com alguma substância tóxica? Se sim, qual(is)? _____

Atualmente, como você considera sua saúde física? _____

Atualmente, como você considera sua saúde mental? _____

Parte III) Histórico Escolar

Quando criança, você se lembra de ter sofrido alguma dificuldade para começar a falar? _____

Na escola, você se lembra de ter sofrido alguma dificuldade para começar a ler? _____

Na escola, você se lembra de ter sofrido alguma dificuldade para começar a escrever? _____

Você fez seu ensino fundamental em uma escola pública ou particular? _____

Você fez (ou está fazendo) seu ensino médio em uma escola pública ou particular? _____

APÊNDICE 4

**INSTRUMENTO II – ESCALA MULTIDIMENSIONAL DO SENSO DO HUMOR
ADAPTADA (MSHS – THORSON; POWELL, 1993)**

Escala Multidimensional do Sentido de Humor (MSHS) – Thorson; Powell, 1993. Trad. José; Parreira, 2008, (adaptado).	
<i>Item</i>	<i>Resposta</i>
1. Meus amigos me consideram uma pessoa com senso de humor	
2. Eu consigo falar as coisas de uma maneira engraçada.	
3. Meus comentários criativos são engraçados para os outros.	
4. As pessoas esperam que eu fale coisas engraçadas quando olham para mim.	
5. Eu uso o humor para divertir meus amigos.	
6. Eu consigo fazer outras pessoas rirem.	
7. Outras pessoas me dizem que eu falo coisas engraçadas.	
8. Às vezes, surgem piadas ou histórias engraçadas na minha cabeça.	
9. Eu consigo surpreender as pessoas e fazê-las rir quando quero.	
10. Eu consigo amenizar uma situação tensa dizendo algo engraçado.	
11. Eu consigo influenciar o grupo quando uso o humor.	
12. O humor me ajuda a lidar com qualquer coisa.	

13. Piadas ou o uso do humor me ajudam a lidar com situações difíceis.	
14. Lidar com as coisas com humor é uma forma de adaptação.	
15. O humor é uma forma péssima de lidar com as coisas.	
16. Tentar lidar com situações através do uso do humor realmente não funciona.	
17. Usar o humor me ajuda a me sentir mais à vontade.	
18. Eu consigo usar piadas para me ajudar a me adaptar a muitas situações.	
19. Eu aprecio as pessoas que têm senso de humor.	
20. Eu gosto de uma boa piada.	
21. Chamar alguém de “engraçado” é um verdadeiro insulto.	
22. Eu não gosto de pessoas engraçadas.	
23. Pessoas que contam piadas são chatas.	
24. Fico desconfortável quando alguém conta piadas.	

APÊNDICE 5

INSTRUMENTO III: PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DA COMPREENSÃO DE ENUNCIADOS IRÔNICOS BASEADOS NO INSTRUMENTO STRANGE STORIES (HAPPÉ, 1994; O’HARE 2009)

PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO DA COMPREENSÃO DE ENUNCIADOS IRÔNICOS
<p>1. Elogio Irônico</p> <p>José trabalhou muito e acabou de comprar um carro esportivo do ano, que custou uma fortuna. No outro dia, ao chegar no trabalho com seu carro novo, Luís, seu colega de trabalho fica admirado e diz para José: <i>“Mas que lata velha!”</i></p> <p>1. É verdade o que Luís disse? Resposta-alvo: Não</p> <p>2. Por que ele disse isso? Resposta-alvo: Qualquer justificativa que remeta ao caráter não-litera! do enunciado.</p> <p>Ex. Luís está brincando/fazendo uma piada.</p>
<p>2. Elogio Irônico</p> <p>Na confraternização da empresa de Marcos, todos foram convidados para a casa do chefe para um jantar. Ao chegar lá, ele percebe que a casa possui muitos cômodos, além de uma enorme piscina. Em seguida, Marcos diz a seu colega de trabalho: <i>“Que casinha mais humilde!”</i>.</p> <p>1. É verdade o que Marcos disse? Resposta-alvo: Não</p> <p>2. Porque ele disse isso? Resposta-alvo: Qualquer justificativa que remeta ao caráter não-litera! do enunciado</p> <p>Ex. Marcos está com inveja.</p>
<p>3. Elogio Irônico</p> <p>Joana adora animais de estimação, e sua melhor amiga, acabou de adotar um gatinho. Ela está ansiosa para conhecer o filhote, sua amiga então, convida Joana para sua casa, que ao encontrar o gatinho dormindo em um cobertor, diz: <i>“Que coisinha mais feia!”</i>.</p> <p>1. É verdade o que Joana disse? Resposta-alvo: Não</p> <p>2. Por que ela disse isso? Resposta-alvo: Qualquer justificativa que remeta ao caráter não-litera! do enunciado.</p> <p>Ex. Joana achou o filhote lindo demais.</p>

4. Crítica Irônica

Bruno e Felipe estão se formando. Para comemorar, Bruno decide organizar uma festa, convidando Felipe e todos os outros colegas. No dia da festa, poucos alunos aparecem, não haviam comidas suficientes e a música estava baixa. Ao ver a situação, Felipe diz a Bruno: “*Um verdadeiro festão!*”

1. É verdade o que Felipe disse?

Resposta-alvo: Não

2. Por que ele disse isso?

Resposta-alvo: Qualquer justificativa que remeta ao caráter não-litera! do enunciado ou da verdadeira intenção da crítica.

Ex. Felipe está achando a festa muito ruim.

5. Crítica Irônica

Ricardo está se arrumando para o casamento do seu melhor amigo. A festa será em um salão famoso da cidade, mas, por ser o casamento de seu melhor amigo, ele se veste com uma bermuda e chinelos. Ao entrar no salão, o noivo diz a Ricardo: “*Caprichou no visual, hein?!*”

1. É verdade o que o noivo disse a Ricardo?

Resposta-alvo: Não

2. Por que ele disse isso?

Resposta-alvo: Qualquer justificativa que remeta ao caráter não-litera! do enunciado ou da verdadeira intenção da crítica.

Ex. O noivo ficou envergonhado com o visual do amigo.

6. Crítica Irônica

Geraldo está em seu carro preso no trânsito a caminho de uma importante reunião de trabalho. Todos estão esperando por Geraldo, inclusive sua chefe. Após meia hora de atraso, Geraldo consegue chegar à sala de reuniões, mas, antes de começarem sua chefe diz a Geraldo: “*Chegou cedo!*”

1. É verdade o que Camila disse?

Resposta-alvo: Não

2. Por que ela disse isso?

Resposta-alvo: Qualquer justificativa que remeta ao caráter não-litera! do enunciado ou da verdadeira intenção da crítica.

Ex. A chefe ficou muito chateada com o atraso.

7. Inferência Comum

João é um cliente frequente em um restaurante da cidade. Todos os dias ele faz o mesmo pedido, antes de voltar para casa depois do trabalho. Hoje, ao pedir seu prato favorito, percebe que há um fio preto em sua comida, e imediatamente diz ao garçom: “*Tem um cabelo no meu prato!*”.

1. É verdade o que João disse?

Resposta-alvo: **Sim**

2. Por que João disse isso?

Resposta-alvo: **Qualquer justificativa que remeta ao caráter composicional do enunciado.**

Ex. João achou que fosse um cabelo.

8. Inferência Comum

Beatriz e sua melhor amiga combinaram um piquenique no parque da cidade. No dia do piquenique, o sol brilhava e não haviam nuvens que indicassem chuva. Ao chegarem no parque, Beatriz diz para a amiga: “*Que belo dia para um piquenique!*”.

1. É verdade o que Beatriz disse?

Resposta-alvo: **Sim**

2. Por que Beatriz disse isso?

Resposta-alvo: **Qualquer justificativa que remeta ao caráter composicional do enunciado.**

Ex. Porque tinha sol.

9. Inferência Comum

Isabel vai viajar de avião pela primeira vez. Seus pais reservaram para ela o lugar ao lado da janela, para que Isabel acompanhe a vista durante toda a viagem. Após a decolagem, Isabel ao olhar pela janela, percebe que o avião já está muito distante do aeroporto, e diz a seus pais “*Estamos nas nuvens!*”.

1. É verdade o que Isabel disse?

Resposta-alvo: **Sim**

2. Por que ela disse isso?

Resposta-alvo: **Qualquer justificativa que remeta ao caráter composicional do enunciado.**

Ex. Porque o avião já decolou / está voando.

10. Inferência Comum

André é uma criança que adora biscoitos. Sua mãe guarda os biscoitos em um pote na cozinha, e o garoto sempre come um biscoito ao chegar em casa da escola. Hoje, ao chegar em casa, André vai até a cozinha e percebe que o pote está vazio. Decepcionado, ele diz a sua mãe: “*Mãe, acabaram os biscoitos!*”

1. É verdade o que André disse?

Resposta-alvo: **Sim**

2. Por que ele disse isso?

Resposta-alvo: **Qualquer justificativa que remeta ao caráter composicional do enunciado.**

Ex. Porque o pote está vazio.

11. Inferência Comum

Nicole adora ouvir músicas em seu aparelho de som antigo. Em seu aniversário, o pai de Nicole a presenteia com um CD de músicas da sua banda favorita. Nicole fica muito feliz com o presente, e diz a seu pai: “*Adorei o presente!*”.

1. É verdade o que Nicole disse?

Resposta-alvo: **Sim**

2. Por que ela disse isso?

Resposta-alvo: **Qualquer justificativa que remeta ao caráter composicional do enunciado.**

Ex. Porque ela adora esta banda.

12. Inferência Comum

Carolina passa a maior parte do seu tempo livre lendo livros na biblioteca. Ela está animada para ler o novo lançamento de seu autor favorito que chega hoje na biblioteca. Ao encontrar o livro na estante, fica muito feliz e diz: “*Estou ansiosa para ler!*”

1. É verdade o que Carolina disse?

Resposta-alvo: **Sim**

2. Por que ela disse isso?

Resposta-alvo: **Qualquer justificativa que remeta ao caráter composicional do enunciado.**

Ex. Porque é um livro do seu autor favorito, que ela gosta muito.

13. Distratores Não-composicionais

Os irmãos Caio e Danilo veem sua professora Lúcia vindo do cabelereiro um dia. Ela está engraçada porque cortou seu cabelo muito curto, diferente do corte tradicional. Então, Caio diz para Danilo: “*Ela deve ter tido uma briga com um cortador de grama!*”.

1. É verdade o que o Caio disse?

Resposta-alvo: Não

2. Por que ele disse isso?

Resposta-alvo: Qualquer justificativa que remeta ao caráter não-litera! do enunciado ou do caráter humorístico.

Ex. Porque ele está brincando / fazendo uma piada.

14. Distratores Não-composicionais

João odeia ir ao dentista porque toda vez ele precisa fazer uma obturação que dói muito. Quando ele tem dor de dente, sua mãe sempre o leva ao dentista. Hoje, João está com muita dor de dente, mas, quando sua mãe pergunta: “Você está com dor de dente, João?”, João diz: “*Não, mamãe*”.

1. É verdade o que João disse para sua mãe?

Resposta-alvo: Não

2. Por que João disse isso?

Resposta-alvo: Qualquer justificativa que remeta ao caráter não-litera! do enunciado ou da intenção social da resposta.

Ex. Porque ele está mentindo.

15. Distratores Não-composicionais

Hoje, tia Júlia veio visitar o Pedro. Pedro ama muito sua tia, mas hoje ela está usando um chapéu novo, que ele acha muito feio. Pedro acha que sua tia fica muito melhor com seu velho chapéu. Mas, quando a tia Júlia pergunta a Pedro: “Você gostou do meu chapéu novo?”, Pedro diz: “*É muito bonito!*”.

1. É verdade o que Pedro disse?

Resposta-alvo: Não

2. Por que ele disse isso?

Resposta-alvo: Qualquer justificativa que remeta ao caráter não-litera! do enunciado ou da intenção social do falante.

Ex. Porque ele não quis magoar a tia.

16. Distratores Não-composicionais

Clara está tentando ensinar seu cachorro a fazer alguns truques. Ao mostrar para a família o que ela conseguiu ensinar ao cachorro até agora, o animal permanece parado. Clara olha para todos e diz: “É que ele só faz truques invisíveis!”.

1. É verdade o que Clara disse?

Resposta-alvo: Não

2. Por que ela disse isso?

Resposta-alvo: Qualquer justificativa que remeta ao caráter não-literal do enunciado ou da intenção social do falante.

Ex. Porque o cachorro pode não ter aprendido nada.

17. Distratores Não-composicionais

Carlos decidiu plantar um pequeno jardim em sua casa, e espalhou a notícia pela vizinhança. No entanto, suas plantas não estão crescendo como ele esperava, e Carlos começa a ficar desapontado com o investimento. Agora, sempre que algum vizinho pergunta do jardim, ele responde: “Está ótimo!”

1. É verdade o que Carlos disse?

Resposta-alvo: Não

2. Por que ele disse isso?

Resposta-alvo: Qualquer justificativa que remeta ao caráter não-literal do enunciado ou da intenção social do falante.

Ex. Ele está envergonhado com o jardim.

18. Distratores Não-composicionais

Lara está passando as férias na casa da avó, e adora comer a torta de maçã que sua avó sempre faz para ela. No entanto, dessa vez sua avó tentou uma nova receita que não agradou muito Lara. Quando sua avó pergunta se ela gostou da nova receita, ela responde: “*Adorei como sempre, vovó!*”.

1. É verdade o que Lara disse?

Resposta-alvo: Não

2. Por que ela disse isso?

Resposta-alvo: Qualquer justificativa que remeta ao caráter não-literal do enunciado ou da intenção social do falante.

Ex. Porque ela não quis magoar a avó.

19. Elogio Comum

Paulo acabou de ser promovido a gerente em seu trabalho. No seu primeiro dia como chefe, ele descobre que sua nova equipe havia conseguido trazer muitos lucros para a empresa no ano anterior. Como forma de demonstrar seu agradecimento, Paulo diz a todos: “Vocês são uma equipe incrível!”.

1. É verdade o que Paulo disse?

Resposta-alvo: Sim

2. Por que ele disse isso?

Resposta-alvo: Qualquer justificativa que remeta a intenção de elogiar a equipe de trabalho.

Ex. Porque a equipe realmente fez um bom trabalho.

20. Elogio Comum

Fátima acabou de ser eleita para a prefeita da cidade. Ela está ensaiando seu discurso há muitos dias, e está animada para falar em público. Conforme esperado, ela se sai muito bem e é aplaudida de pé pelas pessoas que a ouviram. Na saída do palco, seu assistente diz a ela: “Falou muito bem!”.

1. É verdade o que o assistente disse à Fátima?

Resposta-alvo: Sim

2. Por que ele disse isso?

Resposta-alvo: Qualquer justificativa que remeta a intenção de elogiar a nova prefeita por seu discurso.

Ex. Porque Fátima parece ter feito um excelente discurso.

21. Elogio Comum

Maurício, um músico talentoso, acabou de se apresentar pela primeira vez na cidade. No final da apresentação, o público grita por mais uma música. O empresário de Maurício, satisfeito com o resultado, encontra o músico depois do show e diz a ele: “Queremos te ouvir mais vezes!”

1. É verdade o que o empresário disse a Maurício?

Resposta-alvo: Sim

2. Por que ela disse isso?

Resposta-alvo: Qualquer justificativa que remeta a intenção de elogiar o músico ou a apresentação.

Ex. Porque o músico parece ter feito uma boa apresentação.

22. Crítica Comum

Mariana acabou de pintar um quadro como uma nova técnica, e resolveu chamar seus amigos para avaliarem a obra. Seus amigos acharam a nova técnica muito diferente, e, por serem sinceros dizem à Mariana: “Gostamos mais da outra técnica.”.

1. É verdade o que os amigos disseram à Mariana?

Resposta-alvo: Sim

2. Por que eles disseram isso?

Resposta-alvo: Qualquer justificativa que remeta a intenção de falar a verdade ou fazer uma crítica.

Ex. Porque os amigos não gostaram da nova técnica.

23. Crítica Comum

Fernanda acabou de tirar sua carteira de habilitação e resolveu chamar seu pai para dar uma volta de carro. No entanto, ela deixa o carro desligar algumas vezes e ultrapassa um sinal vermelho. Seu pai, um pouco assustado, diz à Fernanda: “Você ainda tem muito que praticar!”.

1. É verdade o que o pai disse à Fernanda?

Resposta-alvo: Sim

2. Por que ele disse isso?

Resposta-alvo: Qualquer justificativa que remeta a intenção de falar a verdade ou fazer uma crítica.

Ex. Porque Fernanda parece ainda não ter prática com o trânsito.

24. Crítica Comum

Marcelo e alguns amigos resolvem fazer um churrasco, e ele fica responsável por administrar a churrasqueira. No entanto, Marcelo é distraído e acaba queimando algumas carnes do churrasco. Seus amigos, desapontados, dizem a Marcelo: “Deveríamos ter pensado em outra pessoa para a churrasqueira!”.

1. É verdade o que os amigos disseram a Marcelo?

Resposta-alvo: Sim

2. Por que eles disseram isso?

Resposta-alvo: Qualquer justificativa que remeta a intenção de falar a verdade ou fazer uma crítica.

Ex. Porque os amigos não gostaram que Marcelo tenha queimado a carne.

APÊNDICE 6

RESUMO DEMOGRÁFICO DO GRUPO EXPERIMENTAL (Máx = 10)

Participantes com filhos	8
Participantes sem filhos	2
Participantes com Ensino Médio Incompleto	5
Participantes com Ensino Médio Completo	5
Participantes Solteiros	7
Participantes Casados/União Estável	3
Naturalidade - Minas Gerais	9
Naturalidade - Outras	1
Participantes com Profissões Fixas	9
Participantes Sem Ocupação em Liberdade	1
Participantes com faixa de renda de até 1,0 SM	2
Participantes com faixa de renda acima de 1,0	8
Participantes cuja escolaridade da mãe é abaixo de ensino fundamental completo	1
Participantes cuja escolaridade da mãe é acima de ensino fundamental completo	9
Participantes cuja escolaridade do pai é abaixo de ensino fundamental completo	0
Participantes cuja escolaridade do pai é acima de ensino fundamental completo	4
Participantes que desconhecem a escolaridade do pai	6
Participantes que sofreram medidas socioeducativas	3
Participantes que sofreram medidas judiciais alternativas	1
Participantes que dividem cela com menos de 5 pessoas	0

Participantes que dividem cela com mais de 5 pessoas	10
Participantes que recebem visitas	8
Participantes que não recebem visitas	2
Participantes privados de liberdade há menos de 5 anos	4
Participantes privados de liberdade há mais de 5 anos	6
Participantes com condições médicas específicas	6
Participantes que fazem uso de algum tipo de medicamento	6
Participantes autodeclarados com doenças graves	1
Participantes que autodeclaradamente, se envolveram em acidentes graves	1
Participantes que, autodeclaradamente, possuem dependências químicas	5
Participantes que avaliam sua saúde física como “ruim”	0
Participantes que avaliam sua saúde física como “regular”	3
Participantes que avaliam sua saúde física como “boa”	7
Participantes que avaliam sua saúde mental como “ruim”	3
Participantes que avaliam sua saúde mental como “regular”	3
Participantes que avaliam sua saúde mental como “boa”	4
Participantes que declararam dificuldades de fala no processo de alfabetização	0
Participantes que declararam dificuldade de leitura no processo de alfabetização	3
Participantes que declararam dificuldade de	3

escrita no processo de alfabetização	
Participantes que frequentaram o ensino fundamental em escolas públicas	9
Participantes que frequentaram o ensino fundamental em escolas privadas	1
Participantes que frequentaram o ensino médio em escolas públicas	10
Participantes que frequentaram o ensino médio em escolas privadas	0
Participantes que declaram ter repetido algum ano na escola	8
Participantes que declararam possuir alguma necessidade específica durante o processo educacional	0

APÊNDICE 7

RESUMO DEMOGRÁFICO DO GRUPO CONTROLE 1 (Máx = 20)

Participantes com filhos	7
Participantes sem filhos	13
Participantes com Ensino Médio Incompleto	2
Participantes com Ensino Médio Completo	18
Participantes Solteiros	4
Participantes Divorciados/Viúvos	4
Participantes Casados/União Estável	12
Naturalidade - Minas Gerais	18
Naturalidade - Outras	2
Participantes com Profissões Fixas	18
Participantes com faixa de renda de até 1,0 SM	0
Participantes com faixa de renda acima de 1,0	20
Participantes cuja escolaridade da mãe é abaixo de ensino fundamental completo	2
Participantes cuja escolaridade da mãe é acima de ensino fundamental completo	18
Participantes cuja escolaridade do pai é abaixo de ensino fundamental completo	3
Participantes cuja escolaridade do pai é acima de ensino fundamental completo	15
Participantes que desconhecem a escolaridade do pai	2
Participantes com condições médicas específicas	9
Participantes que fazem uso de algum tipo de medicamento	11
Participantes autodeclarados com doenças graves	2

Participantes que autodeclaradamente, se envolveram em acidentes graves	3
Participantes que, autodeclaradamente, possuem dependências químicas	9
Participantes que avaliam sua saúde física como “ruim”	3
Participantes que avaliam sua saúde física como “regular”	7
Participantes que avaliam sua saúde física como “boa”	10
Participantes que avaliam sua saúde mental como “ruim”	7
Participantes que avaliam sua saúde mental como “regular”	7
Participantes que avaliam sua saúde mental como “boa”	6
Participantes que declararam dificuldades de fala no processo de alfabetização	1
Participantes que declararam dificuldade de leitura no processo de alfabetização	1
Participantes que declararam dificuldade de escrita no processo de alfabetização	2
Participantes que frequentaram o ensino fundamental em escolas públicas	17
Participantes que frequentaram o ensino fundamental em escolas privadas	3
Participantes que frequentaram o ensino médio em escolas públicas	16
Participantes que frequentaram o ensino médio em escolas privadas	4
Participantes que declaram ter repetido algum ano na escola	2
Participantes que declararam possuir alguma necessidade específica durante o processo educacional	0

APÊNDICE 8

RESUMO DEMOGRÁFICO DO GRUPO CONTROLE 2 (Máx = 20)

Participantes com filhos	13
Participantes sem filhos	7
Participantes com Ensino Superior Incompleto	6
Participantes com Ensino Superior Completo	14
Participantes Solteiros	6
Participantes Casados/União Estável	10
Participantes Divorciados/Viúvos	4
Naturalidade - Minas Gerais	15
Naturalidade - Outras	5
Participantes com Profissões Fixas	18
Participantes com faixa de renda de até 1,0 SM	0
Participantes com faixa de renda acima de 1,0	20
Participantes cuja escolaridade da mãe é abaixo de ensino fundamental completo	1
Participantes cuja escolaridade da mãe é acima de ensino fundamental completo	19
Participantes cuja escolaridade do pai é abaixo de ensino fundamental completo	2
Participantes cuja escolaridade do pai é acima de ensino fundamental completo	15
Participantes que desconhecem a escolaridade do pai	3
Participantes com condições médicas específicas	9
Participantes que fazem uso de algum tipo de medicamento	13
Participantes autodeclarados com doenças graves	3
Participantes que autodeclaradamente, se envolveram em acidentes graves	2
Participantes que, autodeclaradamente, possuem	6

dependências químicas	
Participantes que avaliam sua saúde física como “ruim”	6
Participantes que avaliam sua saúde física como “regular”	4
Participantes que avaliam sua saúde física como “boa”	10
Participantes que avaliam sua saúde mental como “ruim”	9
Participantes que avaliam sua saúde mental como “regular”	3
Participantes que avaliam sua saúde mental como “boa”	8
Participantes que declararam dificuldades de fala no processo de alfabetização	1
Participantes que declararam dificuldade de leitura no processo de alfabetização	2
Participantes que declararam dificuldade de escrita no processo de alfabetização	1
Participantes que frequentaram o ensino fundamental em escolas públicas	11
Participantes que frequentaram o ensino fundamental em escolas privadas	9
Participantes que frequentaram o ensino médio em escolas públicas	13
Participantes que frequentaram o ensino médio em escolas privadas	7
Participantes que declaram ter repetido algum ano na escola	1
Participantes que declararam possuir alguma necessidade específica durante o processo educacional	0